ANGRA DO HEROÍSMO

ILHA TERCEIRA (AÇORES)

(Seus Titulos, edificios e Estabelecimentos Publicos.)

por
Félix José da Costa

2.ª Edição

Angra do Heroísmo
2019

ANGRA DO HEROÍSMO

ILHA TERCEIRA (AÇORES)

(SEUS TÍTULOS, EDIFÍCIOS E ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS.)

POR
FÉLIX JOSÉ DA COSTA

2.ª EDIÇÃO

ANGRA DO HEROÍSMO
2019

Título

Angra do Heroísmo. Ilha Terceira (Açores). Seus títulos, edifícios e estabelecimentos públicos.

2.ª edição – de divulgação

Autor

Félix José da Costa

Apresentação

João Maria Mendes

Introdução, transcrição e índices

Maria Manuel Velasquez Ribeiro

Seleção de imagens

Maria Manuel Velasquez Ribeiro

Design gráfico

Rúben Quadros Ramos

Execução gráfica e distribuição

Coingra – Companhia Gráfica dos Açores, Lda.

Edição

Angra do Heroísmo
CÂMARA MUNICIPAL

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

Depósito legal

452630/19

ISBN

978-972-9220-40-1

Tiragem

250 exemplares

Agradecimentos

A reedição desta obra não teria sido possível sem a prestimosa colaboração das seguintes pessoas e entidades a quem se agradece:

Armindo Couto

Biblioteca Pública e Arquivo Reginal Luís da Silva Ribeiro

Carlos Enes

Eugénia Flores

João Ventura

Mabel Silveira

Museu de Angra do Heroísmo

Paulo Caminha

Paulo Mendonça

Índice

Nota breve, João Maria Mendes III
Félix José da Costa: Elegia à cidade de Angra do Heroísmo em forma de roteiro, Maria Manuel Velasquez Ribeiro VII
Notas XXIX

Angra do Heroísmo Ilha Terceira (Açores) (Seus Títulos, edifícios e Estabelecimentos Públicos.) 1.ª Edição: 1867 35

Nota breve, Félix José da Costa 36
Advertência 39
Angra do Heroísmo 41
Pátio da Alfândega 44
Asilo de Infância Desvalida 49
Asilo de Mendicidade 54
Assembleia Angrense 56
Associação Comercial 59
Biblioteca 61
Bispado de Angra 64
Cadeia Pública 66
Cais da Alfândega 70
Cais da Figueirinha 73
Cais do Porto de Pipas 75
Cais dos Vapores 77
Cafés 78
Caixa Económica 79
Castelo de S. João Baptista 80
Castelo de S. Sebastião 97
Cemitério do Livramento 101

Cemitério dos Hebreus 104
Cemitério dos Ingleses 106
Cemitério de S.ta Catarina 108
Chafarizes Públicos 110
Companhias 113
Confrarias 116
Consulados 119
Convento de S. Gonçalo 121
Correio 126
Dias de Gala ou de Festejo Nacional 127
Divisão do Território da Ilha Terceira 128
Edifícios mais notáveis 130
Embarcações da Praça de Angra 134
Estabelecimentos de Fotografia 135
Estações de Carruagens 136
Fábricas 137
Festas Religiosas *mais concorridas* 139
Festas Populares 144
Golpes de Vista 149
Hospedaria 152
Hospício dos Expostos 153
Hospital da Misercórdia 154
Hospital Militar de Angra 157
Igreja Catedral 159
Igreja do Colégio 166
Igreja da Conceição 173

Igreja de S. Francisco 177
Igreja de S. Gonçalo 183
Igreja do Hospital 185
Igreja do Livramento 186
Igreja de Santa Luzia 188
Igreja da Misericórdia 190
Igreja de São Pedro 192
Largos 195
Liceu Nacional de Angra 197
Mercados 201
Monumento 204
Palácio do Governo 208
Paço Municipal 213
Paço Episcopal 217
Praças 220
Recolhimento Jesus Maria José 222
Repartição da Justiça 224
Seminário 226
Sociedades 228
Teatro 229
Tipografias 231
Titulares 233
Títulos e Recordações 237

Créditos das imagens 252
Índice remissivo 262

ANGRA DO HEROÍSMO

ILHA TERCEIRA (AÇORES)

(SEUS TÍTULOS, EDIFÍCIOS E ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS.)

POR

Félix José da Costa

Angra do Heroísmo

2.ª EDIÇÃO
2019

Nota breve

João Maria Mendes

O Instituto Histórico da Ilha Terceira sabendo que muitas das obras de referência da historiografia terceirense há muito se encontram esgotadas no mercado livreiro resolveu, em boa hora, iniciar uma projeto de reeditar títulos que se consideram de relevante interesse.

Surge agora a reedição do pequeno livro de Félix José da Costa intitulado "*Angra do Heroísmo*", editado há mais de 150 anos, com o bem explícito e explicativo subtítulo de "*Seus Títulos, edifícios e Estabelecimentos Públicos*" dado tratar-se de um roteiro pelas principais instituições e edifícios da nossa cidade na segunda metade do século XIX.

Algumas dessas instituições foram extintas, muitos dos edifícios ou foram demolidos ou reconstruídos com outra traça, alguns espaços da cidade sofreram profundas alterações, razão pela qual este livro se torna importante para quem quiser perceber e entender Angra de há quase dois séculos atrás através de um relato preciso de quem aqui nasceu, viveu e conheceu esta nossa urbe.

Félix José da Costa, embora hoje em dia pouco conhecido, tem uma vasta bibliografia publicada sobretudo na área da história local mas que fornece elementos fundamentais para um melhor conhecimento da vida terceirense, para além da sua vastíssima colaboração e direção na imprensa periódica do seu tempo.

Refira-se a título de curiosidade que Félix José da Costa era irmão de outro notável terceirense dos fins do século XIX, o Cónego Francisco Rogério da Costa, eminente orador sacro, que, depois de uma brevíssima

passagem como Cura da Serreta e Vigário de Santa Luzia, foi provido como Pároco da Conceição de Angra, onde permaneceu até ao fim da sua vida e em cuja Igreja está colocada uma lápide em sua memória, acumulando com o ofício de Professor do Seminário.

Na qualidade de Presidente do Instituto Histórico é-me grato salientar e agradecer a quem esteve na génese desta reedição.

Começo por referir o grande entusiasta pelos livros antigos de historiografia angrense e terceirense que se encontram esgotados, o nosso consócio Prof. Doutor José Gabriel Álamo Meneses, atual Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo,

Perante este incentivo para uma nova edição do livro *Angra do Heroísmo*, de Félix José da Costa, desafiei a nossa consócia Dr.ª Maria Manuel Velasquez para coordenar a reedição. Como era de esperar, não só aceitou a proposta de coordenar a revisão do texto como se propôs investigar e encontrar fotografias da época ou atuais que melhor identificassem os tais "*edifícios e Estabelecimentos Públicos*" do subtítulo da obra que agora é impressa de novo. De realçar, igualmente, a importante e bem fundamentada introdução que escreveu para esta reedição.

À sócia efetiva do Instituto Histórico da Ilha Terceira Dr.ª Maria Manuel Velasquez e a todos que colaboraram com ela, como refere na excelente introdução e que me escuso de repetir aqui os seus nomes, os meus sinceros agradecimentos por este importante contributo para um melhor conhecimento desta nossa cidade de Angra do Heroísmo, dado que passam a ter disponível um bom roteiro até agora reservado a quem possuía um exemplar da primeira edição ou de consulta reservada nas bibliotecas públicas.

À Câmara Municipal de Angra, na pessoa do seu Presidente e demais Vereadores, o agradecimento pelo apoio a esta reedição.

João Maria Mendes, Presidente do IHIT

Félix José da Costa em 1877

Félix José da Costa: Elegia à cidade de Angra do Heroísmo em forma de roteiro

Maria Manuel Velasquez Ribeiro

A pequena monografia de 164 páginas intitulada *Angra do Heroísmo. Ilha Terceira (Açores). Seus títulos, edifícios e estabelecimentos públicos,* de Félix José da Costa, tem sido, para sucessivas gerações de estudiosos e curiosos da história e evolução urbana de Angra do Heroísmo, consulta primordial e referencial em virtude da compilação de dados históricos, arquitetónicos e urbanísticos que apresenta.

Consultar *o Félix*, como geralmente se se lhe refere, é como observar uma fotografia, uma imagem fixa onde apreciamos a Angra pós-liberal de meados do século XIX, quando a cidade se começa a transformar não só pela decisiva laicização dos espaços das antigas casas conventuais, mas também porque a renovação de arquitetura e urbanismo na cidade concorriam para uma alteração irreversível dos hábitos de sociabilidade desenvolvidos pelas elites oitocentistas. A meados do século, e à sombra do espírito conciliador e aglutinador da Regeneração,

o propósito da harmonia social e do desenvolvimento era coadjuvado pela integração, na urbe, dos equipamentos e serviços que se julgavam fundamentais à prosperidade, ao progresso e à "civilidade" das sociedades e que, também com intuitos mais ou menos filantrópicos, se iam organizando em Angra do Heroísmo, e nos quais o nosso autor participou com empenhado interesse e assunção político ideológica.

Félix José da Costa, que nasceu na cidade de Angra em 1819 e aí também faleceu em 1887, é herdeiro de um profundo respeito pela causa liberal e admiração pelas figuras de D. Pedro IV e de Teotónio de Ornelas Bruges, o primeiro conde da Praia da Vitória. O pai, também Félix José da Costa (1771-1843), 1.º oficial da secretaria da Administração Geral do Distrito de Angra do Heroísmo e, depois, do Governo Civil da mesma cidade, por diversas vezes exerce o cargo de administrador interino do governo civil, na ausência, por doença[1], do titular, o conde da Praia, e virá a ser condecorado por serviços civis com a medalha n.º 3 das Campanhas da Liberdade.

Estudante em Angra, o jovem Félix, então com quinze anos, estreia-se na poesia exaltando a Terceira, D. Maria, D. Pedro e o Exército Libertador com uns versos declamados numa festa realizada na noite de 22 de junho de 1834, dia do sexto aniversário da aclamação da Carta Constitucional e dos direitos de D. Pedro que ocorrera em Angra nesse mesmo dia de 1828 e que, por isso, era dia de Grande Gala para os terceirenses.

À TERCEIRA
Aqui, do sólio Teu, a Lealdade
Lançou as bases, ínclita Maria,
Aqui o raio se forjou que em Lísia
A cinzas reduziu a Tirania.

A D. MARIA SEGUNDA
Feitos, não feitos, de valor sublime,
Obra a Teu prol a Lusa Heroicidade!
Quis o Trono roubar-te o Despotismo.
Mas o Trono Te-deu a Liberdade.

A D. PEDRO
Assim no Templo da imortal memória.
Terás honroso Busto levantado;
Assim será Teu Nome resguardado
Para os futuros séculos da História.

AO EXÉRCITO
Da Pátria à gratidão tem jus valioso,
Libertador Exército Invencível,
Que em meio d'adversos fados,
Sempre ao Tirano se mostrou terrível.[2]

Félix José da Costa Júnior

Publicados no *Arquivo dos Açores,* os versos testemunham o fervor liberal de Félix da Costa que, nesse mesmo ano de 1834, também dá à estampa outro panegírico do liberalismo, *O Triunfo da causa da Liberdade*, impresso na Imprensa da Prefeitura.

Com uma espessura intelectual que muito deve ao auto-didatismo, traço comum aos intelectuais pequeno burgueses afastados das universidades por via da sua origem social[3], com os predicados de lealdade política demonstrados, Félix da Costa cedo integra o funcionalismo do distrito exercendo funções, como o pai, na Secretaria Geral da Prefeitura como Praticante, e, depois, na Secretaria Geral do Distrito como 1.º Oficial[4]; em 1845 é eleito Procurador à Junta Geral do distrito[5], cargo que

também exercerá noutras ocasiões.

Como seria de esperar em resultado do seu empenhamento cívico, intervém nos debates que a requalificação urbana da cidade promove na sociedade angrense e a cuja defesa, ou denúncia, se associavam correligionários políticos mais ou menos próximos, ou opositores, da causa liberal. São exemplo dessas polémicas a construção do adro e escadaria da Sé, de cuja comissão promotora Félix da Costa faz parte; a arborização de vários espaços urbanos como a Praça Velha, espaço que também suscita a discussão pública sobre a pertinência da realização de touradas no seu perímetro, e a que ele se opõe, e a desmontagem das antigas portas da cidade – os Portões de S. Bento e de S. Pedro[6] vista como um melhoramento das acessibilidades da urbe moderna.

Na mesma linha de atuação, Costa mostra-se um defensor veemente do *princípio civilizador* do associativismo enquanto motor do progresso, do desenvolvimento e do enriquecimento público, ideário pessoal que corresponde às práticas e aos discursos pedagógicos do ideário liberal e que determina o seu envolvimento na constituição de diversas agremiações (*associações* na expressão da época) cuja defesa e propósitos abundantemente explana em artigos da imprensa que testemunham, aliás, um universo de interesses eclético que se traduz na participação em associações de caráter recreativo-literário, de desenvolvimento agrícola, ou de simples cidadania.

Através dessas colaborações na imprensa sabe-se ter sido, em 1842, cofundador, em parceria com o amigo Jacinto Cândido da Silva Júnior, da *Sociedade Recreio Literário* e que a mesma tinha como fim formar um centro de leitura "*de tudo quanto vai aparecendo registado n'esses jornaes literários, que nos trazem*

ao dia as indagações, e progressos da nossa literatura, e d'esses variados ramos de conhecimentos úteis."[7] Em 1845 é o próprio Governador Civil que o encarrega da organização e catalogação da biblioteca da Sociedade a quem, entretanto, fora atribuído o espaço da antiga livraria do convento franciscano: "*Na casa da livraria, acha-se já estabelecida a Sociedade Recreio Literário. A ordem e catalogação daquela livraria, que está a cargo do Governo Civil, foi por deliberação de S. Exa o Sr. Governador Civil, encarregada ao empregado da Secretaria Geral, o Sr. Félix José da Costa, que, segundo nos conta, tomara esta trabalhosa comissão a seu cuidado, e já lhe dera algum início*"[8].

É conhecida, também, a sua participação numa outra sociedade fundada em 1844, a *Sociedade Escholastico-Angrense*[9], e no gabinete de leitura que essa sociedade disponibilizava ao público. A notícia assinala o primeiro aniversário do grupo e refere a sua localização no antigo Convento de S. Francisco pelo que a coincidência de o mesmo local estar cedido, também, à Sociedade Recreio Artístico faz deduzir poder tratar-se da mesma agremiação que, entretanto, mudara de nome. Se bem que sem confirmação da sua participação nos corpos gerentes, é certo Félix da Costa ter colaborado e divulgado as suas iniciativas. Em 1845, é ainda secretário da *Sociedade Bons Desejos*[10], associação constituída com o fim de promover o incremento das atividades agrícola e industrial no distrito, e da criação de um montepio de lavradores, finalidade comum à Sociedade Agrícola da qual também fará parte desde 1866[11].

No contexto da luta política que divide os herdeiros do liberalismo vencedor – Cartistas, defensores da legitimidade da Carta Constitucional de 1826, e Setembristas, defensores da substituição da Carta por uma nova Constituição – a trajetória político-partidária de Félix da Costa parece aproximá-lo das posições do Setembrismo. Em resultado desse posicionamento, e

num processo não muito claro, será deportado para a ilha Graciosa em 1847[12] e suspenso das funções públicas que desempenhava, mas onde voltará a ser reintegrado em 1851[13]. Não obstante esse interregno, e após o seu regresso à Terceira, publicará algumas monografias de carácter biográfico e historiográfico (cf. Quadro 1), e continuará a desenvolver intensa participação na imprensa com artigos e editoriais de *jornalismo de opinião*[14], tal como já vinha exercendo, não só como colaborador e redator, mas também como diretor e proprietário de vários títulos da imprensa local (cf. Quadro 2).

Quadro 1: Félix José da Costa - Opúsculos e monografias

O Triunfo da Causa da Liberdade. Angra, Imprensa da Prefeitura, 1834
Memória histórica do horrível terramoto que destruiu a vila da Praia da ilha Terceira em 15 de Junho de 1841. Angra do Heroísmo, Imprensa da Administração Geral, 1841
Noticia biographica de Francisco d'Ornellas da Câmara Paim. Angra do Heroísmo, Tip. do *Angrense*, 1842
Memória biográfica do terceirense João de Ávila. Angra do Heroísmo, Typ. do *Angrense*, 1844
Memória estatística e histórica da ilha Graciosa. Angra do Heroísmo, Imp. de Joaquim José Soares, 1845
Memória sôbre a Antiga Academia Militar da Ilha Terceira. Angra do Heroísmo, Typ. do Governo, 1847
Viagem D'el-rei de Portugal o Senhor D. Pedro V às principais cortes da Europa nos anos de 1854. Ponta Delgada, Typ. Auxiliadora das Letras Açorianas, 1856
Noticiário da honrosa visita de Sua Alteza Sereníssima o sr. Infante D. Luis à ilha Terceira. Angra do Heroísmo, Typ. de M. J. P. Leal, 1858
Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores, Os seus títulos, edifícios e estabelecimentos públicos. Angra do Heroísmo, Tip. do Governo Civil, 1867
Tributo à memória do Conde da Praia da Vitória. Ponta Delgada, *Typ. d'A Gazeta do Povo*, 1870
Colecção dos escritos administrativos e literários do conselheiro José Silvestre, quando governador civil de Angra. Angra do Heroísmo, s/ed. 1843-44

Quadro 2: Félix José da Costa na imprensa periódica local

Periódico	Função
A Chrónica da Terceira, 2ª série (Angra do Heroísmo, 1846)	Redator (1846)
O Angrense (Angra do Heroísmo, 1836-1910)	Colaborador (1845-?) Redator (1847-1851)
Revista Universal (Lisbonense) (Lisboa, 1841-1853)	Colaborador (1864-1865)
O Insulano (Angra do Heroísmo, 1857-1861)	Proprietário e redator
Boletim Oficial do Distrito Administrativo d'Angra do Heroísmo (Angra do Heroísmo, 1859-1881)	Coordenador (1859-?)
Cosmorama (Ponta Delgada, 1862-1865)	Colaborador (1864-1865)
Almanach Insulano para Açores e Madeira - estatístico, histórico e literário (Angra do Heroísmo, 1874-1876)	Colaborador (1874-?)

Muito embora o carácter polemista e opinativo que evidencia no grosso da sua produção jornalística, n'O Angrense assinará um dissonante conjunto de pequenos artigos de feição historiográfica com o sugestivo título de Comemorações. Quando, durante todo o ano de 1845, Félix da Costa publica esses quarenta e cinco artigos sobre efemérides angrenses (cf. Quadro 3), fá-lo com um evidente propósito pedagógico de divulgação e (re)valorização do passado local, contribuindo para a consciência (e fixação) da memória liberal e da génese da rebeldia terceirense.

Quadro 3: As Comemorações**,** de Félix José da Costa, n'O Angrense

Títulos e localização
2 de Janeiro A. 9, n.º 430 (2 de janeiro de 1845), p.4, col.1
A nova Sé de Angra. 9 de Janeiro de 1568 A. 9, n.º 432 (16 de janeiro de 1845), p.2, col.3; p.3, col.1
O Heroísmo d'Angra. 12 de janeiro de 1837 A.9, n.º 432 (16 de janeiro de 1845), p.3, col.3; p.4, col.1-2
O Dia de S. Sebastião. 20 de Janeiro de 1600 A. 9, n.º 433 (23 de janeiro de 1845), p.3-4, col.3-1
O Terramoto de Janeiro. 26 de Janeiro de 1801 A. 9, n.º 434 (30 de janeiro de 1845), p.3, col.3
A aclamação de D. Afonso VI. 4 de Fevereiro de 1657 A. 9, n.º 435 (6 fevereiro 1845), p.2, col.2-3
A grande inundação. 11 de Fevereiro de 1608 A. 9, n.º 436 (13 fevereiro 1845), p.2, col.3
As casas do Corpo-Santo. 19 de Fevereiro 1843 A. 9, n.º 437 (20 fevereiro 1845), p.3, col.3; p.4, col.1
A capitulação do Castelo. 24 de Fevereiro 1642 A. 9, n.º 438 (27 fevereiro 1845), p.3, col.1
O Convento de S. Francisco d'Angra. 7 de Março de 1666 A. 9, n.º 440 (13 março 1845),p.3, col.3
O Hospital d'Angra. 15 de Março de 1492 A. 9, n.º 441 (20 março 1845), p.3, col.3
Jácome de Bruges. 21 de Março de 1450 A. 9, n.º 442 (27 março 1845), p.3, col.1-2
D. João IV recebe a nova da Restauração da Terceira. 2 d'Abril de 1642 A. 9, n.º 443 (3 abril 1845),p.4, col.1-2
O Bispo D. Fr. António da Ressurreição. 7 d'Abril de 1639 A. 9, n.º 444 (10 abril 1845),p.3, col.3

A expedição Libertadora. 17 d'Abril de 1831 A. 9, n.º 445 (17 abril 1845), p.3, col.1-2
Uma deputação a D. João 4º. 23 d'Abril de 1641 A. 9, n.º 446 (24 abril 1845), p.4, col.2
O dia d'Ascensão. 1º de Maio de 1845 A. 9, n.º 447 (1 maio 1845), p.4, col.1
A 1ª sortida dos Hespanhóis. 2 de Maio de 1641 A. 9, n.º 448 (8 maio 1845), p.4, col.2
O Convento de S. Gonçalo. 10 de Maio de 1559 A. 9, n.º 449 (15 maio 1845), p.3, col.3; p.4, col.1
O antigo castelo de S. Luiz. 19 de Maio de 1495 O monumento de D. Pedro IV. 20 de maio de 1844 A. 9, n.º 450 (22 maio 1845), p.3, col.2-3
A vila da Praia da Vitória A. 9, n.º 451 (29 maio 1845), p.4, col.1-2
O retrato de D. Sebastião Uma boa notícia. 30 de maio de 1831 A. 9, n.º 452 (5 junho 1845), p.3, col.1-2-3
Um terramoto. 9 de junho de 1647 A. 9, n.º 453 (12 junho 1845), p.4, col.3
A chegada de D. Afonso 6º. 19 de junho de 1669 A. 9, n.º 454 (19 junho 1845), p.4, col.1-2
O dia 22 de junho de 1828 A. 9, n.º 455 (26 junho 1845), p.3, col.1-2
A Prefeitura dos Açores. 1º de Junho de 1832 A. 9, n.º 456 (3 julho 1845), p.4, col.1
A extinção dos Jezuitas d'Angra. 4 de Julho de 1760 A. 9, n.º 457 (10 julho 1845), p.3, col.4; p.4, col.1
A vinda do General Prego. 15 de Julho de 1828 A. 9, n.º 458 (17 julho 1845), p.3, col.3; p.4, col.1
O Forte do Bom Jesus e a sua celeridade A. 9, n.º 455 (26 junho 1845), p.3, col.2 A. 9, n.º 459 (24 julho 1845), p.4, col.1-2
A 1ª imprensa nas ilhas. 2 de Setembro de 1821 A. 9, n.º 465 (4 setembro 1845), p.3, col.2-3

A chegada da fragata Izabel. 5 de setembro de 1828 A. 9, n.º 466 (11 setembro 1845), p.3, col.1-2
A extinção dos religiosos d'Angra. 15 de setembro de 1834 A. 9, n.º 467 (18 setembro 1845), p.4, col.1
A morte de D. Pedro 4º. 24 de setembro de 1834 A. 9, n.º 468 (25 setembro 1845), p.1, col.1-2
D. Fernão Coutinho. 28 setembro 1507 A. 9, n.º 469 (2 outubro 1845), p.4, col.1-2
A Junta provisória n'esta ilha. 5 de outubro de 1828 A. 9, n.º 470 (9 outubro 1845), p.3, col.2-3
Um regio agradecimento. 15 de outubro 1831 A. 9, n.º 471 (16 outubro 1845), p.3, col.2-3
O novo estandarte portuguez. 19 de outubro de 1830 A. 9, n.º 473 (30 outubro 1845), p.4, col.1-2
O Paço Episcopal d'Angra.3 de Novembro de 1514 A. 9, n.º 474 (6 novembro 1845), p.4, col.1-2
A Junta de Justiça nos Açores. 10 de Novembro de 1810 A. 9, n.º 475 (13 novembro 1845), p.4, col.2
A moeda – Faulha-. 17 de novembro de 1794 A. 9, n.º 476 (20 novembro 1845), p.3, col.2
A sociedade escholastico-michaelense. 26 de novembro de 1843 A. 9, n.º 477 (27 novembro 1845), p.3, col.2
O General Diniz de Melo. 4 de Dezembro de 1793 A. 9, n.º 478 (4 dezembro 1845), p.4, col.1-2
Luiz Diogo Forjaz de Lacerda. 10 de Dezembro de 1813 A. 9, n.º 479 (11 dezembro 1845), p.3, col.3; p.4,col.1
A Condessa de Vila Flor. 13 de Dezembro de 1829 A. 9, n.º 480 (18 dezembro 1845), p.4, col.2
A Sociedade – Recreio Literário. 26 de Dezembro de 1842 A. 9, n.º 481 (25 dezembro 1845), p.4, col.2-3

Metade das efemérides assinaladas referem-se ao período 1820-1840 e a sua seleção e relato não é isenta de um uso da história como *arma política*[15] que dá significado às opções do seu presente. A isto associa, ainda, uma oportuna sinalização e utilização de fontes primárias, muito embora o fôlego de uma interpretação heurística e conjuntural, ausente, dê lugar a relatos factuais. É assim que, por exemplo, a propósito do episódio da expulsão dos jesuítas de Angra acrescenta em nota ao texto "*Encontrei este interessante documento entre outros muitos d'antiguidades que possue o meu prezadíssimo amigo o Illustríssimo José Joaquim da Costa Franco, e que pertencerão ao dito Sargento Mor Francisco da Costa Franco… "*[16] ou ainda quando, a propósito da viagem de D. Pedro do Brasil para a Europa refere "*Eis aqui a carta que Elle escreveo, a qual pela pouca publicidade que teve será agora apreciada por muitos que a desconhecem*."[17]

Félix da Costa faz parte da geração que, contemporânea da guerra civil e espetadora (e, por vezes, interveniente) dos acontecimentos ocorridos na Terceira, produz uma historiografia comprometida com as opções políticas do seu tempo, evocativa e valorizadora das ações individuais dos líderes liberais de um passado recente, e a que não falta o saboroso da pequena história e do relato de ações da gente comum. À exceção de uma *Memória* sobre a ilha Graciosa, onde se desloca compulsivamente como já referido, basta-lhe, porém, enquanto tema de escrita, a Terceira e, mais particularmente, a cidade de Angra. Utiliza, por isso, a imprensa, o seu meio de expressão por excelência, para a divulgação de efemérides num modelo formalmente muito semelhante ao dos artigos que António Feliciano de Castilho publica n'*A Revista Universal Lisbonense,* entre 1844 e 1845: *Variedades – Comemorações.*

Importa, talvez, fazer aqui um desvio explicativo que releve a questão da emergência de um discurso historiográfico com difusão nos periódicos e almanaques locais tanto mais que o perfil e as filiações intelectuais e as redes de colaboração de Félix José da Costa beneficiarão, também, de alguma luz. É facto que os pequenos artigos de Costa permitem situá-lo no panorama dos que registaram a memória do passado açoriano, mas também permite acentuar, senão tanto o significado historiográfico da sua obra, cujo alcance é limitado e de segunda linha, pelo menos avivar o significado das parcerias e redes intelectuais em que se movimentou.

António Feliciano de Castilho, que vive em Ponta Delgada entre 1847 e 1850, e que na sua passagem por S. Miguel deixou profundas marcas na geração que então despontava para as letras, alimentava periódicos lisboetas, especialmente *A Revista Universal*, com informações e conhecimentos úteis sobre a ilha. Angariou, certamente, outros autores do seu círculo para fazerem o mesmo; um dos quais foi, seguramente, Félix da Costa[18] que surge como colaborador daquela revista no anos de 1848 e 1849. Francisco Maria Supico (1830-1911) farmacêutico natural da Lousã, é um desses "herdeiros" que em Lisboa já convivera com o mestre e que, entretanto, também se instalara na ilha. Aí animará tertúlias e projetos editoriais onde a afirmação da historiografia açoriana também encontra meio de difusão nos almanaques que foram sendo editados: "*o espaço ocupado pelos assuntos históricos (...) é verdadeiramente notável, sendo de destacar a profusão de notícias estatísticas e históricas que marcam, muito em particular, aquele coordenado por Supico que, assim, se situa ao arrepio* da tendência recreativa dominante"[19].

Ao publicar n'*O Angrense* os artigos das *Comemorações,* Costa partilha com Supico, por antecipação (os seus textos

são da década de 40), o propósito da divulgação de assuntos históricos, no seu caso sobre a localidade que elege como território de interesse e de estudo: Angra do Heroísmo. A amizade e afinidade intelectual que os une será testemunhada por diversas vezes, quer na identificação com o associativismo, literário em particular, quer na colaboração que o primeiro presta aos projetos editoriais do segundo[20] como por exemplo n'*O Cosmorama: jornal scientifico, histórico, artístico e recreativo*[21] cujo diretor é Supico.

Nessa publicação, que também testemunha uma das primeiras tentativas de introdução regular de litografias na imprensa periódica micaelense[22], parece evidente a intenção da descrição monográfica de localidades açorianas surgindo textos sobre as Furnas, Ponta Delgada, Ribeira Grande e Rabo de Peixe[23]. Félix José da Costa, que é referido como colaborador nos índices de 1864 e 1865, não assina nenhum artigo muito embora no n.º 11 de 1863, na rúbrica *Chronica,* se publiquem notícias diversas de Angra do Heroísmo[24] cuja recolha e redação, certamente, se lhe deve.

A este propósito, não deixa de ser interessante anotar a proximidade temporal entre os registos d'*O Cosmorama,* o opúsculo que agora nos ocupa, e a defesa da história local e do municipalismo interpretada por Alexandre Herculano, e que virá a consubstanciar-se na publicação da portaria de 8 de novembro de 1847. De facto, para o autor da *Portugaliæ Monumenta Historica* a monografia local é o modelo operatório matricial da escrita da história nacional e é por sua influência que se publicará aquela portaria que recomenda às câmaras a coordenação e organização da sua história através da publicação e recolha de Anais do Município que, no caso açoriano apenas se revê nos *Anais da Ilha Terceira* de Francisco Ferreira Drumond

dados à estampa entre 1850 (o volume I) e 1864 (o IV e ultimo volume) já após a morte do seu autor.

É neste contexto de produção monográfica que surge a brochura de Félix da Costa que contou com a distribuição prévia de um folheto de divulgação, certamente para angariar subscritores, conforme se depreende de notícia inserida na imprensa brasileira.

A nota de abertura está datada de fevereiro de 1866, mas a folha de rosto informa que a obra só saiu dos prelos da tipografia do Governo Civil um ano depois, em 1867, e a esse facto não devem ser de estranhar as "*muitas dificuldades, e de demoradas investigações*" a que o próprio autor alude, e que a divulgação na imprensa brasileira amplifica: "*O terceirense Félix José da Costa, que tem escripto alguns opúsculos de matéria histórica desta ilha, vai publicar um como guia desta cidade(...) Promete reunir na sua parte principal o trabalho de muitos anos, o fructo de muitas indagações*"[25].

Certo é que se tratou de uma publicação por subscrição pública ao preço unitário de 480 reis insulanos (ou seja, um conjunto de particulares avançaram com a verba necessária à publicação em pré-venda, e só depois, muito depois pelo que parece, a obra foi impressa e distribuída) a cujos subscritores o autor se apressa a agradecer na Advertência inicial: "*Aproveitamos para testemunhar os nossos agradecimentos aos distinctos cavalheiros, e mais pessoas, que tanto nos Açores, Funchal, continente do reino, como no império do Brazil se serviram subscrever para esta publicação, pedindo-lhes desculpa da demora...*" e de entre os quais salienta a Imperatriz viúva do Brasil, duquesa de Bragança.

Como era habitual, em jeito de apresentação de si próprio e de agradecimento aos seus confrades, na página de rosto, o autor enumera as entidades a que estava vinculado e que haviam sido, certamente, cartões de visita para a obtenção das subscrições necessárias ao financiamento do projeto: Cavaleiro das Ordens de Cristo e de N.ª S.ª da Conceição de Vila Viçosa, além de condecorado com a medalha n.º 3 das Campanhas da Liberdade, sócio da Sociedade Promotora das Letras e das Artes, em S. Miguel, e da Sociedade Agrícola de Angra do Heroísmo.

Como corolário desta apresentação, Félix da Costa crê indispensável a referência ao facto de ser sócio honorário da *Academia Philomatica do Rio de Janeiro* que, na verdade, se denominava *Sociedade Philomatica* e fora constituída no Rio de Janeiro em julho de 1858 *por alguns sócios desejosos do cultivo das letras* como se refere no boletim que a sociedade edita – o *Jornal da Sociedade Philomatica* – cujo primeiro número sai em abril de 1859[26].

O neologismo philomatica, expressão surgida no contexto das sociedades de letras francesas do final do século XVIII, deu origem a muitas sociedades com essa designação e cujo modelo foi a Sociedade Philomatica de Paris (1788). Congregando todos os que se interessavam pelo estudo e divulgação das ciências, os objetivos de cada sociedade em particular iam-se diversificando, mas sempre respeitando o princípio do estudo e da divulgação do saber. No mundo lusófono, também as sociedades filomáticas se difundiram, e para o que agora nos interessa refira-se a existência da *Sociedade Escholastico-philomatica* instalada em 1839, em Lisboa, e que edita, entre janeiro e agosto de 1840, o semanário *O Cosmorama Literário*[27], e uma Sociedade Filomática de Ponta Delgada constituída em 1844[28]. Da sociedade lisboeta fará parte Francisco Maria Supico que, vinte e dois anos mais tarde, já

radicado em Ponta Delgada, entre 1862 e 1865 editará um novo *O Cosmorama* em que, como já apontámos, a monografia histórica de localidades açorianas ocupa espaço significativo.

O nosso autor, parco em introduções e enquadramentos, esclarece não ser a obra nem um guia nem uma memória, géneros que, certamente, conhecia, mas com os quais não se julgava capaz de competir: "*Disse eu que (...) não seria ella um livro que podesse competir com esses interessantes guias de viajante, retrospectos de viagens; recordações d'alguns paizes, publicações, que elaboradas por mãos hábeis tanto brilham no seu conteúdo, como recreiam o espirito pelo colorido das descripções, agradável dos quadros, e correcção do desenho!*". Assegura que procurara fazer um esboço, muito embora o descreva como mais escuro e deficiente "*do que é a cidade de Angra do Heroísmo",* mas apesar disso*, "honrar e distinguir a pátria, sempre heroica e assignalada*". Descrição e exaltação são, portanto, os motes para a organização da obra e, consequentemente, os items necessários ao conhecimento da cidade de Angra do Heroísmo.

Não obstante a confissão do autor, importa relembrar que o gosto romântico pela literatura de viagem produzira, no século XIX, e sobre os Açores, abundantes relatos: nas décadas de 1820 e 1830 devidos à pena de estrangeiros, e, a partir da década de 1850, pelo próprio punho de autores locais num *jornalismo literário* cuja ascendência radica em Castilho e no *magistério romântico* que desempenhou em S. Miguel durante a sua estadia em Ponta Delgada[29]. O próprio Costa é contemporâneo da passagem de viajantes ilustres pela ilha Terceira e, certamente, teve conhecimento das publicações que delas resultou; porém, a sua obra não se assemelha a esses relatos de viagens cheios de apreciações mais ou menos subjetivas dos autores; pelo

contrário, ele posiciona-se na situação do autóctone que guia e salienta, descreve com o rigor dos números e da estatística aquilo que é verdadeiramente importante na sua localidade, quer em termos de memória, quer em termos dos recursos e equipamentos disponíveis capazes de garantir as comodidades do viver moderno. Aproxima-se, neste aspeto, da função recreativa e utilitária que dos almanaques era própria, indicando serviços como o posto dos correios, as delegações consulares, as embarcações da praça de Angra e as estações de diligências com as respetivas carreiras e preços, o que leva a que o diário carioca *Correio Mercantil* acrescente ser um *livro assás curioso para os terceirenses, ou para os que nesta terra viajarem.*

A obra organiza-se em 65 entradas ordenadas alfabeticamente sem que, contudo, disponha de um índice, razão pela qual, na presente edição, se considerou útil a inclusão de uma lista sequencial dessas entradas bem como a indicação do número da página original. Naturalmente, a seleção de temas compagina-se com o perfil político-ideológico do autor e corresponde à matriz da cidade desejada e em que se destacam os valores da modernidade e da civilidade:

a) as instituições e equipamentos dedicados à proteção, segurança e saúde pública (os asilos, os cemitérios, os chafarizes públicos);

b) os organismos que promovem novas sociabilidades urbanas e oportunidades de instrução (as sociedades, os cafés e hospedarias, o Liceu e a Biblioteca);

c) as entidades dedicadas ao incremento das atividades produtivas e à mobilidade (a Associação Comercial e a Caixa Económica, as Companhias e fábricas, os cais, as embarcações e as estações de diligências);

d) as inovações urbanísticas e os edifícios notáveis (largos, praças, igrejas, monumentos e edifícios civis e militares).

É um relato em que as fontes do passado longínquo asseguram a descrição dos edifícios e funções antigas da cidade de Angra – o autor menciona-as embora com parcimónia: *a História Insulana*, do Padre António Cordeiro, e a *História Seráfica e Cronológica da Ordem de S. Francisco*, mas em que sobre todo o resto se fala na primeira pessoa, com afirmações que resultam da sua própria observação como acontece quando descreve igrejas, castelos e fortes: "*É um pequeno livro, cuja parte principal é trabalho meu de vários anos, fruto de assíduas indagações, que tanto me apraziam, resultado da leitura de muitos documentos antigos já velhos e carcomidos pela ação do tempo, exames nos próprios locais, de cuja descrição trato.*"[30]

Embora editada em 1867 e frequentemente consultada e citada, a obra de Félix da Costa nunca foi objeto de reedição, razão pela qual o Instituto Histórico da Ilha Terceira, em parceria com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, decidiu promovê-la procurando disponibilizar ao público em geral uma obra há muito apenas consultável em bibliotecas especializadas, almejando também, desta vez, alcançar um público leitor mais vasto e heterogéneo.

Como o texto, no seu original, não apresenta uma grafia uniforme – alternando, indiscriminadamente, a utilização de maiúsculas e minúsculas, abreviaturas e palavras por extenso, grafias diferentes para a mesma palavra... – uma pontuação que nem sempre corresponde às regras da época e/ou atuais, bem como a utilização de alguma sinalefa (nomeadamente o & para indicação de etc e finalização de paráfrafos), optou-se por proceder à atualização do texto adotando-se, portanto, o acordo ortográfico vigente no que à grafia das palavras, à utilização de maiúsculas e minúsculas, e à acentuação diz respeito. Desta regra se prescindiu, apenas, quanto à transcrição de nomes

próprios (por ex. Balthazar, Luiz, Matheus, Manoel) mantendo-se a grafia utilizada por Félix da Costa, muito embora se tivesse procedido à normalização da sua utilização quando surge no texto com mais do que uma grafia. Da mesma forma, procedeu-se à normalização da utilização de siglas (por ex. reis / rs / réis), abreviaturas (por ex. Srs / srs / senhores; Pdre / padre), acrónimos (por ex. SMI / Sua Majestade Imperial) e numerais (por ex. D. Maria 2ª / D. Maria II) que na edição original empregam diversas formas indiscriminadamente, e porque, especialmente no caso dos acrónimos, seriam de interpretação mais difícil para um leitor não especializado da atualidade. Os abundantes itálicos que o autor utliza, especialmente quando, intencionalmente, quer destacar as ações dos seus "heróis", foram mantidos, e da mesma forma a pontuação original atualizou-se, apenas, quando a compreensão da frase o justificava. De referir ainda a introdução de um índice com que a edição original não contava. Como a reduzida dimensão da obra não aconselhava a repartição de entradas por diferentes índices de pesquisa, optou-se por construir um único índice remissivo que engloba referências onomásticas, ideográficas e geográficas.

Finalmente, e porque os leitores do século XXI poderão desconhecer a fisionomia oitocentista da cidade de Angra do Heroísmo, incluiu-se um roteiro fotográfico dos locais/edifícios que o autor elegeu como merecedores de descrição. Muito embora as imagens fotográficas contemporâneas da edição original não sejam abundantes, procurou-se que as reproduções apresentadas fossem o mais próximo, cronológica e arquitetonicamente, da Angra que Félix da Costa descreve e, portanto, próximas da fisionomia que os espaços teriam aquando da descrição de que são objeto.

Quadro 4: Lista sequencial de entradas na obra Angra do Heroísmo, de Félix José da Costa

Entradas	Página na edição de 1867
Alfândega de Angra	1
Asilo de Infância Desvalida	5
Asilo de Mendicidade	9
Assembleia Angrense	10
Associação Comercial	12
Biblioteca	13
Bispado de Angra	15
Cadeia Pública	17
Cais da Alfândega	20
Cais da Figueirinha	22
Cais do Porto de Pipas	24
Cais dos Vapores	25
Cafés	26
Caixa Económica	26
Castelo de S. João Baptista	27
Castelo de S. Sebastião	45
Cemitério do Livramento	49
Cemitério dos Hebreus	50
Cemitério dos Ingleses	51
Cemitério de Sª Catarina	52
Chafarizes Públicos	53
Companhias	55
Confrarias	57
Consulados	59

Convento de S. Gonçalo	61
Correio	65
Dias de Gala ou de Festejo Nacional	66
Divisão do Território da ilha Terceira	68
Edifícios mais notáveis	69
Embarcações da Praça de Angra	73
Estabelecimento de Fotografia	74
Estações de carruagens	75
Fábricas	75
Festas religiosas *	76
Festas Populares *	81
Golpes de vista	86
Hospedaria	88
Hospício dos Expostos	88
Hospital da Misericórdia	88
Hospital Militar de Angra	91
Igreja Catedral	91
Igreja do Colégio	98
Igreja da Conceição	104
Igreja de S. Francisco	107
Igreja de S. Gonçalo	112
Igreja do Hospital	114
Igreja do Livramento	114
Igreja de Sª Luzia	115
Igreja da Misericórdia	116
Igreja de S. Pedro	117
Largos	119
Liceu Nacional de Angra	119

Mercados	122
Monumento	124
Palácio do Governo	127
Paço Municipal	131
Palácio Episcopal	134
Praças	136
Recolhimento de Jesus, Maria, José	137
Repartição da Justiça	138
Seminário	139
Sociedades	139
Teatro	141
Tipografias	141
Titulares	143
Títulos e recordações	148

O enriquecimento que desta forma se procurou conferir à obra muito contou com prestimosas colaborações institucionais, de consócios do Instituto Histórico da Ilha Terceira e amigos quer na identificação de imagens, quer na sua cedência para reprodução, pelo que é justo que aqui fique registado o agradecimento ao Museu de Angra do Heroísmo, nas pessoas do seu diretor, Dr. Jorge Paulus Bruno, e da técnica superior responsável Dr.ª Helena Ormonde, aos consócios do Instituto Histórico da Ilha Terceira Sr. Armindo Couto, Dr. Carlos Enes, Dr. Jorge Forjaz e Sr. Paulo Mendonça, e ao Sr. Paulo Caminha, ilustre colecionador de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, no Brasil.

Angra do Heroísmo, 10 de fevereiro de 2018
Maria Manuel Velasquez Ribeiro

Notas

1. BPARAH. Câmara Municipal de Angra. *Vereações, 1838*. Ata de 31 de janeiro, fl.99.

2. *Arquivo dos Açores*, vol. X:433. O *Arquivo*, em nota aos versos de Félix José da Costa, apresenta a seguinte informação: "*Para uma festa na noite de 22 de junho de 1834, em Angra (cópia d'um manuscrito)"*. Páginas à frente (vol. X: 437), o *Arquivo* insere também o texto intitulado *"O dia 22 de junho de 1828, por Félix José da Costa Júnior"* que é, certamente, o discurso que Félix da Costa terá pronunciado naquela mesma festa e que foi publicado dois anos mais tarde como se depreende da nota que o acompanha: "*Uma folha in-4º, impressa em Angra por A. J. G. da Costa, 1836"*.

3. Sobre o assunto cf. Carlos Guilherme Riley. 2001. "Na botica da História" in *Índices das Escavações de Francisco Maria Supico*. Vol. IV. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, pp. XIII-XXV.

4. Para conhecimento da sequência de nomeações em empregos públicos de Félix José da Costa e de outros aspetos biográficos cf. José Avelino Santos e Lúcia de Fátima Santos. 1999. "A ilha Graciosa na vida e obra de Félix José da Costa" in *Memória estatística e histórica da ilha Graciosa*. Edição fac-similada. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura/ Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, pp. 5-31.

5. *O Angrense*, Angra do Heroísmo, Typ. d'*O Angrense*, A. 9, n.º 440 (13 de março de 1845), p.2, col. 2.

6. Sobre estas polémicas cf. os artigos de imprensa que lhe foram dando luz durante o ano de 1845 sobretudo n'*O Angrense* e *O Peregrino de Lurdes*.

7. *O Angrense*, Angra do Heroísmo, Typ. d'*O Angrense*, A. 9, n.º481 (25 de dezembro de 1845), p.4, col. 2-3.

8. *O Angrense*, Angra do Heroísmo, Typ. d'*O Angrense*, A. 9, n.º 440 (13 de março de 1845), p.2, col. 2. Nesta mesma edição refere *O Angrense* que haviam sido transferidas para S. Francisco as aulas de Retórica e Latinidade que funcionavam em Angra, enquanto algumas celas do convento haviam sido dispensadas a alunos sem posses de fora da cidade. Embora criado pelo decreto de 20 de setembro de 1844, só a partir de 1846 começa a adequar-se o edifício ao ensino, o que só virá a acontecer no ano letivo de 1847/1848. A Biblioteca para serviço do Liceu, do futuro Seminário (que é inaugurado em 1862) e para o restante público, só é criada pela Portaria de 10 de novembro de 1860.

9. *O Angrense*, Angra do Heroísmo, Typ. d'*O Angrense*, A. 9, n.º 478 (4 de dezembro de 1845), p.2, col.3.

10. *O Angrense*, Angra do Heroísmo, Typ. d'*O Angrense*, A. 9, n.º 433 (23 de janeiro de 1845), p.1, col. 3. No dia 13 de janeiro de 1845, no edifício do Governo Civil, reuniu-se "*a nova sociedade*" sendo eleitos os seus "*funcionários*" conforme expressão da imprensa: Presidente Dr. António Moniz Barreto Corte Real, Vice-presidente Dr. Rodrigo Zagallo Nogueira, Tesoureiro Jacinto Cândido da Silva, Secretario Félix José da Costa e Vice-Secretário Jacinto Cândido da Silva Júnior. O discurso então proferido pelo Presidente Interino, António Sieuve de Séguier, traça o posicionamento da agremiação relativamente ao associativismo e à sua responsabilidade na melhoria material e moral dos povos.

11. BPARAH. Governo Civil. Conselho Distrital de Agricultura: Sociedade Agrícola: Atas das sessões, ata de 1 de junho de 1866

12. O obituário que *O Angrense* lhe dedica regista "*Félix José da Costa foi deportado para a Graciosa como setembrista na*

questão de 1847, e sofreu por isso muitos incómodos" in *O Angrense*, Angra do Heroísmo, Typ. d'*O Angrense*, A. 41, n.º 1665 (25 janeiro de 1877), p.1, cols. 1-2. O texto de despedida e agradecimento aos graciosenses que publica no mesmo jornal em dezembro do mesmo ano, leva a crer que o degredo tenha sido de, apenas, alguns meses. Cf. "*Um adeos aos habitantes da ilha Graciosa*" in *O Angrense*, Angra do Heroísmo, Typ. d'*O Angrense*, A. 12, n.º 562 (6 de janeiro de 1848), p.4, col.3. Sobre o assunto cf. ainda *O Escudo*, Angra do Heroísmo, n.º 170 (23 de agosto de 1848).

13. SANTOS e SANTOS, *op. cit.*:11.

14. Na expressão consagrada por José Tengarrinha na *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, citado por RILEY, 2001:XXIII.

15. A expressão é de José Guilherme Reis Leite referindo-se aos autores liberais que buscam justificação na História para as respetivas teorias políticas. Cf. José Guilherme Reis Leite. 1990. "A Historiografia Açoriana na 1ª metade do séc. XIX" in *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a História das Nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, pp. I-XXIV.

16. *O Angrense*, Angra do Heroísmo, Typ. d'*O Angrense*, A. 9, n.º 457 (10 julho 1845), p.3, col.4; p.4, col.1.

17. *O Angrense*, Angra do Heroísmo, Typ. d'*O Angrense*, A. 9, n.º 452 (5 junho 1845), p.3, col.2-3.

18. A *Revista Universal Lisbonense* editada regularmente entre 1841 e 1853, e de forma irregular até 1859, tem como diretor António Feliciano de Castilho entre 1841-45. Félix José da Costa figura no índice de colaboradores do Tomo I da 2ª série (1848-49), enquanto que n'*O Angrense,* por diversas vezes,

se assinala a transcrição de artigos provenientes da *Revista Universal Lisbonense.*

19. RILEY, 2001:XVI.

20. No funeral de Supico é o filho de Félix José da Costa, Félix José da Costa Sotto-Maior, então Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, que profere algumas palavras de elogio e relembra a afinidade existente entre as duas famílias. *A Persuasão*, Ponta Delgada, Typ. d' *A Persuasão*, n.º 2567 (19 de abril de 1911).

21. O *Cosmorama: jornal scientifico, histórico, artístico e recreativo*, Ponta Delgada, A. 1, n.º 1 (30 de novembro de 1862) publicado até 1865. Na página de rosto surge a referencia de *ser "colaborado por uma Associação"*.

22. RILEY, 2001:XXII.

23. Esses textos são os seguintes: sobre as Furnas no n.º 4 de fevereiro de 1863, pp 51-57; sobre Ponta Delgada no n.º 4 de fevereiro de 1863, pp. 23-35 e n.º 5 de março de 1863, pp. 3-8; sobre a Ribeira Grande no n.º 12 de outubro de 1863, pp. 7-15; e sobre Rabo de Peixe no n.º 2 de 1865, pp. 7-12.

24. Nenhum artigo aparece com a assinatura de Félix José da Costa embora nos índices de colaboradores dos volumes de 1864 e 1865 surja a indicação do seu nome. Provavelmente, a colaboração de Félix da Costa reservou-se à secção intitulada *Chronica* que *O Cosmorama* inicia no n.º 10, de agosto de 1863, e que se repete apenas no número seguinte – o 11 – referente a setembro do mesmo ano. Aí se publicaram notícias de Angra do Heroísmo, nomeadamente, a da realização de uma feira agrícola, dados da emigração e das colheitas do distrito de Angra, a receita municipal e a abertura das aulas no seminário diocesano.

25. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n.º 289 (23 de outubro de 1866?), p. 1, col. 5.

26. *Jornal da Sociedade Philomatica*, Rio de Janeiro, Ano I, n.º 1, p.1.

Consultável no arquivo digital da Biblioteca Nacional do Brasil em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=758744&PagFis=2

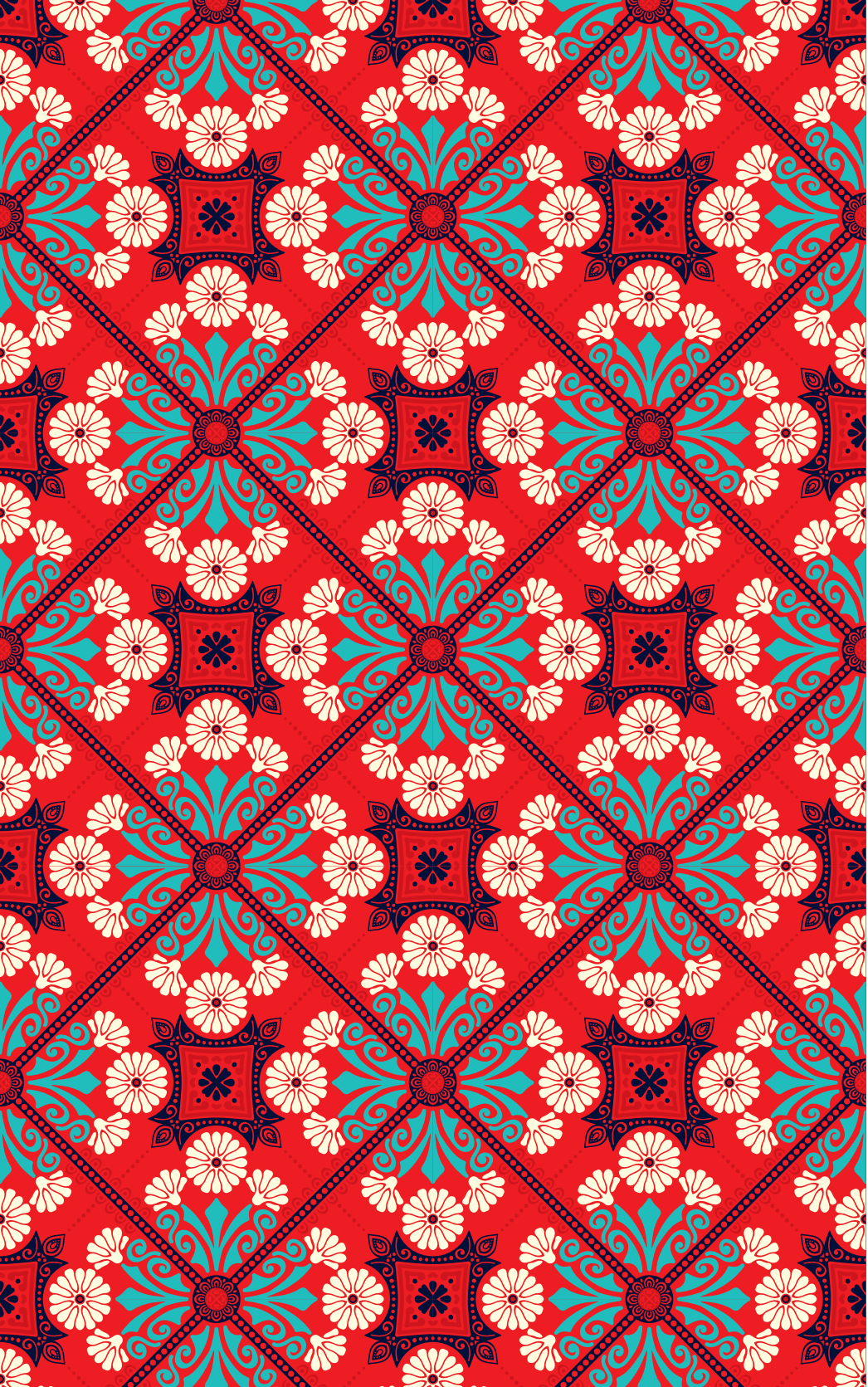
27. *O Cosmorama Literário: jornal da sociedade escholastico-philomatica*, Lisboa, Ano 1, n.º 1 (4 de janeiro de 1840); Ano 1, n.º 34 (22 de agosto de 1840).

28. *Escavações n.º 415*, in *A Persuasão*, Ponta Delgada, Typ. d' *A Persuasão*, n.º 2176 (30 de setembro de 1903).

Referindo-se à Sociedade Filomática de Ponta Delgada Supico diz ter sido criada em 1844 e que dela surgiram para a historiografia regional nomes como José de Torres, Mariano José Cabral e José Inácio Rebelo de Meneses.

29. Carlos Guilherme Riley. 2002. "Garrett de passagem por São Miguel. Marcas e viagens do romantismo ilhéu" in *Arquipélago-História*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2ª série, VI, pp. 255-260 e 265.

30. Félix Costa. 1867. *Angra do Heroísmo*…, p.2.



ANGRA DO HEROÍSMO

ILHA TERCEIRA (AÇORES)

(SEUS TÍTULOS, EDIFÍCIOS E ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS.)

POR

Félix José da Costa.

Cavaleiro da Ordem de Cristo, e da de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, condecorado com a medalha – D. Pedro e D. Maria n.º 3, por serviços civis, Sócio honorário da Academia Filomática do Rio de Janeiro, Sócio da Sociedade Promotora das Letras e Artes, e da Agrícola do Distrito de Angra do Heroísmo, Advogado público provisionista na Comarca de Angra, e 2.º oficial chefe da Repartição da Administração-Civil da Secretaria Geral do Governo Civil do mesmo Distrito de Angra do Heroísmo.

ANGRA DO HEROÍSMO

Tip. do Governo Civil
1867

Depois de muitas dificuldades, e de demoradas investigações eu apresento hoje esta publicação, que toda se refere à cidade de Angra do Heroísmo.

Eu submeto à luz pública este meu trabalho, muito confiado nos sentimentos de indulgência e de benevolência da parte dos leitores.

Disse eu no prospeto desta memória, que não seria ela um livro que pudesse competir com esses interessantes guias de viajante, retrospetos de viagens, recordações de alguns países, publicações que elaboradas por mãos hábeis tanto brilham no seu conteúdo como recreiam o espírito pelo colorido das discrições, agradável dos quadros, e correção do desenho!

Não é isso. É um pequeno livro, cuja parte principal é trabalho meu de vários anos, fruto de assíduas indagações, que tanto me apraziam, resultado da leitura de muitos documentos antigos já velhos e carcomidos pela ação do tempo, exames nos próprios locais de cuja descrição trato.

Em vista da minha ingénua confissão peço que não tenham

estas pobres e desalinhadas páginas, senão como um Esboço escuro e deficiente do que é a cidade de Angra do Heroísmo.

Todavia este trabalho será para mim de gratas recordações, por que foi, por algum tempo, a minha mais querida e agradável ocupação – e para meus concidadãos servirá de pequeno, mas sincero memorial dos meus veementes desejos de procurar sempre quanto possa honrar e distinguir a pátria, sempre heróica e assinalada.

Recordar o que esta cidade tem sido de mais notável, e os títulos que a condecoram, foi o meu fim principal. Não o desempenhei de certo como devia.

Mas se alguma coisa consegui cabe-me o dizer como o nosso poeta Camões:

Eu d'esta empresa só me resta a glória
Que a minha terra amei, e a minha gente

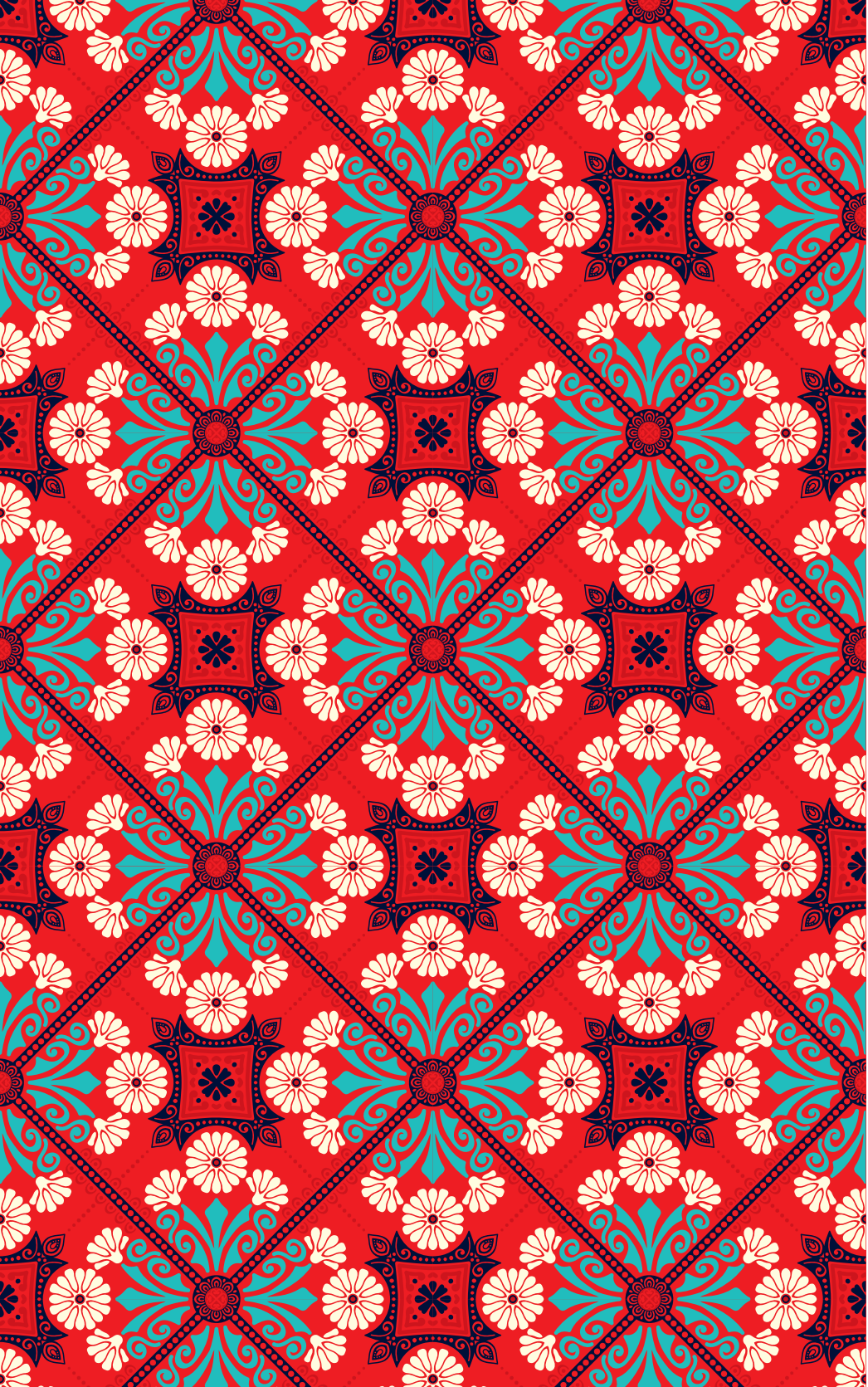
Angra do Heroísmo 16 de fevereiro de 1866.
Félix José da Costa

Advertência

Esta memória em vários dos seus artigos já carece de alteração, por quanto depois de impressa têm ocorrido alguns factos que merecem ser compreendidos, como – a reconstrução da igreja do Castelo de S. João Baptista – a conclusão do Palácio Municipal - a nomeação de vários agentes consulares – a mudança da casa da Assembleia.

Aproveitamos este ensejo para testemunhar os nossos agradecimentos aos distintos cavalheiros, e mais pessoas, que tanto nos Açores, Funchal, continente do reino, como no Império do Brasil se serviram subscrever para esta publicação, pedindo-lhes desculpa da demora, que tem havido nela por inconvenientes que sobrevieram depois da sua impressão.

Em especial temos a indispensável obrigação de deixar aqui um muito respeitoso testemunho de reconhecimento A Sua Majestade Imperial A Senhora Imperatriz, Viúva, Duquesa de Bragança, pela Generosa Bondade, com que Houve por bem honrar-nos Mandando por carta do seu Mordomo Mor, o ilustrado marquês de Rezende, inscrever o Seu Augusto Nome no número dos subscritores desta ténue publicação.



Angra do Heroísmo

"...meu berço de inocente,
Lisa estrada que andei débil infante,
Variado jardim de adolescente,
Meu laranjal em flor sempre odorante
Minha tarde d'amor, meu dia ardente,
Minha noite d'estrelas rutilante,
Meu vergado pomar d'um rico outono
Sê meu berço final no ultimo sono!"

Thomaz Ribeiro

Angra do Heroísmo, muito nobre, leal, e sempre constante cidade, é a antiquíssima capital da ilha Terceira, do arquipélago dos Açores, onde está situada a 38º, 38', lat. N. e 18º, 4' long. O. de Lisboa.

É a sede do distrito administrativo de Angra do Heroísmo, que se compõe da mesma ilha Terceira, e das de S. Jorge e Graciosa, que são as que formam o grupo central dos Açores.

É a cabeça de uma comarca judicial, e sede do bispado dos Açores, que dela recebe o nome, e também é o assento do quartel general da divisão militar do arquipélago.

É cidade desde o ano de 1534, e estendendo-se, no seu maior comprimento desde o lugar denominado o *portão de S. Pedro* até ao de *S. Bento*, compreende quatro freguesias ou paróquias eclesiásticas com 2.932 fogos, e uma população de 12.080 almas, sendo 5.146 do sexo masculino, e 6.934 do feminino.

As suas paróquias são a de S. Salvador (Sé Catedral), a de Nossa Senhora da Conceição, a de Santa Luzia, e a de S. Pedro, e todas em diferentes posições, sendo a catedral na sua parte mais central.

A cidade, moldurada de pitorescas montanhas, e de graciosos subúrbios, está bem situada, e à borda do mar junto da baía que lhe dá o nome, e que fica entre o castelo de S. Sebastião, da parte do oriente, e o outro castelo de S. João Baptista, do lado do ocidente.

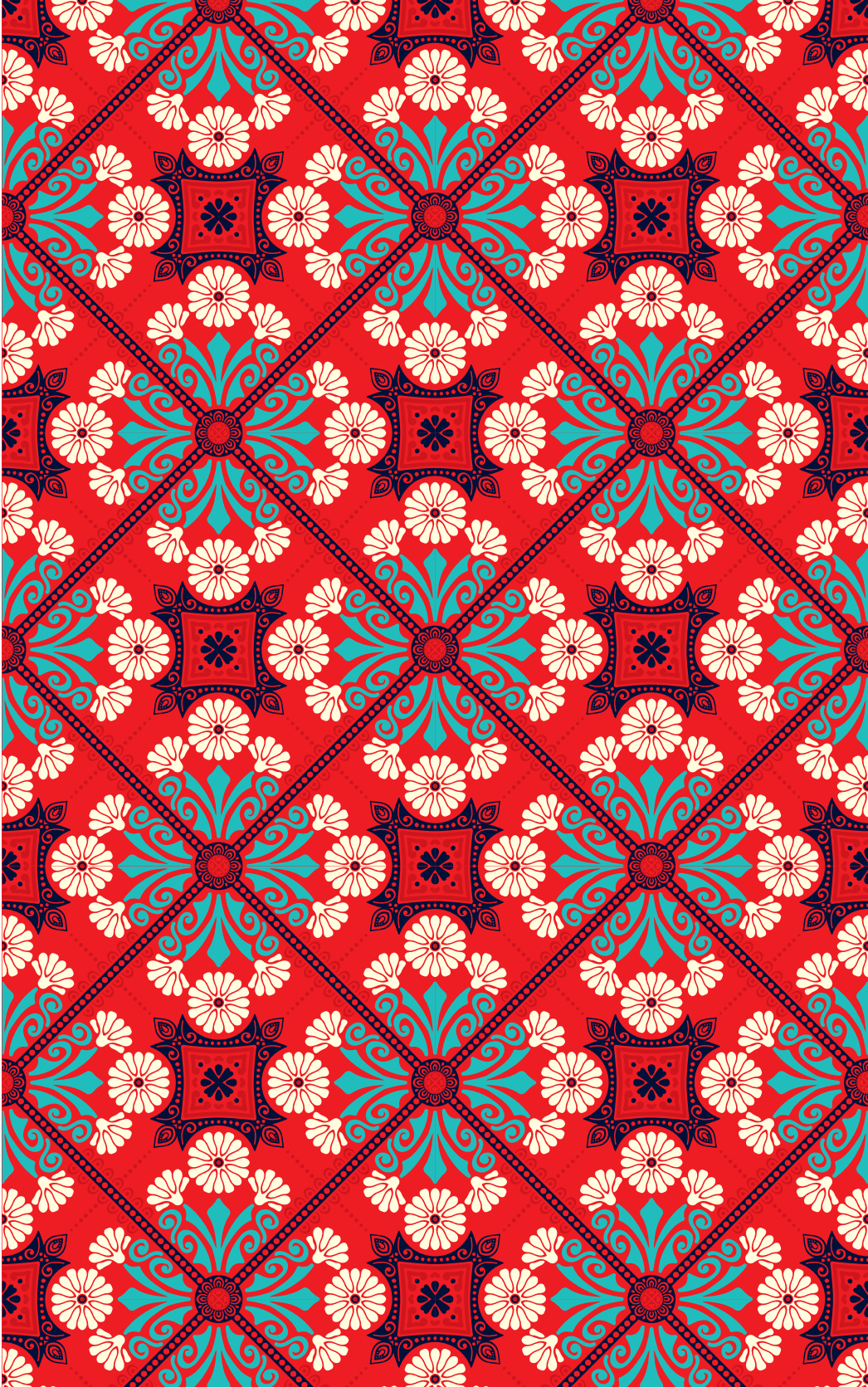
As suas ruas são, na maior parte, largas, direitas, e bem calçadas, e iluminadas durante a noite, passando, sem a menor contestação, pelas melhores das ilhas portuguesas, e ainda de muitas cidades do continente do reino. Além da rua da Sé, que é a maior e bastante espaçosa, a qual fica fronteira ao elegante paço do município, e que corre em toda a extensão da freguesia da Sé de leste a oeste, tem do norte ao sul as ruas - Direita, de S. João, do infante D. Henrique (aludindo ao tempo do descobrimento da ilha) a do Salinas, a do infante D. Luís (aludindo à vinda do sr. Rei D. Luís, quando infante) a de Jesus, a de D. Afonso VI (aludindo à entrada deste monarca nesta cidade) e a do Pintor, que são muito planas, e que todas cortam a cidade na mesma direção.

Esta cidade, que é uma página memoranda da história pátria, é abundante de água, e seus mercados providos sempre de um modo satisfatório, que a tornam cómoda e agradável a quem nela reside, pelo que bem lhe cabe a seguinte exclamação:

"Ah!...bela te fez a natureza
E com mão abundante e generosa
De tal sorte te ornou; de tal beleza
Tão linda te formou, tão graciosa"

Mouzinho d'Albuquerque

Vamos, pois, ver, em rápido bosquejo, os seus estabelecimentos, as suas igrejas, os seus castelos, as suas praças, as suas recordações de glória, e os seus títulos honoríficos.



Pátio da Alfândega

A construção do edifício da alfândega de Angra correspondeu ao propósito liberal de atribuição de edifícios condignos aos serviços do Estado, e de modernização, embelezamento e monumentalização das cidades.

No pátio denominado *da alfândega*, e ultimamente chamado o largo 3 *de março,* sobranceiro ao cais, ao entrar da cidade, está o excelente edifício da alfândega de Angra do Heroísmo, de recente e sólida construção.

Neste mesmo sítio se estabeleceu, e existiu outrora a *Real casaria da alfândega* (como escreveu o padre Cordeiro na *História Insulana)* tendo no seu pavimento superior a Feitoria, e almoxarifado real, a antiga provedoria, ou tribunal da Fazenda, com jurisdição sobre todas as ilhas, e que foi criado nesta cidade, logo que os Açores se incorporaram na coroa com a subida ao trono de El-Rei D. Manoel, até então Duque de Beja e grão-mestre da Ordem de Cristo.

Foi visitada esta casa pelo Príncipe D. António, Prior do Crato, em 3 de agosto de 1582. Consta que no ano de 1610, quando se tratava da reconstrução da casa do senado, veio este fazer as suas vereações neste edifício, por ser casa de El-Rei; e mais tarde, em 1766, o general D. Antão de Almada, veio residir nela nos primeiros meses do seu governo, chamando-se então o *paço da alfândega.*

Depois estabeleceu-se aqui o Tribunal da Junta da Fazenda Pública da capitania, presidido pelos governadores e capitães-generais, e criado por El-Rei D. José I pela carta régia de 2 de agosto de 1766, quando deu nova organização à administração das ilhas dos Açores.

A Junta, instalada em 14 de novembro de 1799, e presidida pelo 3.º general conde de Almada, pediu ao governo houvesse de mandar dispor e reparar convenientemente este edifício, e sendo deferido se preparou logo para as sessões daquele tribunal uma bela e muito decente sala, que começou a servir a 2 de maio de 1801: na parede do lado superior da mesa do despacho pendia, sobre a cadeira da presidência, um dourado quadro de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do reino, e nas paredes laterais, também, em molduras douradas, se achavam os retratos dos reis

da casa de Bragança.

Esta sala igualmente se prestava às reuniões das Juntas: de Justiça Criminal, criada pelo alvará de 15 de novembro de 1810; e do Desembargo do Paço, criada pelo alvará de 10 de setembro de 1811.

Com bastante largueza se acomodavam, neste edifício, a tesouraria e cofre geral de todo o arquipélago, a contadoria geral e secretaria da Junta, a repartição do selo de verba e da causa pública, e o oratório ou capella com invocação de Nossa Senhora da Guia, provida dos mais ricos paramentos, e alfaias, e em que um capelão especial celebrava missa nos dias das Juntas, a que assistiam os seus membros antes de entrar às sessões. – E além disto tinha contígua uma casa, em que habitavam os antigos provedores e feitores, e onde se ofereceu moradia ao marquês de Minas, quando em 1669, veio acompanhar a esta ilha El-Rei D. Afonso VI, e ali é que ultimamente era o quartel da guarda, que dava as sentinelas ao cofre da tesouraria, e às portas do cais.

Em 1830, instalando-se nesta ilha a Regência do Reino foi extinta a Junta da Fazenda, ficando a parte superior daquele edifício a cargo da Comissão Administrativa, que criada pelo decreto de 26 de março do dito ano, fazia as vezes de tribunal do tesouro, presidida pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Fazenda, mas com a nova organização fiscal de 1832, sucedeu-lhes a Recebedoria Geral, depois Contadoria da Fazenda, que ali permaneceu até 13 de maio de 1840, em que foi transferida para o palácio do governo civil, em consequência da providencia tomada pelo governador civil José Silvestre Ribeiro, com o útil fim de formar naquele palácio o assento de todas as repartições administrativas e fiscais.

Conhecido posteriormente o estado de ruína, a que havia chegado esta propriedade com uma existência de mais de três séculos, mandou o governo proceder à nova construção de todo o edifício, ficando, desde então, exclusivamente destinado para alfândega, para lhe dar assim mais largas acomodações.

As obras começaram, por arrematação, em julho de 1850,

e concluindo-se nos fins do ano de 1852 com a despesa de 13.294$000 réis insulanos, entrou a nova casa a servir no dia 31 de dezembro do referido ano.

No alto andar deste edifício, cuja frontaria para o lado do mar deita 9 janelas, acomoda a sala da mesa grande, onde funcionam os primeiros empregados, e no andar de baixo está a balança, a casa do selo, e a mesa da verificação. Em um e outro pavimento se compreendem para arrecadação dos géneros, mercadorias e manufaturas, os melhores armazéns, arejados e seguros.

Na fachada do lado da entrada, tem sobre o pórtico uma janela de sacada, e no cimo as armas reais em pedra de cantaria, com o ano da edificação, na parte inferior.

É sem contradição a melhor casa da alfândega que há nos Açores, e talvez fora das cidades de Lisboa e Porto. O carácter principal deste edifício é a simplicidade da sua construção, ainda que as suas proporções com a cidade, e com o comércio, o tornam nobre e distinto.

Foi concedido o foral da alfândega por El-Rei D. Manoel em 4 de julho de 1499, e o regimento dos Feitores foi dado em 17 de julho de 1561.

A tarifa que regulava os ordenados dos seus empregados era muito antiga, e por isso, tendo em março de 1832, o ministro de estado da Fazenda José Xavier Mouzinho da Silveira visitado e inspecionado esta alfândega, foi, em consequência, promulgado do decreto de 6 de abril, que organizou o novo quadro de empregados, abolindo os antigos vencimentos, que até então eram pagos em género e dinheiro na importância de 21 moios de trigo, e de 354$150 réis.

O rendimento desta alfândega nos últimos 6 anos económicos, que decorreram do 1.º de julho de 1857 até 30 de junho de 1863, foi de 284:689$773 reis, moeda insulana, por este modo:

1857 a 1858.....43:534$636
1858 a 1859.....51:468$474
1859 a 1860.....38:100$756
1860 a 1861.....55:566$181
1861 a 1862.....61:271$684
1862 a 1863.....34:748$042

Classificado o rendimento por ano civil, o de 1863 (janeiro a dezembro) foi de 50:561$467 reis.

Asilo de Infância Desvalida

Os asilos beneficiarão de importantes contribuições de emigrantes açorianos no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro e que, em 1872, liderados por José Maria dos Reys, constituem a *Sociedade Auxiliadora dos Azylos da Infância e de Mendicidade d'Angra do Heroísmo*.

O asilo de infância desvalida de Angra do Heroísmo está estabelecido no edifício do extinto convento de Santo António dos Capuchos, que para este fim foi definitivamente doado pela carta de lei de 27 de fevereiro de 1858.

Foi este asilo fundado pelo zeloso empenho do governador civil o conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt. A sua instalação teve lugar, com a maior pompa, no dia 16 de abril de 1853, celebrando missa o chantre da catedral Euzebio Joaquim Fernandes, e sendo pregador o vigário António Joaquim Borges. A sua existência e estatutos foram aprovados pela Rainha, no decreto de 8 de junho do dito ano, sendo ministro do reino o conselheiro de estado Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Este asilo recolhe atualmente 42 asilados, de um e outro sexo: a sua manutenção está a cargo da irmandade de Nossa Senhora do Livramento, legalmente ereta pelo referido decreto. Serve de igreja a esta casa de piedade, a que era do extinto convento, e que ordinariamente é denominada a igreja do Livramento, de que trataremos no lugar competente.

A sua direção, ou mesa administrativa é composta de sete vogais, um dos quais é denominado – *Mordomo do Asilo*, e a eleição é de dois em dois anos no dia 5 de setembro.

Os asilados recebem aqui a possível educação literária, e são ensinados nos diferentes trabalhos e ofícios, segundo as suas inclinações, para se tornarem uteis a si e à sociedade. Há um diretor, que tem título de capacidade conferido pelo ministério do reino para o ensino primário dos asilados; – e serve de mestra das asiladas uma senhora, que tem o nome de diretora.

O rendimento deste estabelecimento calcula-se em 1:350$000 por ano, e a sua despesa uma igual quantia:

tendo para a sua instituição concorrido as generosas subscrições de muitos portugueses, especialmente terceirenses residentes no império do Brasil, cujos nomes ficarão para sempre registados, com boa recordação, nos arquivos deste asilo. Também a Augustíssima Senhora Duquesa de Bragança, veio com sua esmola gravar aqui seu Nome benéfico e sempre protetor dos infelizes.

Os dormitórios de um e de outro sexo são cómodos, e regulares, estabelecidos naquele espaço, que antes era ocupado pelas celas dos religiosos. Ainda hoje serve de casa de jantar o antigo refeitório, com as suas mesas de pedra, tendo na parede do lado superior um quadro antigo, pintado a óleo, e que representa a *Ceia de Cristo*. Destina-se para secretaria do asilo a casa do capítulo.

El-Rei o sr. D. Luiz, quando Infante, visitou este estabelecimento no dia 1.º de novembro de 1858, sendo aí recebido, com a maior solenidade, e recitando um discurso de congratulação, em nome dos asilados, o vice-mordomo o Dr. Rodrigo Zagallo Nogueira, a que El-Rei se dignou responder, Prometendo aceitar o título de *Protetor do Asilo*, que efetivamente veio a assumir pelo seu real despacho de 19 de maio de 1863.

Era aqui o convento de Santo António dos Capuchos de Angra.

Em 15 de janeiro de 1643 foi doado pelo capitão Roque de Figueiredo este sítio, onde era a antiga ermida de S. Roque para ali se erguer o convento, e por escritura de 14 de fevereiro do dito ano, tomou o encargo de padroeiro o capitão João d'Avila, cavaleiro das ordens de Cristo e de Avis. Abertos os alicerces foi, no dia 9 de março, lançada pelo padroeiro a primeira pedra no arco da capela-mor da igreja na parte do lavatório, sendo este ato presidido pelo provincial das ilhas, Fr. Matheus da Conceição, assistindo

as autoridades, clero, e mais corporações públicas.

No dia 14 de maio, que era quinta-feira *da Ascensão*, celebrou-se no convento de S. Francisco uma missa solene. Depois reunido o cabido, e senado da câmara, o governador do castelo, e um grande concurso, saiu uma procissão com o Sacramento, a qual veio pela praça da cidade, e rua do Galo até à nova igreja, onde ficou depositado o Sacramento; recolhendo-se, pela primeira vez, a um pequeno dormitório o presidente, e os noviços, que se destinavam ao novo Convento.

As primeiras e principais obras ficaram concluídas no dia 12 de junho do dito ano, véspera da festa de *Santo António*, a cuja ordem pertencia.

Aqui viveram, pois, os religiosos até que este convento foi suprimido pelo decreto de 17 de maio de 1832, e extinto pelo de 28 de maio de 1834, ficando incorporado nos próprios nacionais, até que teve o atual destino, reservando-se a maior parte de sua cerca para cemitério público.

Foi, neste convento, que, no tempo da emigração constitucional, veio aquartelar-se em 1830 a companhia de Voluntários Académicos, quando regressou da freguesia dos Biscoitos, onde estava estacionada, e que com a companhia de condutores passou pela ordem do dia de 29 de março de 1830, a formar a brigada de Artilharia Volante, comandada pelo 1.º tenente José Maria Baldy. E aqui residiu até maio de 1832 em que embarcou para o exército libertador, comandada pelo major de artilharia, João Pedro Soares Luna.

Junto deste convento, no ângulo direito do adro da igreja havia uma grande e frondosa árvore chamada = *Freixo*. Esta árvore copava a entrada do adro, e era de uma antiguidade secular, de certo coeva com o edifício, a que

parecia servir de sentinela. Debaixo dela se assentavam os romeiros e os devotos de *Nossa Senhora do Livramento*, e quantas vezes ali a mocidade académica entoaria os hinos da liberdade para desafogar as saudades e as recordações da pátria! Mas a velhice e ação do tempo foram sucessivamente deteriorando esta árvore, cessando a sua vegetação, e por isso foi cortada na manhã de 5 de agosto de 1843.

Entra-se para o asilo pela antiga portaria do convento, que dá para o claustro, que é formado de quatro ângulos, em perfeito quadro, rodeado de 12 janelas: o seu pavimento é todo de lajedo de cantaria, tendo no centro um pequeno pedestal, com 4 degraus, onde está uma cruz de pedra tendo no cimo um rótulo, mesmo de pedra, com a inscrição = J.N.R.J. = e na base a data da fundação do convento.

A este edifício e igreja precede uma avenida e entrada fechada por um parapeito formado de cantaria, em que estão alguns acentos, e a que dão sombra belas árvores, mandadas plantar quando, em 1843, se melhorou e embelezou esta entrada por determinação do governador-civil o conselheiro José Silvestre Ribeiro.

Asilo de Mendicidade

As comissões administrativas que, ao longo do tempo, geriram o asilo de mendicidade não efetuaram alterações no imóvel que só após o sismo de 1980, dada a sua destruição, será abandonado.

O asilo de mendicidade está colocado numa parte do andar de baixo do vasto edifício do hospital da Misericórdia de Angra, com uma entrada independente, pela rua da Guarita, e por um grande pórtico, que tem uma tarja, com a inscrição = ABRIL 1860 = ASILO DE MENDICIDADE = .

Deve-se este estabelecimento ao cuidado e impulso do governador civil o comendador José Maria da Silva Leal, que promoveu a sua criação, e estabeleceu os primeiros elementos da sua receita.

Foi, pois, inaugurado em 14 de abril de 1860 concorrendo a este ato o Ex.mo Bispo de Angra D. Fr. Estevão, o governador civil, muitos funcionários públicos, o par do reino conde da Praia da Vitória, e um numeroso concurso. Os dormitórios do novo asilo foram benzidos pelo mencionado Prelado, que se paramentou na igreja do mesmo hospital, e a cujo púlpito subiu depois o vigário da paróquia da Conceição, o cónego-honorário Francisco

Rogério da Costa, que orou sobre o facto humanitário, que se praticava.

O asilo recebeu desde logo 22 pobres de um e outro sexo. A patriótica banda *Harmonica* vitoriou todo este ato tocando agradáveis hinos, em quanto se procedia à bênção da casa, e à admissão dos asilados.

Este instituto tem dois dormitórios para os dois sexos em separado, casa de comida, e cerca para servir de horta, e de passeio aos pobres.

A administração deste asilo é cometida a uma comissão de 5 membros, nomeada de dois em dois anos pelo governador civil do distrito, tendo como presidente honorário o bispo da diocese.

Pelo real decreto de 21 de janeiro de 1861, foi por El-Rei o sr. D. Pedro V aprovado este estabelecimento, e autorizada a sua legal administração.

Para a manutenção deste asilo tem concorrido vários donativos de verdadeira caridade. A virtuosa Duquesa de Bragança, Imperatriz, viúva, do Brasil, não deixou de Mandar em socorro deste instituto um valioso auxílio.

Atualmente recolhe 60 asilados, e o seu rendimento anual é de 1:045$000 insulanos, pouco mais ou menos, e que é aplicado ao alimento, vestuário e calçado etc.

Assembleia Angrense

A *Assembleia Angrense* permanecerá no Palácio Bettencourt até 1919, ano em que se dissolve e funde com o Lawn Tenis Club. No edifício funcionarão o Liceu e o Seminário, o Posto dos Correios e o Aquivo e Museu.

A associação denominada – *Assembleia Angrense* – tem por fim o decente recreio e honesta convivência dos sócios e suas famílias, e os meios que emprega para conseguir este pensamento civilizador, são bailes, concertos músicos, leitura, e jogos de bilhar, cartas, tabolas e xadrez.

Existe há 29 anos. A sua inauguração teve lugar com um esplêndido baile na noite de 22 de março de 1835.

Esta associação está atualmente colocada na bela casa n.º 6, da rua da Rosa, que era o antigo solar do morgado Bettencourt Correa e Avila, e que conserva a recordação histórica de ter sido onde se tratou e pactuou a primeira aclamação constitucional, que teve lugar nesta cidade a 2 de abril de 1821, quando ali residia o general Francisco António de Araújo e Azevedo, seu principal autor.

Os seus estatutos ultimamente revistos e aprovados em 10 de agosto de 1855 foram sancionados por El-Rei o sr. D. Pedro V por sua real carta de mercê, que Houve por constituída legalmente esta associação, baixando os respetivos estatutos, assinados pelo ministro do reino o conselheiro de estado Rodrigo da Fonseca Magalhães.

A Assembleia Angrense dá seis bailes, sendo o primeiro no mês de novembro, e o último no de maio. A estes bailes são convidados os estrangeiros e recém-chegados, que estão nas circunstâncias de concorrerem a eles. A sala do baile é decorada com formosos espelhos de molduras e florões dourados, pendendo do seu teto, que é de abóbada, dois magníficos lustres de cristal que sustentam 36 lumes, além das lustrinas, que se fixam nas paredes. Esta sala foi melhorada e preparada expressamente para receber Sua Majestade o sr. D. Luiz I. quando ainda infante veio a esta ilha em 1858 e tinha sido convidado para um baile, que a Assembleia Lhe dedicava.

No seu gabinete de leitura, além de diversas obras instrutivas, e de recreio, se encontram vários jornais nacionais,

e estrangeiros.

Em seu arquivo guarda todas as pratas, louças finas, vidros, e mais objetos, que possui para o serviço dos bailes ainda os mais esplêndidos e concorridos.

A admissão dos sócios pertence à direção com a mesa da assembleia geral: cada sócio paga a quota mensal de mil e duzentos réis, exceto nos meses de julho e setembro inclusive, que paga seiscentos réis por ser, unicamente, nas noites destes meses, que a Assembleia não dá chá a seus sócios.

A direção da sociedade é composta de cinco membros, e anualmente eleita no dia 10 de julho de cada ano.

Associação Comercial

Inicialmente instalada numa sala no edifício, entre 1908 e 1911 a *Associação Comercial* partilhará o imóvel com a Escola Industrial que ali inaugura o seu museu. A saída da Associação Comercial dará lugar à instalação da Guarda Fiscal e da Brigada Naval da Legião Portuguesa na década de 1940.

No ano de 1852 foi organizada nesta cidade a Associação Comercial da Ilha Terceira, para promover os interesses do comércio, e fomentar o seu desenvolvimento. O seu fim é puramente comercial, sem admitir discussão ou controvérsia política.

Pelo decreto de 4 de novembro de 1852 foi constituída definitivamente esta sociedade, e aprovados os seus estatutos, os quais assinados pelo ministro das obras públicas o conselheiro António Maria de Fontes Pereira de Mello, se acham adjuntos à carta de mercê de 7 de dezembro do referido ano.

A associação está colocada, junto do cais da cidade, no edifício nacional, que antigamente serviu de hospital civil, e em uma sala que foi concedida pelo governo para as suas reuniões, como consta da portaria do ministro da fazenda o conselheiro Fontes Pereira de Mello, datada de 4 de abril de 1855.

Tem, na mencionada sala, um gabinete de leitura, cujas paredes estão ornadas de mapas geográficos, e no qual se encontram os boletins do ministério das obras públicas, comércio, e indústria, os jornais da ilha, os comerciais de Lisboa e Porto, o *Shipping-Mercantil*, Gazeta de Londres, e os mapas gerais estatísticos de todo o comércio de Portugal e ilhas etc.

Sobre uma mesa à entrada da sala está o livro, onde se inscrevem os visitantes, e dois interessantes livros, que servem de registo ao movimento comercial do porto, compreendendo as entradas e saídas de todos os navios e barcos, suas tripulações, tonelagem, consignações, e cargas, tanto de importação, como de exportação etc.

Biblioteca

Para a instalação da biblioteca da cidade na livraria do antigo Convento de S. Francisco contribuiu Félix da Costa enquanto responsável pelo seu primeiro inventário. Em 2016 a biblioteca pública foi instalada num novo edifício.

No edifício do Liceu desta cidade (extinto convento de S. Francisco) e à entrada do pavimento superior, está estabelecida a biblioteca desta cidade.

A sala onde existe é a própria da antiga livraria daquele convento, cujo teto é de abóbada, e de propósito construída, com toda a regularidade, para o fim a que os religiosos a destinavam.

A portaria do ministério do reino de 24 de janeiro de 1835, assinada pelo ministro do reino D. Fr. Francisco de S. Luiz, mandou reunir ali os volumes, que ainda existissem das livrarias dos extintos conventos do distrito, o que efetivamente se praticou.

Vários obstáculos retardaram a constituição legal desta biblioteca até que o governador civil, o comendador José Maria da Silva Leal, conseguiu aproveitar estes livros, estabelecendo a biblioteca, na conformidade dos decretos de 17 de novembro de 1836, e 10 de abril de 1860.

Com efeito, no dia 1.º de outubro do dito ano de 1860, se reuniram na sala da biblioteca, o governador civil, o bispo da diocese, o presidente e vereadores da câmara, o administrador do concelho, e um grande número de cidadãos, e depois de um eloquente discurso, que pronunciou o reitor do Liceu o Dr. António Moniz Barreto Corte- Real, foi pelo governador civil inaugurada solenemente esta biblioteca, do que se lavrou ata, que o chefe da 2ª repartição do governo civil, Félix José da Costa, leu e subscreveu. A portaria do ministério do reino de 10 de novembro do referido ano concedeu a regia aprovação a este novo instituto, sendo em seguida nomeados pelo governo o bibliotecário e oficial da biblioteca, com os competentes vencimentos pagos pelo Estado.

A câmara municipal desta cidade vota, anualmente, em seus orçamentos, o subsídio de cem mil reis para a necessária aquisição de livros.

Reúnem-se aqui, distribuídos em famosas e elevadas

estantes mais de três mil volumes, compreendendo várias obras sobre Teologia, mística e litúrgica; sobre Filosofia; Jurisprudência, Economia política e social, Ciência histórica, eclesiástica e política; Cronologia, Geografia, Matemática e Literatura; tendo vários autores modernos como Garrett, Castilho, Herculano, Rodrigues de Bastos, Mendes Leal, Latino Coelho, João de Lemos etc.

Além disto, e na grande mesa da biblioteca tem as três esferas celeste, terrestre e armilar e; além de 8 mapas geográficos, que estão na sala de leitura, que fica adjunta.

Tem dois livros, ou registos interessantes: um com o título *Classificação das obras da biblioteca*, a que serve de adminículo um *catálogo alfabético* das mesmas obras; e outro que serve para a inscrição dos visitantes da biblioteca.

Este estabelecimento está aberto todos os dias, não santificados ou feriados, desde as 9 horas da manhã até às 3 da tarde, na forma do regulamento aprovado pela portaria do ministério do reino de 27 de agosto de 1862.

No gabinete da biblioteca, ou sala de leitura estão quatro mapas oferecidos ao Liceu em 5 de outubro de 1848 pelo distinto terceirense o brigadeiro D. Ignacio Castil-Blanco e que tem por titulo "Mapas geo-hidrográficos, históricos, e mercantis, dedicados ao Sereníssimo Senhor D. Pedro de Alcântara, Príncipe da Beira, pelo major Joaquim Pedro Cardoso Cazado Geraldes em 1815".

Bispado de Angra

El-Rei D. Manoel fez as primeiras instâncias ao Pontífice Clemente VII para criar em bispado independente o arquipélago dos Açores, porém no reinado de El-Rei D. João III é que se obtiveram de Sua Santidade Paulo III as bulas de fundação do Bispado de Angra, datadas de Roma a 5 de novembro de 1534.

E por carta régia ou padrão real daquele monarca, expedido em Évora a 11 de outubro de 1535 foi formal e definitivamente constituído o Bispado de Angra e mais ilhas dos Açores, tendo o seu assento ou sede episcopal na igreja de S. Salvador de Angra.

O Bispado pois, se estende pelas nove ilhas dos Açores, nas três cidades de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, e Horta; e por 19 vilas – da Praia da Victória, e S. Sebastião *(ilha Terceira*); Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Nordeste, Lagoa, Povoação, (*ilha de S. Miguel);* Velas, Calheta, Topo *(ilha de S. Jorge*); Santa Cruz, e Praia *(ilha Graciosa*); Lages, S. Roque, Madalena, *(ilha do Pico);* Santa Cruz, Lages *(ilha das Flores);* Corvo *(ilha do Corvo);* Porto*, (ilha de Santa Maria);* e composto presentemente de 130 paróquias, e 35 curatos sufragâneos, tudo distribuído por 17 ouvidorias ou comarcas eclesiásticas, e segundo o registo paroquial de 1862 com 58:055 fogos, e 243:352 almas.

As constituições do Bispado foram organizadas e estabelecidas em 1599 pelo 3.º bispo de Angra D. Frei Jorge de S. Tiago.

El-Rei D. João III doou um edifício aos bispos de Angra para sua residência na sede do bispado, e do qual trataremos em lugar competente.

A côngrua dos bispos era de 242 moios e 26 alqueires

de trigo e 399$995 a dinheiro, pela folha do antigo conselho da fazenda; e que, pelo preço regular de 500 réis o alqueire de trigo, montava toda a 7:672$995 réis insulanos. Hoje está reduzida à quantia anual de 2:400$000 réis moeda forte, incluída no orçamento geral do estado.

Também antigamente foi concedida ao Prelado Diocesano a verba de 20 moios e 12 alqueires de trigo, e 33$333 réis para esmolas da Mitra, e outras despesas eventuais.

Cadeia Pública

Do antigo edifício conventual das freiras capuchas, no topo da rua do Galo, depois Cadeia Pública, nada resta. No seu local existe o largo ajardinado, e a memória dos que por ali passavam e compravam aos presos, através das grades das janelas, pequenos brinquedos em madeira.

A atual cadeia da cidade de Angra do Heroísmo está situada no começo da rua da Guarita, e no edifício que outrora foi convento das religiosas capuchas.

A antecedente cadeia estava colocada na praça da restauração, nos baixos da antiga casa do senado de Angra, e a sua última reconstrução datava de 20 de abril de 1610, porque nesse dia, se congregaram para esse fim, em sessão extraordinária, o bispo de Angra D. Jerónimo Teixeira, o governador do Castelo D. Pedro Sarmento, o capitão-mor da cidade Manuel do Canto e Castro, juízes e vereadores, com o corregedor Roque da Silveira, que os convidara, e promovera este melhoramento. O padre Cordeiro, indica na sua *Historia Insulana*, que "os da governança da cidade fizeram praça em 1610, e em 1611 levantaram os paços do concelho, torre e cadeias, gastando então nove para dez mil cruzados."

Sendo, pois, estas cadeias menos próprias, pela sua antiguidade de 235 anos, e além disso, muito insalubres e hediondas, era conveniente, por todos os princípios de humanidade e de civilização, que fossem removidas. Em consequência resolveu a câmara municipal de Angra do ano de 1845, (presidida pelo visconde de Bruges, hoje conde da Praia da Vitória) que fosse pedido ao governo o edifício do extinto convento das capuchas para o estabelecimento da nova cadeia.

O governador civil, o conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt enviou, com boa informação de 8 de fevereiro do dito ano, ao ministério do reino aquela representação, e em seu deferimento baixou o real decreto de 10 de dezembro, pelo qual foi doado à câmara o dito edifício para esta nova construção.

A câmara tomou posse do edifício no dia 22 de abril de 1846, e as obras começaram logo no dia 27 do referido mês, e nelas se despendeu a quantia de 5.894$591 réis. ficando assim alevantada desde os alicerces a nova cadeia pública desta cidade, e de tal modo construída, que no dia 29 de junho de 1847

foi depois da respetiva vistoria, posta à disposição do juízo de direito da comarca, cuja vara exercia o Dr. José Afonso Botelho, assistindo a este ato o governador civil, e câmara municipal, e no dia seguinte 21 de junho, pelas sete horas da manhã, escoltados por uma força de Infanteria n.º 5, para ali foram transferidos os 21 presos, que existiam nas antigas cadeias.

Este edifício compreende nos seus dois pavimentos 57 metros de comprido, e 15 de largo, afora a cerca, e um corredor de 10 metros de comprido, e 5 de largo, onde está o quarto de detenção.

As prisões e enxovias são espaçosas, seguras e bem ventiladas com separação para ambos os sexos; e correm à borda da rua, e no mesmo lugar que servia à igreja, e coro do convento. Tem um cárcere disciplinar, quarto de interrogatórios, e uma excelente capela, onde os presos assistem à missa nos domingos e dias santos de guarda, com capelão subsidiado pela Santa Casa da Misericórdia desta cidade. O claustro, que foi o do convento, forma um grande largo para os presos passearem. Tem depois uma sala de entrada, casa do carcereiro, e a casa da guarda militar. Para todo este edifício se entra por um famoso pórtico, sobre o qual estão colocadas as armas da cidade, com a inscrição = 1847 = data da fundação.

Erguia-se aqui a igreja e o convento das religiosas capuchas da ordem de Santa Clara, tendo por orago o mártir S. Sebastião, em consequência do voto feito por ter cessado a peste de 1599, como falaremos.

Fundou-se a igreja no lugar onde estava a ermida de S. Sebastião, de que o senado de Angra era padroeiro, e por isso ficou também sendo o padroeiro da capela-mor do convento por acórdão tomado em vereação de 3 de fevereiro de 1659, com a dotação anual de 30$000 réis, e para mais amplitude do novo convento foram por Pedro da Costa Machado, em escritura pública de 18 de outubro de 1661, nas notas do tabelião

Bartholomeu Cotta Falcão, doadas umas casas que estavam contiguas.

Lançou-se a primeira pedra nos alicerces do convento na parte do coro em 29 de outubro de 1661, a que presídio o vigário da paróquia da Conceição Francisco de Vasconcellos Meirelles. As obras findaram no sábado 18 de março de 1662, e no dia 19, dia de S. José, entraram na clausura as primeiras religiosas, assistindo a esse ato as autoridades e a câmara, cantando missa o chantre da Sé António da Rocha Ferraz.

A bula da fundação foi depois expedida pelo papa Clemente IX, em data de 20 de novembro de 1668, vindo as religiosas a professarem em 5 de Angra de 1681, perante o bispo de Angra D. Fr. Lourenço de Castro.

Tinha este convento o rendimento anual de 54 moios e 29 alqueires de trigo, 2 moios e 11 alqueires de milho, 7 alqueires de chícharo, 22 galinhas, 2 canadas de manteiga, 6 carradas de lenha, e 57$735 réis a dinheiro.

Este convento foi extinto pelo decreto de 17 de maio de 1832, tendo em 1829 sido aberta a clausura, e saído as religiosas para o mosteiro de S. Gonçalo, a fim de servir este convento para quartel militar. Ali se recolheu o regimento de Infantaria n.º 18 logo que desembarcou nesta cidade no dia 12 de dezembro de 1829 chegando da Inglaterra na escuna inglesa *Jako'lantern,* que conduziu igualmente a Ex.ma Duquesa da Terceira, então condessa de Vila Flor. Quando ficou devoluto este quartel estabeleceu-se ali provisoriamente o hospital militar do exército.

Depois do estado de profanação a que ficou reduzido este edifício, foi tudo em junho de 1845 formal e devidamente profanado pelo ouvidor eclesiástico Manoel Correa d'Ávila, e posto à disposição da autoridade administrativa para a construção da cadeia de que temos tratado.

Cais da Alfândega

A eficaz carga e descarga de mercadorias e o transporte de passageiros, fundamentais para as elites comerciais locais, justificaram sucessivas intervenções para remediar a falta de um molhe de abrigo e o alargamento do cais de Angra, mas sem grande sucesso.

O primeiro, principal, e mais antigo cais de Angra é o denominado = *Cais da Alfândega* = a que o padre Cordeiro na sua *História Insulana*, em 1717, chamava um largo, nobre, e grande caís de cantaria, situado no litoral da baía, entre o porto de pipas e a Prainha.

Desconhecemos a data da sua primitiva construção, supômo-lo com a existência de três séculos, pois é certo, que já pelo alvará datado de 14 de maio de 1566 o cardeal Dom Henrique, quando regente em nome d'El-Rei Dom Sebastião, mandou concertar o cais da cidade, e fazer um forte muro de cantaria que fosse dali até ao lugar da rocha da Prainha, e ainda pela provisão real de 2 de setembro de 1586 mandou o Rei Filipe II trezentos cruzados à câmara de Angra para o reparo do mencionado cais, debaixo da inspeção do corregedor Christovão Soares d'Albergaria.

Depois, sucessivamente tem o cais levado várias alterações. Em 5 de dezembro de 1839, um furioso vendaval o tornou quase inútil, causando-lhe gravíssimos estragos, que o governador civil, o conselheiro de estado José Silvestre Ribeiro, mandou reparar com mais vantagem, e emenda de seus primitivos defeitos, de modo que no dia 4 de abril de 1840, aniversário da Rainha, foi o cais apresentado, e saudado como ressurgido de tão lastimosa destruição; e posteriormente, por motivo de novos insultos do mar, o conselheiro Nicolau Anastácio Bettencourt promoveu no ano de 1846, e ainda no de 1856, o seu melhor reparo e segurança por um modo útil e satisfatório.

No ano de 1861 o inteligente diretor das obras públicas, Afonso Joaquim Nogueira Soares, dirigiu o urgente reparo e alargamento deste cais, dando-lhe, como se reclamava, maiores proporções para o lado do oeste, nivelando o seu pavimento, e colocando-o num estado correspondente ao comércio da ilha, ao mais pronto serviço de carga e descarga, cómodo trânsito dos passageiros, e amplo e seguro transporte das mercadorias.

Este cais, na sua maior largura, é cercado de um parapeito de cantaria, tem seis argolões de ferro onde se prendem os barcos de cabotagem entre as ilhas, e mesmo as lanchas do serviço do porto. Há 28 anos que tem um excelente guindaste de ferro, vindo de Londres, e que, na forma da portaria do ministério da Fazenda de 23 de julho de 1834, substituiu em junho de 1835 o antigo guindaste, que ali existia de propriedade particular.

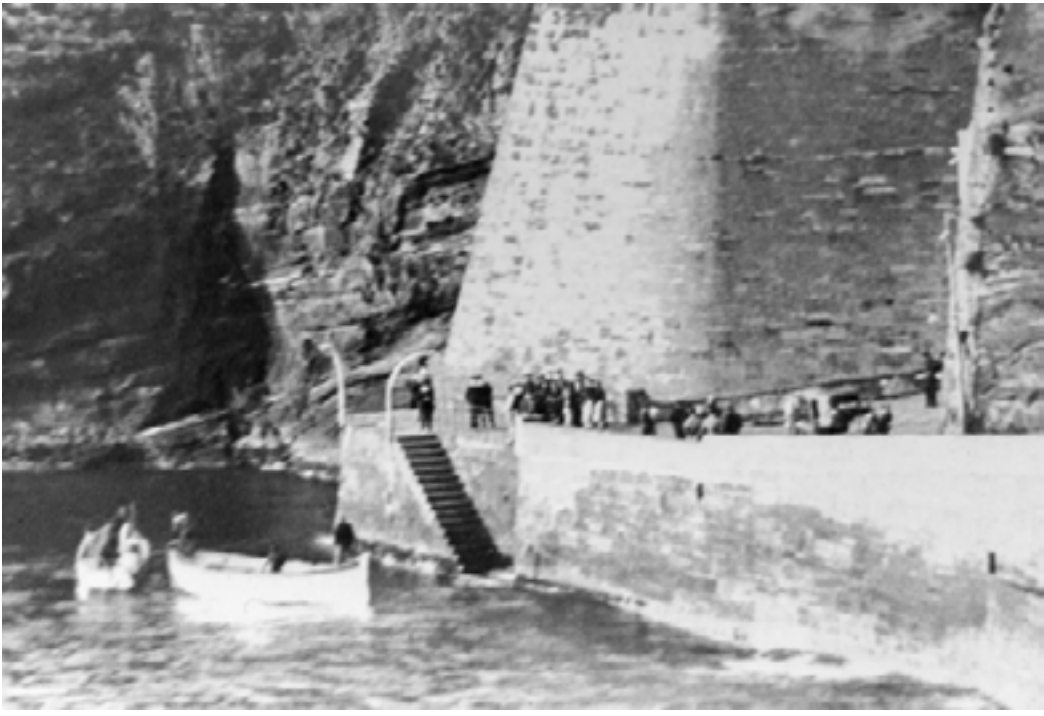
Sobe-se do cais ao Pátio da *Alfândega* por duas largas escadarias, tendo no intervalo um chafariz, do qual se faz o fornecimento da aguada para as embarcações.

A polícia propriamente dita deste cais é regulada pela postura da câmara municipal de Angra de 10 de junho de 1863, segundo a doutrina da portaria do ministério do reino de 11 de abril de 1857.

A polícia fiscal é exercida pelo guarda-mor da alfândega, e respetivos guardas, existindo junto da escada do lado direito uma casa, que serve de estação ao guarda especialmente encarregado do registo e polícia do embarque e desembarque, tendo ao pé o grande portão de carros, por onde se faz a condução de pipas, lenhas, e objetos de carriagem.

Foi por este cais que desembarcaram nesta cidade, em 15 de março de 1830 a Regência do Reino em nome da Rainha, presidida pelo marquês de Palmela; em 3 de março de 1832 o senhor D. Pedro IV, quando *Duque de Bragança*, vinha assumir a mesma regência; e em 31 de outubro de 1858 o senhor D. Luiz I, ainda Infante, e duque do Porto.

Cais da Figueirinha



Cais de desembarque alternativo em caso de temporal, o isolamento da sua localização conferiu-lhe a função de local de desembarque de deportados e prisioneiros considerados perigosos.

Na baía de Angra, e à raiz da muralha do Castelo de S. João Baptista, no sítio chamado a *Figueirinha* está construído o belo cais, que deste lugar tomou o nome.

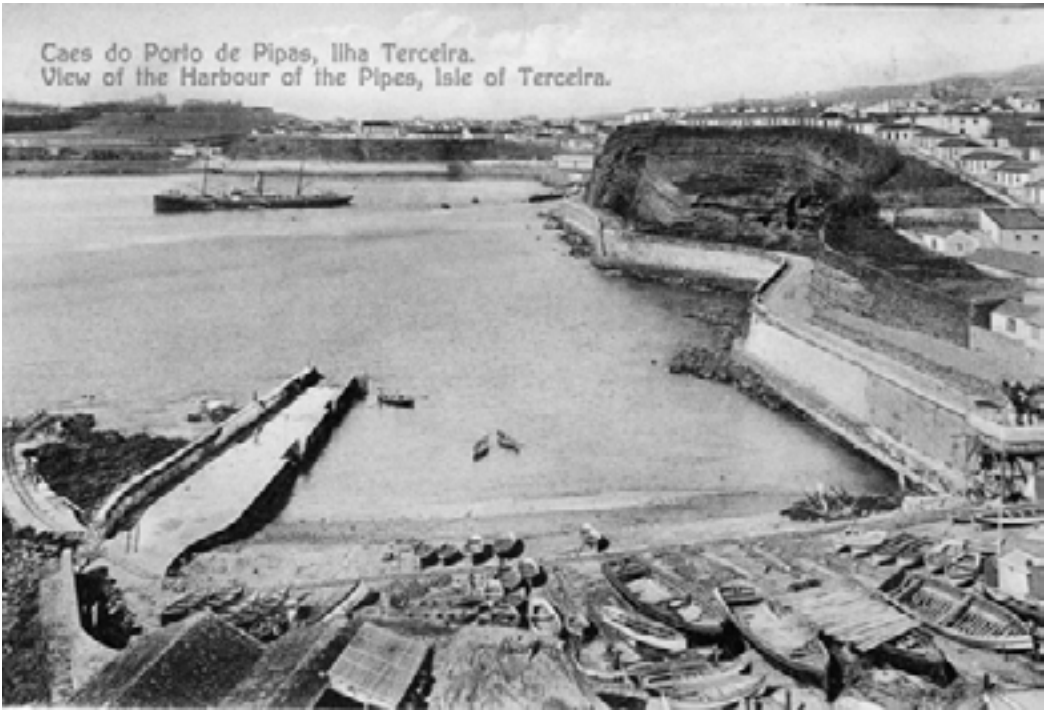
Foi seu fundador o governador civil, o conselheiro José Silvestre Ribeiro, que neste melhoramento público deixou uma lembrança de sua distinta administração.

Esta obra começou no dia 27 de dezembro de 1841, e despendeu-se na sua construção a quantia de 16:363$788 réis, por onde se pode avaliar a importância de uma obra em que foi preciso empregar grandes esforços, rompendo a rocha, formando-se escavações profundas, e preparando uma ampla estrada de comunicação até ao cais de que tratamos; indo parte sobre uma arcada de abóbada, debaixo da qual existe um largo portão que dá serviço para a enseada do *porto-novo*, que lhe fica adjunta, e a que se desce por uma grande e espaçosa escada, em cujo topo tem dois armazéns destinados à guarda de utensílios ali necessários, um à ordem da alfândega, e outro à da intendência da marinha.

Quando o mar não deixa usar o cais da alfândega, é certo que, em muitas ocasiões, o cais da *Figueirinha* oferece cómodo e seguro meio para carregações, especialmente da laranja na estação invernosa; e na ocasião, em que o vento reina do sueste, as tripulações, abandonando os navios, nele desembarcam pela proximidade do ancoradouro.

Este cais tem o maior espaço para objetos de carga e descarga, e a um lado está construída uma casa para o serviço do registo e fiscalização. Está fechado com um grande portão, cujas chaves estão debaixo da superintendência da alfândega, e da especial fiscalização do respetivo guarda-mor.

Cais do Porto de Pipas



O cais do Porto de Pipas num postal americano do principio do século XX onde se vê, também, a recém-construída (1857-1890) Estrada Bernardino Machado que o tornava acessível ao centro da cidade.

O cais do *porto de pipas*, fica situado à parte de leste da baía, e na enseada, que assim se chama.

Este cais é formado ao longo da restinga, que existe entre a muralho do castelo de S. Sebastião, e tem junto de si um amplo varadouro para os barcos de pesca, lanchas de serviço do porto e do comércio, e ainda serve, com grande utilidade, para se recolherem os barcos costeiros, que navegam entre esta ilha, e as do Faial, Pico, S. Jorge e Graciosa, para cujo fim já pelo alvará de 14 de maio de 1566, o governo d'El-Rei D. Sebastião tinha mandado preparar e concertar aquele porto.

Mas se a antiga história tratava este lugar como muito bom, e até lhe chamava *régio-porto,* é também certo que em 1831 se destinava ali uma obra importantíssima, construíndo-se um molhe de cantaria, que obrigasse aquele porto; – muitos rochedos foram removidos, e o cais seguia com o maior avanço para o mar, por quanto a Regencia do Reino, em nome da Rainha mandou cuidadosamente tratar deste melhoramento, e seus trabalhos se adiantaram com tal rapidez, e com tanta mestria, que mereceram ser visitados algumas vezes por sua majestade imperial o sr. D. Pedro, *Duque de Bragança*, durante a sua residência nesta cidade. Mas o tempo, e os combates violentos do mar concorreram pouco depois, para destruir aquela obra, que as circunstâncias do tesouro não permitiam continuar a subsidiar.

Deste porto saem, quase sempre, os possíveis socorros aos navios, que se acham em perigo dentro da baía, na ocasião de grande temporal; acrescendo que naquele espaçoso areal, se poderia erguer um belo estaleiro, como a experiência já tem mostrado, construíndo-se ali embarcações de alto lote, não só em outros tempos, mas ainda recentemente. O que mais lembrança oferece é o brigue português = *Faísca* = lançado ao mar no dia 10 de maio de 1846, sendo para notar, que todas as madeiras empregadas na sua excelente construção eram desta ilha Terceira, e até o construtor, natural deste mesmo arquipélago.

Cais dos Vapores

O antigo cais dos vapores, entretanto desativado, passou a ser conhecido por Cais dos Soldados.

Na rocha do castelo de S. João Baptista, para o lado do oeste, entre a baía do Fanal e as baterias de S. Diogo, no sítio chamado *recanto dos espanhóis*, existe um pequeno cais denominado o *cais dos vapores*.

Este cais foi construído à custa da companhia *União Mercantil* para o serviço dos passageiros dos vapores daquela companhia, quando no porto de Angra os ventos não permitem que os vapores comuniquem com a terra. O cais não é mais do que um pequeno ramal, que o liga ao caminho do castelo, e com uns degraus entalhados na própria rocha.

Cafés

Os cafés só na década de 1870 se vulgarizarão em Angra: os dois que Félix assinala dão lugar a quatro registados no *Almanach Insulano* para 1874.

Concentraram-se, principalmente, na Rua Direita e Praça Velha e o jogo do bilhar parece ter interessado os angrenses que, desde 1867 neles encontrava espaço público para a sua prática.

Na rua direita, n.º 37 existe um pequeno estabelecimento denominado café publico. Tem pouca concorrência, mas é asseado, e com serviço regular. Foi aberto no ano de 1855, e está autorizado pela respetiva licença da autoridade administrativa.

Ainda há um outro café intitulado – *Café-central* –, mas como faz parte e é estabelecido na mesma casa da hospedaria desta cidade, trataremos dele nessa ocasião.

Caixa Económica

A Caixa Económica de Angra do Heroísmo funciona numa das salas do palácio do governo civil logo à entrada das repartições públicas.

Esta útil instituição foi lembrada e provida, com incontestável patriotismo, pelo governador civil o conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt, que, no dia 12 de janeiro de 1845 instalou a respetiva sociedade fundadora.

A caixa económica começou as suas operações em 3 de março do dito ano, para solenizar n'esse dia o aniversário da entrada d'El-Rei D. Pedo IV, nesta cidade.

Está legalmente constituída e autorizada pelo real decreto de 6 de outubro de 1849, que aprovou os seus estatutos referendados pelo ministro do reino o conde de Tomar.

Os depositantes têm garantido os seus depósitos pelas ações dos sócios, e recebem o juro de cinco por cento; e os empréstimos são feitos pelo juro estabelecido para os contratos comerciais.

A sua direção dura dois anos, e é eleita pela sociedade, que se reúne até ao dia 6 de janeiro.

No biénio de 1862 e 1863 o movimento deste estabelecimento demonstra que o numerário em giro, proveniente de depósitos, empréstimos, e restituições, montou naquele período a 146:131$045 réis. O número de depositantes foi de 3:451, e os depósitos de 41:803$345 réis, sendo em 31 de dezembro último o fundo da caixa, proveniente dos lucros obtidos das suas operações, a quantia de 3:072$750 réis, já líquido das despesas do expediente e de material nos 18 anos de sua existência.

Castelo de S. João Baptista

O Castelo de S. João Batista sofrerá alterações nas suas construções nos anos de 1940, enquanto na década de 1960 lhe serão acrescentados modernos edifícios para albergar os novos contingentes militares.

Uma das maiores fortalezas de Portugal é o castelo de S. João Baptista de Angra do Heroísmo, que, ainda por vários historiadores, é classificada uma das mais insignes da Europa.

Está situado na subida da montanha denominada = *o Monte do Brasil* =, a qual estendendo-se ao mar em forma de península ou de grande promontório, tem perto de uma légua (5Km) de circunferência, formada, a leste pela baía de Angra, ao oeste pela do Fanal, ao sul por altíssimas escarpas verticais, que a tornam inacessível pelo lado do mar, a que ficam, eminentes, – ao norte por um istmo, que a une à terra, e cuja maior largura é de 260 braças (12 ares, 58 centiares) entre as duas baías de Angra e do Fanal.

É, pois, à raiz desta montanha, e ao transpôr deste istmo, que está colocado o castelo, que parece coroado pela referida montanha.

O terreno deste castelo, e o monte foi comprado a Manoel do Rego da Silveira pelo preço de 900$000 réis, tendo tomado o nome *monte do Brasil*, porque assim foi e é conhecido, desde o seu primeiro possuidor Pedro Luiz de Souza, chamado o Brasil, por ter vindo do império do *Brasil*.

Filipe II desenvolvendo as suas ideias de engrandecimento tratou logo de construir aqui um famoso castelo, o que já no tempo d'El-Rei D. Sebastião se tinha projetado, e se levaria a efeito se a câmara de Angra não representasse no sentido contrário, a que o Rei deferiu em carta régia de 4 de julho de 1572, não obstante declarar, na mesma carta, que para a edificação da fortaleza, tinha o voto de pessoas práticas e inteligentes.

Filipe II, ao contrário, tomando, com mão armada esta ilha, e assegurando o seu domínio em todo reino, não se esqueceu da heróica resistência, que aqui encontrou aos seus planos de usurpação, quis logo alevantar uma fortaleza, que tornasse, nestas paragens, respeitado o seu nome, e vencedor o seu poder, e de cuja riqueza seria assinalada testemunha, e

eloquente pregoeiro esta importante fortificação.

Mandou à ilha o engenheiro-mor de Espanha, João de Vilhena, para estudar o plano e levantar a planta do castelo que pretendia construir. Traçado o desenho da obra, que era de grande importância, Filipe II não se demorou em levá-la a efeito; mandou-lhe dar princípio em 29 de maio de 1590. Despachou como governador a D. António de la Puebla, que assumiu a gerência militar até então a cargo do mestre de campo João d'Urbina. Lançou-se a primeira pedra nos alicerces do novo castelo, abertos no lugar em que se ergueu o torreão de *Santa Catarina*, que fica à parte do oeste, sendo-lhe então dado o nome de *Castelo de S. Filipe do Monte do Brasil*.

Este ato foi praticado com toda a solenidade e pompa, assistindo o bispo de Angra Dom Manoel de Gouveia, o governador espanhol, e um grande concurso.

Começada a obra continuou com grande empenho. Pela provisão expedida de Madrid com data de 12 de outubro de 1607 consignou anualmente a quantia de dezasseis contos de réis, deduzida dos rendimentos das alfândegas para ocorrer às despesas da construção, aplicando, por novos alvarás, outros recursos, que eram satisfeitos pelos cofres da Fazenda dos Açores. Vieram do reino todos os materiais de maior urgência, como madeira, ferro, e as próprias ferramentas, assim como chegavam sucessivos e abundantes carregamentos de pedra de cal, como demandava uma obra tão gigantesca a todos os respeitos, e que Filipe III ainda em seu outro alvará de 7 de junho de 1613 dizia que – considerava *muito importante por ser esta ilha Terceira a escala das armadas, frotas, e mais navios que vem de umas e outras índias*.

Duraram as obras do castelo muitos anos, despendendo-se a valiosa soma de sete centos e quatro contos de réis na sua edificação, e nas linhas de fortificação, que vamos descrever.

Subindo da cidade ao castelo pelo lado principal, depara-

se logo com a soberba e majestosa porta, que lhe dá entrada, e cujos umbrais são ornados de várias molduras ou lavores entalhados em pedra, tendo em cima um largo tarjão de cantaria, em que está esculpida uma inscrição em latim, que fôra ali mandada gravar por El-Rei D. João IV, em consequência do voto que fez de ter a Imaculada Senhora da Conceição, como Protetora e Defensora do Reino. Desta inscrição só podemos conhecer o seguinte:

BEATAE VIRGINIS CONCEPTIONEM
REX TIBI CONCEPTAE VIRG SINE
.....
HIC PRIMUS CIV.....
JOANNES QUARTUS.....
MO.....

E esta tarja é elegantemente coroada com as armas e coroa de Portugal, tendo tido antes as de Espanha, que o mesmo Monarca Restaurador, D. João IV, mandou tirar em 1642, quando o castelo se lhe rendera, ordenando assim, em cortes, aos procuradores da ilha Terceira:

> "Muito vos agradeço as lembranças que me fazeis nestes dois capítulos, que é mui conforme à vossa Fidelidade, Valôr e lealdade, com que tendes procedido e avantajado em meu serviço, e defeza da vossa liberdade, e do Reino, de que sempre terei lembrança. E Mando que no castello do Monte do Brasil se faça uma igreja da invocação de S. João Baptista; e que d'aqui em diante se chame o Castello de S. João, e que as armas de Castela se tirem, e as de Portugal se ponham em seu logar."

Depois deste primeiro documento, que o trono português expediu à cerca deste castelo, ficou então chamando-se o **Castelo de S. João Baptista**.

Caminha-se para a porta principal, por uma ponte formada por 9 arcos de cantaria, e junto dela uma pesada porta levadiça ou de alçapão, que se sustenta e ergue por duas grossas correntes de ferro, tendo debaixo os fossos regulares, formados em xadrezes de uma braça de fundo, que seguem ao sopé da muralha do castelo, desde o torreão sobranceiro à baía *do Fanal* até ao portão dos carros, e acompanhados exteriormente de uma estrada coberta com a esplanada, e alguns baluartes, nos pontos extremos daquela estrada.

Passada a porta principal entra-se no espaçoso corpo da guarda, que fica debaixo de uma bem construída abóbada de cantaria, sobre a qual existe um eirado ou terraço, que corre junto da muralha sobranceira à entrada. O corpo da guarda, com pavimento ladrilhado, além de acomodar mais de quatrocentos homens em forma, compreende a casa da guarda diária, e tem adjuntos os calabouços e prisões.

Dali sai-se para a dilatada e grande praça do castelo, que é mui plana, e regular, e que tem ao lado do nascente a ermida do *Espírito Santo*, ao sul a arruinada igreja de *S. João Baptista*, e ao ponente o nobre palácio dos governadores do castelo, além de outras casas, que servem de bons quartéis aos oficiais da guarnição, e à secretaria do governo do castelo, e dos corpos ali estacionados.

A ermida do *Espírito Santo*, a que o P.e Cordeiro, na *Historia Insulana* chamava a primeira e antiga igreja do castelo, é a única que hoje existe nesta praça. É pequena, e no altar da sua modesta capela tem no primeiro lugar a imagem de *Nossa Senhora do Rosário*, e no segundo a de S. João Baptista, tendo aos lados as imagens de *Santa-Bárbara*, e de *Santa Catarina.*

A igreja de S. João Baptista foi começada depois de

vencido o castelo, pela ordem que já indicámos dada em cortes de 1642, sendo certo que em 1656 ainda se tratava da sua edificação, com grande empenho do governador o almirante João de Sequeira Varejão. Era uma magnífica e grande igreja, que infelizmente foi convertida em ruínas por um incêndio no dia 23 de setembro de 1818, restando-lhe apenas as paredes e frontispício, que é de bela aparência, com duas torres, tendo no centro as armas reais, e ainda o lugar do relógio, que tanto útil era ao serviço da praça.

Debaixo da capela-mor tinha uma casa subterrânea, que servia de jazigo dos governadores do castelo, e ali existem ainda os restos do general Francisco António d'Araújo e Azevedo, assassinado naquela praça pela contrarrevolução absoluta de 3 de abril de 1821.Desta igreja saía na sexta-feira santa a procissão do *Enterro* do Senhor, que se recolhia no convento das religiosas de S. Gonçalo, e a qual se fazia com a maior pompa militar, e concorrência de toda a tropa. Depois daquele incêndio a procissão começou a sair da igreja do colégio, denominada capela real. Ainda em 1832 o Imperador e Rei o senhor D. Pedro iv Tomou uma vara do pálio nesta procissão, que então se praticou com o maior luzimento, pregando à saída o padre Marcos Pinto Soares Vaz Preto, seu capelão, e depois arcebispo de Lacedemónia, e esmoler-mor da casa real. Concorreu a esta procissão toda a tropa comandada pelo conde de Vila-Flor, com o Estado-Maior general, assim como muitos altos-dignitários e grandes do reino, então aqui residentes, o marquês de Loulé, marquês de Fronteira, conde de Vila Real, conde de Lumiares, conde de Parati, conde da Taipa, conde de Ficalho, barão de Rendufe etc. A procissão só tornou a sair do castelo, e da ermida do *Espírito Santo*, no ano de 1847, sendo governador o brigadeiro António Homem da Costa Noronha, que zeloso pelas glorias e memoráveis tradições daquela fortaleza, ainda quis deixar esta distinta recordação.

Oxalá que um dia se possa reedificar esta excelente igreja,

como no parlamento já pediu em 1857 o deputado José Silvestre Ribeiro, e cuja despesa chegou a ser orçada em 5:870$000 réis, porque assim ficará restaurado um monumento nacional, que a gratidão do Rei mandou erguer em honra deste castelo.

O *palácio dos governadores* é um excelente edifício de dois andares com todas as acomodações, tendo no primeiro belas salas e diversos quartos. O padre Cordeiro lhe chamava *regio-palacio.* Foi aqui, que residiu El-Rei D. Afonso VI, sendo nos quartos inferiores alojados os seus oficiais-mores, criados de maior foro, e os capitães da sua guarda de archeiros. Ainda hoje no quarto que serviu de câmara d'El-Rei existe, desde aquele tempo sobre a porta, um escudo de pedra com as armas de Portugal.

Depois desta praça abrem-se diversas ruas e bem lançadas, que tornam este castelo uma regular e bela povoação, com excelentes casas para os oficiais, quartéis para as companhias dos corpos arregimentados, casa de caserneiro, arrecadação, e alem disso o Trem da divisão, de que adiante trataremos.

Uma elevadíssima muralha de cantaria, formada com a maior solidez, e na espessura de 12 palmos (2 metros, 64 centímetros) fecha o castelo, e parece abraçá-lo contra o monte do Brasil desde o torreão de Santa Catarina, sobre a Bahia do Fanal, até à extrema, que fica sobre o campo do *relvão*. Nesta muralha estão construídos vários redutos, alguns bastiões, rampas, várias casamatas subterradas a meia muralha, por onde se defendem os fossos, e algumas guaritas formadas de abóbada, colocadas entre as ameias, o que forma um vasto e grandioso composto de antigas fortificações. Adiante do torreão do estandarte real, no ângulo do castelo fronteiro à cidade, e na melhor de suas cortinas estão duas baterias, a de D. Pedro IV, e a de D. Maria II, as quais, em pedra-mármore, e no seu parapeito, tem gravadas as seguintes inscrições:

A primeira:

R.
BATERIA
DE
SUA MAGESTADE FIDELISSIMA
O SENHOR D. PEDRO IV
Imperador do Brazil
E
REI DE PORTUGAL
ANNO: 1828

A segunda:

R.
BATERIA
DE
SUA MAGESTADE FIDELISSIMA
A SR.ª D. MARIA II
RAINHA DE PORTUGAL
ANNO: 1829

Passando-se destas baterias, e saindo-se do arruamento do castelo encontra-se o largo do *portão dos carros*, por onde se faz o serviço dos materiais, artilharia, e carriagem, tendo ao pé uma casa da guarda, e de outro lado as antigas cisternas, que se calcula levarem três mil pipas de água, e em que também se recolhe a dos eirados do corpo da guarda, que se comunicam por alcatruzes subterrados.

Depois temos as linhas de fortificação nas extremidades do *monte do Brasil*.

A muralha continuando, e descendo sobre a rocha do mar do lado de leste, vai formando a fortificação do monte, em uma série de baterias ligadas entre si, e que seguem, com caminho largo, na margem da baía de Angra, até à ponta de *Santo António*, tendo no começo a *casa da pólvora*, construída em 1849.

Na ponta está a maior bateria ou forte, com uma casa de munições, quartel da guarda, em cuja parede exterior existe um nicho com a imagem de Santo António, e seguindo-se além, ainda se encontra uma outra bateria, e no final do caminho um chafariz, cuja água verte dentre os rochedos da montanha, que lhe fica eminente. Aqui foi a primeira fortificação, antes do castelo, por quanto em 1581 o corregedor e governador Cipriano de Figueiredo mandou construir um forte, dando-lhe o nome de Santo António, em atenção ao Prior do Crato D. António, que então esta ilha reconhecia como Rei de Portugal.

Esta bateria é a do registo, e onde se fazem as advertências aos navios, que demandam a baía, e se hasteiam os sinais, quando o mar e o mau tempo não permite a sua entrada, como indicaremos em lugar próprio.

E seguindo a muralha pelo lado do oeste, depois da baía do Fanal, corre caminho fortificado na extremidade do monte até à ponta de S. Diogo, onde estão duas baterias, a da *Fidelidade*, e a da *Constituição*, construídas em 1830, e que flanqueando-se reciprocamente, e batendo de revés todo o ataque feito na encosta de S. Matheus, são uma bela fortificação. A primeira, para que se desce por um portão é mais baixa, e compreende 4 canhoneiras: na camisa desta bateria está esculpida em mármore branco a seguinte inscrição:

BATERIA
DA
FIDELIDADE
22 de junho de 1830
Se hum povo livre ao juramento falta
Hé vil perjuro á Lei, traidor á Patria.

A segunda, com que remata a fortificação, é de oito canhoneiras, e igualmente tem uma inscrição em pedra mármore, que diz:

BATERIA
DA
CONSTITUIÇÃO

4 d'abril de 1830

Pela pátria morrer, hum povo livre
Hé suave dever, hé Lei sagrada.

Neste lugar existe uma casa de munição, quartel de guarda, e na raiz do monte adjacente a esta bateria está formada uma gruta, com a abóbada natural da rocha, donde, por entre o musgo, cai filtrada água doce, que serve todo o ano para uso dos soldados, que ali estão de guarda.

Na bateria da *Fidelidade* existe uma grande peça de bronze fabricada em Inglaterra, segundo se vê na legenda da culatra, e que tem a data – 1571, e o nome de *Elisabeth, Regina,* referindo-se à Rainha Izabel de Inglaterra, filha de Henrique VIII, contra a qual Filipe II mandou a sua maior esquadra, conhecida pelo nome de *Invencível Armada.*

Também neste castelo havia a famosa *peça de Diu* ou *da Malaca,* que era de bronze, e de grande calibre. Este canhão foi achado aqui, quando os espanhóis entregaram o castelo. El-Rei D. José I mandou por avisos do ministro Martinho de Mello e Castro de 7 de março de 1770 e 1.º de julho de 1771 dirigidos ao general D. Antão de Almada, que a dita peça fosse enviada ao arsenal do exército, e com efeito foi enviada para Lisboa na fragata S. João Baptista, em 22 de julho de 1771, à disposição do inspetor do arsenal o tenente-general Manoel Gomes de Carvalho. Se esta era com efeitos a verdadeira peça *de Diu*, achada pelos portugueses, quando se apossaram da cidade, por morte do sultão Badur, tendo de comprimento 27 palmos e 9 polegadas, e de circunferência na culatra 9 palmos e 9 polegadas, então é a que hoje existe em Lisboa no arsenal, e não se perdeu na ocasião do transporte, como escreveram alguns historiadores.

Depois de observadas as fortificações o visitante tem de subir aos quatro montes que, na extensão de 92 moios de campo (534 hectares, 33 ares, 60 centiares), se erguem da mesma raíz, e formam o *monte do Brasil*.

O primeiro monte, voltado à baía, é chamado o do *Facho,* onde está o telégrafo, eleva-se acima do nível do mar 92 braças (202 metros e 4 centímetros) compreendendo terrenos, que hoje se acham cultivados, e servem para milho, centeio, cevada, favas, batatas, etc. Na lombada deste monte, e junto de uma grota, que o divide do monte das *Cruzinhas*, ao lado de excelente caminho, que corre superior e paralelo ao da Ponta de Santo António, encontra-se entre as verdes plantações a ermida de *Santo António,* edificada pelo terceiro governador D. Gonçalo Mexia em 1615, não obstante ainda se tratar da obra das muralhas. Ainda há poucos anos se fazia a festa do santo com vésperas, e novenas, que eram muito concorridas, tocando ali a música do corpo militar, e proporcionando uma reunião agradável, pela vista pitoresca, que o passeio apresenta sobre a cidade, suas verdejantes colinas, tendo aos pés a baía de Angra com o seu ancoradouro.

Na encosta que fica abaixo da dita ermida existem os restos duma *quinta de regalo*, outrora reputada de grande recreio, não só pela sua posição, como pela sua construção e ornatos, de que ainda se acham vestígios, pois tinham em volta hortas ajardinadas, latadas de vinha, sustentadas por mais de 200 pilares ou colunas de pedra, dois chafarizes e uma cascata, providos de água de duas cisternas ali construídas, e de cujos eirados subiam escadas até ao caminho da ermida – a cujo lado se erguiam dois baluartes artilhados.

O segundo monte, voltado ao sudoeste é o do *Zimbreiro,* que fica superior às baterias de *S. Diogo*, e cujo terreno é também cultivado, e serve, na sua maior parte, para pastagem de gados.

O terceiro monte, voltado ao sul, é íngreme, escarpado e

perpendicular ao mar, e onde a cultura se tem negado. Tem um lugar fortificado, que se denomina o *forte da Quebrada,* com uma casa de guarda, e uma cisterna, quase destruída.

O quarto monte – voltado ao castelo, é o das Cruzinhas, que sobe entre estes, mas menos alto. Nesta eminência havia a antiga casa da pólvora, que depois se converteu em prisão durante a crise política de 1828 a 1832.

No centro destes quatro montes existe um lindo vale ou caldeira, que terá meio moio de campo (290 ares, e 4 centiares). É terra lavradia, e muito cultivada.

Estes montes pelo estado de cultura a que ultimamente chegaram, estão de renda e produzem a quantia de 979$055 réis por ano, que é arrecadada pelo Conselho Administrativo do Castelo, nos termos das ordens, e orçamento do ministério da guerra do ano económico de 1863 a 1864, sendo este rendimento aplicado ao reparo das fortificações e quartéis.

Tem-se plantado nestes montes muitas árvores, sendo certo que em 1834, desde janeiro até maio se levou a efeito a maior plantação, de álamos, vinháticos, acácias, folhados, vimeiros, tanto em árvore, como em estaca, fazendo uma soma de 7588 plantas.

Pode ter escapado na descrição deste castelo alguma circunstância local, mas só o curioso visitante poderá ocularmente observar, confrontar, e apreciar devidamente a situação, grande extensão, e importância desta fortaleza, cuja notícia, pela nossa parte, será sempre imperfeita. As fortificações, os montes elevados, as terras cultivadas e matizadas de diferentes verduras, as encostas arborizadas, e os passeios agradáveis formam aqui um famoso colosso, que, com suas muralhas de pedra, com suas vozes de bronze, com suas recordações, e com o estandarte de Portugal está à entrada da baía de Angra, como em sinal de respeito e de grandeza.

Há aqui lindos pontos de vista, que muito recreiam. Ao

chegar ao cume do pico do *Facho*, o visitante é surpreendido pela vista mais encantadora, pois que ali se desdobra a seus olhos o mais formoso panorama, e um maravilhoso quadro, vendo a cidade em toda a sua extensão, com os seus elegantes edifícios, altos campanários, e os campos cheios de bela vegetação, as serras cobertas de arvoredo, e depois toda a costa do mar, que rodeia a ilha desde a ponta da *Mina*, a leste, até à ponta dos *graneis*, ao oeste, e além a imensidade do oceano até um amplíssimo horizonte.

O navegante, que demanda esta ilha, ao avistar o Monte do Brasil alegre brada, e saúda com transporte, a desejada aparição da terra: e ainda não há um ano que um ilustrado escritor, em um *esboço histórico* da época, tratando das saudades que a emigração portuguesa sofrera em terras estrangeiras narra = "que quando os emigrados avistaram o cume do Monte do Brasil, um grito único saído de todos os lábios, pronunciou com um só entusiasmo, com uma só fé, com uma só crença = PATRIA! = palavra que se desafogou das lágrimas de todos aqueles filhos, que viam ressuscitada a mãe, que julgavam perdida!

À posição destes montes, e especialmente aos três primeiros, únicos que se avistam do mar lá ao longe, podem, como parece ao nosso esclarecido patrício o Dr. Moniz Corte-Real, aplicar-se aqueles versos do imortal Camões, na descrição da entrada da ilha dos amores:

"Três formosos outeiros se mostravam,
Erguidos com soberba graciosa,
Que de gramíneo esmalte se adornavam,
Na formosa ilha alegre, e deleitosa;"

Muitas são as recordações, que se dão neste castelo, soberbo monumento da grandeza de Filipe II, e de glória dos portugueses.

A história regista gloriosos períodos, em que este castelo se tornou notável.

O estado do sítio em que esteve desde 25 de março de 1641 até 6 de março de 1642 foi uma época de glória para os Terceirenses, porque com os seus atos de valor e de coragem, obrigaram os espanhóis a entregarem-se, e a render o castelo à obediência d'El-Rei João IV, o que teve lugar naquela última data. E foi este um dos mais gloriosos florões, que ornaram a coroa do Rei Restaurador, e tanto que o grande orador, António Vieira, prégando nas exéquias daquele monarca, disse "*que o fortíssimo e inexpugnável castelo da ilha Terceira* se rendera, não a sítio de capitães e soldados pagos, mas ao que, por mar e por terra, lhes fizeram os seus moradores e lavradores *com assombro do mundo*."

Nesta fortaleza entrou dois dias depois, a 8 de março, vinda da catedral uma solene procissão, com o Santissimo-Sacramento, acompanhada do cabido, clero, e um grande número de cidadãos, em ação de graças pelo vencimento do castelo, indo atrás do pálio o retrato do Senhor-Rei D. João IV, levado nos braços do provedor da fazenda, e do capitão-mor da ilha de S. Jorge. E no dia 10 igualmente este castelo recebeu, como em triunfo, a devota procissão da Misericórdia, levando o Senhor Santo-Christo, que tinham depositado na ermida de Nossa Senhora da Saúde, com promessa de não se mudar sem o rendimento daquela fortaleza.

Já então, entre os vivas e aplausos de todos, o castelo era proclamado *de S. João Baptista*, o que veio a confirmar-se pelo alvará-régio do 1.º de abril de 1643.

Depois este castelo tem sempre gozado as honras de um *lugar-principal* e *distinto*. A seu respeito teve execução a carta d'El-Rei D. João IV de 30 de junho de 1654, em que dizia:

"Juiz, Vereadores etc. – Eu El-Rei vos envio muito saudar. Para que seja mais notória a obrigação que Eu e todos os meus

vassalos temos de defender que a Virgem Nossa Senhora foi concebida sem pecado original, Houve por bem resolver que em todas as portas e entradas das cidades, vilas, e lugares principais dos Meus reinos se ponha, em uma pedra bem lavrada, uma inscrição votiva etc.. Escrita em Alcântara a 30 de junho de 1654. – REI –."

E assim se fez, colocando-se, como já dissemos, essa inscrição sobre a porta do castelo, reconhecendo-se assim *um dos lugares principais da monarquia*; sentimos porém que estejam tão gastos os caracteres ali esculpidos, e tão negra e carcomida a pedra, que não fosse possível decifrá-los melhor.

Sendo os primeiros factos sucedidos dentro desta fortaleza, depois da sua entrega aos Reis legítimos e naturais, tão ligados com a nossa religião, também depois da ordem política tem ocorrido factos, que a tornam remarcável.

Foi este castelo escolhido para aposentadoria d'El-Rei D. Afonso VI, que aqui residiu desde 19 de junho de 1669 até 24 de agosto de 1674. Durante esse período os passeios favoritos do infeliz monarca eram pelos caminhos, que comunicam com as pontas de *Santo António*, e de *S. Diogo*, montes *do Facho*, e *das Cruzinhas*, em que El-Rei descansava a maior parte do tempo, mas logo que saía do paço também se entretinha em passear no sitio chamado da *Malaca*, que é junto ao portão dos carros, e onde, por tradição se diz, havia uma pedra, em que El-Rey se assentava.

Teve lugar na praça deste castelo a primeira revolução constitucional da ilha Terceira, de que foi chefe o general Araújo em 2 de abril de 1821, assim como a heróica e sempre memorável resolução do batalhão de Caçadores n.º 5, em aderir, na madrugada de 22 de junho de 1828, à restauração liberal dos direitos de El-Rei o senhor D. Pedro IV, e da carta constitucional.

Aqui se reunia, e fazia algumas vezes sessão o governo provisório, que então se instalou; e ainda depois se estabeleceu

a junta da real fazenda, com os cofres públicos, quando em 1828 se projetou encerrar neste castelo tudo que pudesse ser prestadio e útil à causa da liberdade, se porventura a esquadra inimiga atacasse esta ilha, tornando-se esta praça o único e esperançoso capitólio da restauração das liberdades pátrias.

Também nesta fortaleza se estabeleceu a *casa da moeda*, instituída pela junta provisória em nome da Rainha, em 18 de março de 1829, e que depois a Regência do reino confirmou por seu decreto de 5 de abril de 1830, de que trataremos em outra parte.

Foi este o primeiro castelo, e a primeira parte de todos os domínios da nação portuguesa, onde, pela primeira vez (no dia 19 de outubro de 1830, dia do nome do senhor D. Pedro IV) se hasteou a bandeira nacional, bipartida verticalmente em branco e azul, com as armas reais no centro, como foi criada pela Regência do reino no decreto de 18 de outubro de 1830, para servir desde então de bandeira portuguesa.

Coube a este castelo a glória de receber muitas vezes a Sua majestade imperial o senhor D. Pedro IV, Duque de Bragança, que no dia 5 de março de 1832 ali deu sua entrada solene, sendo recebido, com todo o cerimonial e etiqueta; e vindo, fora das portas, entregar-Lhe as chaves do castelo o governador que era o coronel de Cavalaria n.º 8 José António da Silva Torres, depois barão do Pico do Celeiro e visconde da serra do Pilar.

Sucessivamente o castelo tem sido sempre muito considerado pelo governo na nomeação de seus governadores, que são de patente superior; conservando o estado-maior do castelo com um governador, major da praça, ajudante, comandante do presídio, capelão, e sacristão, além de um diretor da escola militar, e um ajudante, provendo igualmente o governo aos guisamentos para a capela da ermida do *Espírito-Santo*.

O decreto de 21 de dezembro de 1863 elevou esta fortaleza à categoria de *praça de primeira classe*, declarando

o ministro da guerra no seu relatório, que considerava assim o *castelo de S. João Baptista da ilha Terceira*, porque *"tanta é a sua importância militar em relação à defesa da mesma ilha, e tantas são as recordações de glória, que em si encerra."*

A guarnição denominada *pé de Castelo*, que havia nesta fortaleza foi abolida pelo alvará, com força de lei de 2 de agosto de 1766, que mandou regular o serviço do castelo, como estava o das praças principais do reino. Foi então criado um regimento de artilharia e infantaria, e pouco depois o batalhão de artilharia de Angra.

Em 1823, começou a ser guarnecido pelo batalhão de Caçadores n.º 5, que veio a reunir-se em 1828, e existiu até à sua saída em 30 de julho de 1831 para a ilha de S. Miguel, substituíndo-o o batalhão de Voluntários da Rainha, que regressou da Praia da Vitoria, conservando-se o batalhão de artilharia, novamente organizado em 10 de novembro do dito ano.

Depois da saída do exército libertador este castelo tem servido de quartel ao batalhão de Leais Fuzileiros, ao de Infantaria n.º 4 (que ainda foi fazer parte do exército a 3 de setembro de 1833) ao regimento Provisório de Infantaria, e aos de Infantaria n.º 21, n.º 5, n.º 18, e n.º 8, e às baterias de artilharia anualmente destacadas dos respetivos regimentos.

Atualmente está estacionado neste castelo o batalhão de Caçadores n.º 9, e uma bateria destacada do regimento de Artilharia n.º 3, e tem o seu quartel a Companhia de Veteranos dos Açores.

Finalizaremos este artigo com o que em 1831 escreveu, acerca deste castelo, o insigne português, hoje o tenente-general marquês de Sá da Bandeira "o monte Brasil, que já é posição militar das mais respeitáveis, poderá tornar-se uma das mais formidáveis fortalezas do mundo, se nele se fizessem algumas obras indicadas pelos princípios da engenharia."

Castelo de S. Sebastião

O Castelo de S. Sebastião continua a dominar sobre o cais do Porto de Pipas, agora convertido à função de unidade hoteleira.

Este castelo, situado a leste da baía de Angra, e junto da rocha sobranceira à enseada do *Porto de Pipas,* foi construído no tempo de El-Rei D. Sebastião, de que tomou o nome; e que para isso comprou o terreno a Pedro de Castro do Canto.

Começou a sua edificação no ano de 1555, fazendo El-Rei mercê do lugar de alcaide-mor a Manuel de Corte-Real, por carta régia de 25 de outubro de 1575; e vindo ainda a reparar-se por ordem do Rei D. Pedro II em 1698.

Pelo sítio e fábrica é de pouca entidade, mas pela posição na baía é de grande importância, pois que cruzam os seus fogos com os das baterias da ponta de Santo António, ou linha de fortificação do *monte do brasil*, que no outro lado da baía lhe fica fronteira.

O castelo é fechado por altas muralhas, que o cercam de todos os lados, tendo nos ângulos mais salientes, da parte da cidade, duas guaritas de pedra, cobertas de abóbada, e no lado da baía um cubelo ou torreão, onde se hasteia a bandeira portuguesa nos dias de grande e simples gala.

Assim que se aproxima a sua entrada passa-se por uma pequena ponte, que, tendo debaixo alguns fossos, é formada por dois arcos e dois pilares de cantaria, seguindo até à porta do castelo. Superior a esta porta e embutida na parede está uma lapida, que tem esculpidas as armas reais de Portugal, em cujo escudo estão marcadas duas setas (aludindo às de S. Sebastião) e por baixo uma legenda latina, de que procurámos apresentar um *fac-simile*, o que não permitem os tipos desta imprensa, porque no original estão algumas letras abertas na pedra umas sobre as outras, e muitas abreviaturas, que na antiguidade eram permitidas, mas que hoje nos é difícil entende-las*:

---

*Aquelas letras que vão mais pequenas, são as que na inscrição estão incluídas nas maiores, que as precedem.

JVBENTE
POSTRATES: D N PETRO II POP:
PART: OPAT: PSS : APCSEPTV
TAM, Q, REGN PETRAER.
MISS & ANGVL
CASTRVM
A SEBASTIANO CONDITVM
REAEDIFICATVR
A : D : MDCXCVIII

Acha-se depois o corpo da guarda, que é pequeno, e formado de abóbada, sobre a qual corre um terraço.

Depois está a porta, que saí para a praça, tendo em cima na parede interna um nicho, onde se coloca a imagem de S. Sebastião, com a seguinte inscrição:

ESTA IMAGEM MANDOU
FASER O CAPITAM MANOEL
GOMES LUZ EM O ANNO
DE 1711.

Entrando-se na praça do castelo encontra-se um plano, que tem mais de cem braças (4 ares, e 84 cent.) e onde está um parapeito fortificado com 14 canhoneiras. Ali existe a casa da residência dos governadores, armazém de munições, e uma grande cisterna, que recolhe 500 pipas de água.

Tem uma casamata subterrada, a que se desce por uma rampa; e em frente da porta um calejão, por onde se comunica com uma famosa plataforma, que fica na raiz da muralha, ou parapeito fortificado, virada ao mar, e onde se encontra a bateria baixa.

Em 1830 foi pela Regência encarregado o major de engenheiros José Dionizio da Serra de reedificar as baterias

deste castelo. Mudou então a sua configuração, que, sendo reta tangencial à porta de Santo António não tinha fogo algum, com que batesse a entrada da baía. Construiu em baixo uma bateria curvelina, que ainda hoje existe, afastada do muralhão, que lhe fica na retaguarda, e dando maior espaço ao respetivo terrapleno. Esta bateria é construída de um formigão natural, e incrustada com cal e área de tufo. Tem a seguinte inscrição lapidar, que foi colocada no primeiro aniversário da batalha da Praia da Vitória.

BATERIA DA HEROICIDADE
11 de agosto de 1830
Na defensão das Liberdades patrias
Heróes se estremão no geral dos povos.

Este castelo pouco oferece de factos dignos de recordação.

Na ocasião em que a formidável esquadra do marquês de Santa Cruz acometeu esta ilha no dia 25 de julho de 1583, dando a famosa batalha *da salga*, a nau-almirante quis medir sua artilharia com a deste castelo para desmoronar suas baterias, mas não logrou seu intento, porque as balas dali a fizeram voltar ao mar com a maior presteza; o que nesses tempos foi um motivo de glória para os defensores de D. António.

Foi esta fortaleza restituída ao domínio d'El-Rei D. João IV logo no dia 28 de março de 1641, depois da aclamação, que a cidade praticou, e por isso guarnecida por tropas portuguesas, formava com o seu pavilhão nacional, um perfeito contraste com o castelo de São Filipe, dentro de cujas muralhas ainda se sustentava o monarca intruso.

Atualmente tem um governador, e um ajudante da praça, sendo este o seu quadro até hoje estabelecido.

Cemitério do Livramento

A instauração de cemitérios civis em Portugal é decretada em 1835, e para lhe dar cumprimento muitas antigas cercas conventuais foram adaptadas a esse fim, como aconteceu em Angra do Heroísmo.

Este cemitério está situado ao sainte da cidade, para o lado de leste, numa parte da cerca do extinto convento de Santo António dos Capuchos, em cuja igreja se venera Nossa-Senhora com a invocação do *Livramento*, e que dá o nome a este cemitério.

Reconhecida, há muito, a carência de um cemitério geral, situado em melhor posição, e com as convenientes proporções, foi por isso que o governador civil Nicolau Anastácio de Bettencourt, enviou ao ministério do reino em ofício de 13 de março de 1845, uma representação da câmara municipal de Angra, presidida pelo visconde de Bruges, que pedia a doação daquela parte da cerca para construção deste cemitério. Foi feita esta concessão pela consulta do Tesouro público de 7 de agosto de 1846, e portaria do ministério do reino de 8 de maio de 1848, e, portanto, a obra só começou no dia 3 de junho do mesmo ano.

Concluído pois o novo cemitério teve lugar a cerimónia religiosa da bênção no dia 2 de novembro de 1849, *dia de comemoração dos defuntos*, pelo arcediago da catedral Manoel Correa d'Avila, ouvidor eclesiástico, que recitou as orações do ritual, assistindo a esse ato todo o clero de Angra, a ordem Terceira do Carmo, o secretário geral servindo de governador civil, o comendador José Ignacio d'Almeida Monjardino, a câmara municipal, o comandante da 10.ª divisão militar, barão de Bastos; o par do reino visconde de Bruges, o juíz de direito, outras autoridades, e grande concurso de povo, e uma guarda de honra de Infantaria n.º 5, com a banda de música.

O campo do cemitério é plano: tem 42 braças de comprido, e 25 de largura (50 ares, e 82 cent.): está perfeitamente murado. Dá-lhe entrada um famoso e elegante pórtico de grade de ferro, em cuja parte superior está tecida uma caveira, e outros emblemas da morte. No cimo do pórtico no lado exterior tem esculpida na pedra a legenda = "Oráe por nós" = sendo o último remate uma urna, que serve de pedestal à Cruz, augusto sinal da

redenção, que ali se acha erguido!

Já ali existem alguns túmulos, ou monumentos funerários de mármore com seus epitáfios.

Este cemitério está aprovado pela portaria do ministério do reino de 21 de setembro de 1849. O regulamento de 18 de março de 1850, aprovado pelo conselho de distrito estabeleceu a diferentes taxas dos enterramentos, e o preço do campo para mausóleos e compra de jazigos.

Cemitério dos Hebreus

É a instalação nos Açores, no principio do séc. XIX, de várias famílias judaicas oriundas de Marrocos que promove a construção de um cemitério próprio que surge assinalado numa planta da cidade de 1870.

No caminho novo, que serve de comunicação direta da freguesia de S. Pedro ao castelo de S. João Baptista, está colocado o cemitério hebraico, em terreno que era do município, e que outrora havia servido de cerca do concelho.

Foi na vereação de 15 de setembro de 1832, que a câmara municipal de Angra concedeu aos hebreus aquele campo, do qual em 24 do dito mês e ano se lavrou no Livro 19 a fl. 36 a escritura de venda ao hebraico Joaquim Zagury, pelo preço de trezentos mil réis.

No seu pórtico, e em pedra de cantaria, está gravado o seguinte dístico:

CAMPO DA IGUALDADE

OS HEBREUS COMPRERAM ESTE CAMPO AOS ILLUSTRISSIMOS MEMBROS DA CAMARA DA CIDADE D'ANGRA PARA FAZEREM SEU JAZIGO.

ANNO DE 1832

Cemitério dos Ingleses

A colónia de ingleses que, desde meados do sec. XVIII, instala no arquipélago uma rede de firmas de importação e exportação, promove a construção de um cemitério protestante no local onde hoje se encontra o campo de ténis municipal.

O pequeno campo murado e fechado, que está ao lado do tanque e chafariz da *Boa-nova,* além do hospital militar, é o cemitério dos ingleses.

É sabido que as nações do norte foram as que primeiro adotaram este modo de enterramentos.

Quando no mês de maio de 1813, morreu nesta cidade de Angra o cônsul Britânico Diogo-Alton, foi enterrado neste campo por concessão do governador e capitão-general Ayres Pinto de Sousa, que deste facto deu devido conhecimento ao governo, em ofício de 28 de agosto do dito ano dirigido ao ministro de Estado conde de Aguiar.

Desde então neste pequeno campo, que não excede a 4 ares e 21 cent., se constituiu o cemitério, onde exclusivamente são sepultados os súbditos da Grã-Bretanha.

Cemitério de S.ta Catarina

Única ermida urbana que dispunha de cemitério, atualmente a ermida de Sª Catarina abre as suas portas apenas uma vez por ano, no dia 25 de novembro.

No último extremo da cidade para o lado do oeste, e na freguesia de S. Pedro, existe o cemitério, que fica num alto, que era o adro da ermida de *Santa-Catarina*, que lhe dá o nome.

O bispo de Angra D. Fr. Manuel Nicolau autorizou o vigário daquela paróquia, Manuel Corrêa d'Avila, para benzer este adro, o que efetivamente se praticou em 14 de setembro de 1821, sendo assim convertido e preparado para *cemitério*, depois de aprovado em 22 de janeiro de 1822 pelo governador do Bispado o deão da catedral José Maria de Bettencourt Vasconcelos. Este cemitério é pequeno, apenas terá meio alqueire de terreno (4 ares, 84 cent.), servindo unicamente para o enterramento dos moradores da freguesia de S. Pedro. Consta que as autoridades, administrativa e sanitária, promovem a sua extinção, tornando-se geral para toda a cidade o cemitério do Livramento.

Chafarizes Públicos

A abundância de água e a proliferação de chafarizes (públicos e privados) é condição assinalada por viajantes que percorrem a cidade. Alargamento de estradas e refuncionalização de edifícios tem promovido a deslocalização de algumas destas estruturas.

Uma das maiores grandezas de Angra é a abundância da água.

A água de que a cidade se abastece vem na distância de uma légua, (5 Km) ao poente do sítio chamado – *Nasce-Agua* – conduzida por um famoso e bem construído aqueduto até aos chafarizes públicos e particulares.

Este grande aqueduto teve começo no ano de 1605. Por deliberação do corregedor o doutor Leonardo da Cunha (que veio em 1602), se mandou fazer este encanamento, cuja obra foi arrematada, na vereação da câmara de Angra de 10 de outubro de 1605 ao mestre Balthezar Fernandes.

Um grande manancial dá este nome de *Nasce-Agua* a toda aquela circunvizinhança, e nasce do fundo da terra em lugar fechado numa casa de abóbada chamada a *Mãe d'água*, e sita num lado da quinta do barão de Noronha, e da qual até à beira da cidade, naquela época, se mediram mil cento setenta e quatro braças de encanamento, cujo custo foi de 5.165$000 réis.

Esta casa achando-se em 1846 muito deteriorada foi reconstruída, e hoje está mui sólida tendo sobre a porta as *armas da cidade,* e uma legenda que diz = "*Foi feito este aqueduto pela câmara municipal de 1846*" =.

Chama-se também a este aqueduto o *encanamento real*, porque assim se reputava uma obra de tanta magnitude.

Dali separa-se parte daquela água, que saí da casa em borbotões sobre as fendas dos penhascos, e forma depois uma grossa ribeira chamada *dos Moinhos*, que vem até à cidade num cano regular descoberto, e de largura de nove palmos (2 metros) até despejar ao mar no sítio do *Matadouro*, servindo no seu trânsito para se utilizarem vários moinhos ou moendas de trigo e milho, de cujas farinhas se fornece a cidade, e a maior parte das povoações vizinhas. Esta ribeira também serve para lavagens de roupas, especialmente no sítio de *S. João de Deus*.

Recenseamos, pois, os seguintes chafarizes públicos

mandados construir pelo município, e que quase todos tomam o nome dos sítios, onde estão colocados.

No alto das Covas: – É um novo e bem construído chafariz de duas bicas, tendo em cima as *armas da câmara.* Tem ao lado um grande tanque para beberem os animais.

Na rua do marquês: – Junto ao muro do adro do colégio um novo chafariz de três bicas, com a coroa da cidade, e a data da sua construção – 1859.

No largo sobre o Porto-Novo: – É outro chafariz, com as armas da câmara, e que fica contiguo à casa da roda dos expostos.

Na praça duque de Bragança: – É junto a um dos portões da referida praça.

No mercado do peixe: – É situado ao lado do mercado, e tendo a data de 1856.

No largo da Boa-Nova, *ou Chafariz d'El-Rei*: – Antigo chafariz mandado construir pela fazenda pública; tendo ao lado um tanque muito amplo, e em semicírculo para beberem animais. É situado defronte do *campo do relvão*, na proximidade do castelo de S. João Baptista.

Na freguesia de S. Pedro: – O do *Portão de S. Pedro*, e o da *rua do meio*.

Na freguesia de Santa Luzia: – O de *S. João de Deus*; o da *Pereira*; o do *Chafariz-velho*; o de *Santa Luzia*; e o da *rua da Boavista*.

Na freguesia da Conceição; – O do *Porto de pipas*; o do *Corpo-Santo*; o do *largo dos Remédios*; o da rua de *Santo Cristo*; o da *Guarita*; o do canto da *rua do Desterro*; o do *Largo do Desterro*, próximo à ermida.

Na freguesia de S. Bento: – o do *Largo de S. Bento*, e o do sítio dos *Melancólicos*, detrás dos Capuchos.

Companhias

A Rua da Rocha vista do Páteo da Alfândega onde, na casa n.º 15, se localizava a Companhia de Seguros Fidelidade de Lisboa, e onde hoje está instalado o Centro de Oncologia.

Real Companhia União Mercantil em Lisboa. *(Navegação a vapor entre Lisboa e os Açores)* Agente em Angra do Heroísmo Antonio da Silva Baptista, rua da Sé n.º 3. Escritório da agência na rua Direita n.º 1.

O vapor desta companhia parte de Lisboa para os Açores, mensalmente, e toca nos portos de Ponta Delgada, *ilha de S. Miguel*, Angra do Heroísmo, *ilha Terceira*, Vila da Praia, *ilha Graciosa*, Vila das Velas, *ilha de S. Jorge*, e Horta, *ilha do Faial*, para onde conduz passageiros, cargas, e as malas de correspondência.

Preços das Passagens
(*moeda forte*)

De Lisboa para	1.ª câm.	2.ª câm.	3.ª câm.	convés
S. Miguel	30$000	26$000	10$000	6$750
Terceira	32$000	28$000	11$250	8$000
Graciosa				
Fayal	34$000	29$000	13$500	10$000
S. Jorge				

(moeda insulana)

Da Terceira para	1.ª câm.	2.ª câm.	3.ª câm.	convés
S. Jorge				
Graciosa	5$000	4$200	2$400	1$500
Faial				
S. Miguel	7$000	5$400	3$600	1$800

No regresso o vapor segue a mesma escala por todos os portos. Os preços das passagens são os mesmos na ida e na volta.

A mesa da 1.ª e 2.ª câmara é igual. Os passageiros da 3.ª não podem ir à 2.ª, nem passam do mastro grande para ré. A 3.ª câmara não tem camas.

Há nesta cidade várias agências para satisfazerem os fins e objetos das seguintes companhias:

Companhia de Seguros – Fidelidade de Lisboa. – Agente em Angra do Heroísmo = Manoel Joaquim dos Reis, *rua da Rocha n.º* 15.

Companhia de Seguros – Equidade do Porto. – Agente em Angra do Heroísmo, Thomaz José da Silva, *rua dos Salinas* n.º 7.

Companhia – Banco União, no Porto. – Agente em Angra do Heroísmo, Fartura e Magalhães, *praça da Restauração*.

Companhia – A Tutelar. – em Espanha, – de criação de capitais e rendas, por meio de seguros mútuos sobre a vida. – É subinspetor nesta cidade Christóvão Guilherme d'Almeida. = *Escritório da agência, rua de Jesus n.º 41*.

Confrarias

A cidade de Angra do Heroísmo, possui as seguintes confrarias, legitimamente eretas. Elas, como escreveu um escritor moderno, exprimem um título honroso do passado.

Na freguesia da Sé:

A Confraria do Santissimo, ereta na igreja catedral com os seus estatutos datados de 12 de junho de 1794, aprovados pelo bispo de Angra D. José d'Avé Maria Leite da Costa e Silva em 17 de junho do mesmo ano. Tem 93 irmãos de um e outro sexo. O seu rendimento anual é de 25 móios e 33 alqueires de trigo e 66$290 réis.

A Confraria de Nossa Senhora do Rosario, na dita igreja, instituída em 7 de fevereiro de 1586, e anexada à de Nossa Senhora da Graça, sendo a sua instituição aprovada em 8 do dito mês e ano pelo bispo de Angra D. Manoel de Gouvêa. As suas indulgências foram concedidas pelo pontífice Pio V na bula de 17 de setembro de 1569. Tem 447 irmãos de um e outro sexo, e o rendimento anual de 4 moios e 56 alqueires de trigo, e em dinheiro 48$225 réis.

A Confraria de S. Pedro ad-vincula, na dita igreja, instituída na capela de S. Pedro, a 7 de novembro de 1606, sendo a bula das indulgências concedida por Paulo V em 20 de janeiro de 1600. Os seus estatutos são de 14 de novembro de 1725. Tem 56 irmãos, o seu rendimento é de 2 moios de trigo, 13$050 réis, e de juro 123$750 réis.

A Confraria de Nossa Senhora da Guia, na igreja de S. Francisco ereta em 1590. Os seus estatutos foram reformados e

aprovados por decreto de 9 de maio de 1862. Tem 465 irmãos de um e outro sexo. O seu rendimento é de 2 moios e 32 alqueires de trigo, 23$815 réis, e de juros 42$960 réis.

A Confraria de Nossa Senhora das Dores, instituída em capela especial na mesma igreja de S. Francisco em 1780. Calcula-se ter mais de mil irmãos de um e outro sexo. A sua receita ordinária é de 40$000 réis.

A Confraria de Santa Cruz e Passos, na igreja do Colégio, instituída no século 17, e na igreja do extinto convento da Graça desta cidade. Os seus estatutos novamente revistos e organizados foram aprovados pelo decreto de 24 de abril de 1860. Tem 132 irmãos de um e outro sexo. O seu rendimento é proveniente de esmolas.

Na freguesia da Conceição:

A Confraria do Santissimo, ereta na igreja paroquial da Conceição, com estatutos feitos e aprovados em 28 de junho de 1789, pelo bispo D. José d'Ave Maria, sendo a bula concedida por Pio VI a 9 de novembro de 1787, com o beneplácito da Rainha D. Maria I, referendado pelo ministro visconde de Vila Nova de Cerveira. Tem 53 irmãos de um e outro sexo. O seu rendimento é de 14 moios e 17 alqueires de trigo, e 172$395réis.

A Confraria de Nossa Senhora da Conceição, ereta na dita igreja, com estatutos feitos a 6 de dezembro de 1717 e aprovados a 7 pelo governo do bispado, na ausência do bispo D. João de Brito e Vasconcelos. Tem 58 irmãos de um e outro sexo. O seu rendimento anual é de 2 moios e 15 alqueires de trigo, e 33$315 réis.

Na freguesia de S. Bento:

A Confreria de Nossa Senhora do Livramento, ereta na

igreja do Livramento, pelo decreto de 8 de junho de 1853. O seu rendimento anual varia conforme os auxílios que recebe para a manutenção do asilo de infância desvalida a seu cargo, na forma de sua instituição.

Estas confrarias aplicam os seus rendimentos ao culto divino, celebrando as festividades e os atos religiosos, que formam o seu encargo e os deveres de seus compromissos.

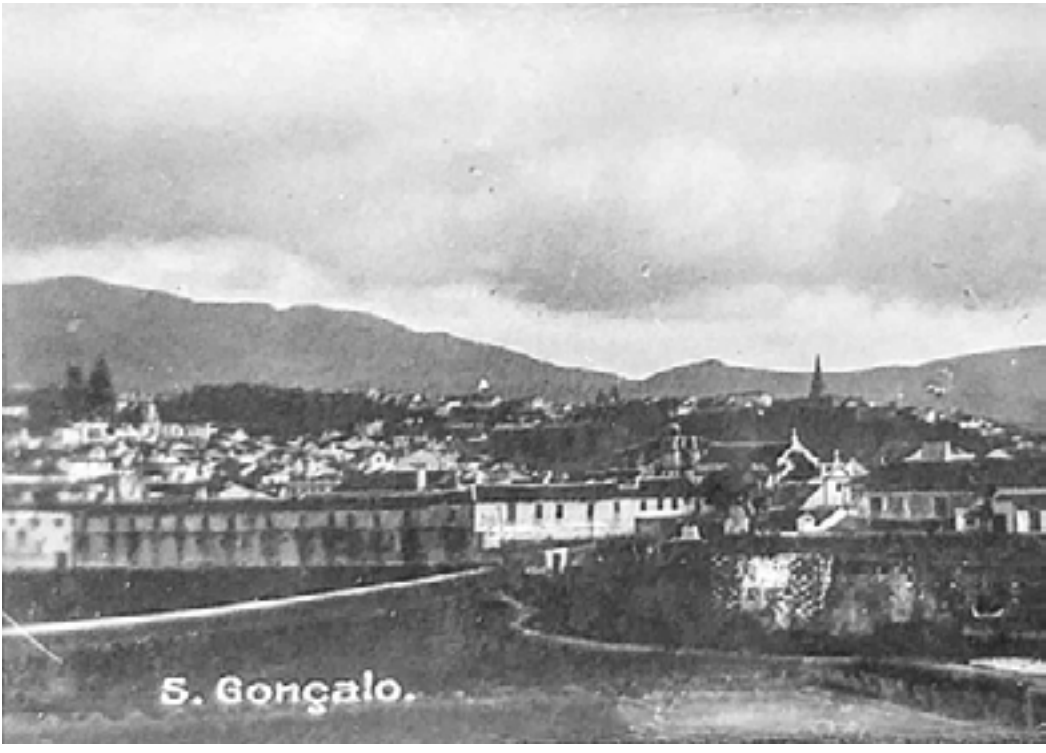
Consulados

As delegações consulares de nações estrangeiras funcionavam nas residências de naturais das respetivas nacionalidades, ou nas de comerciantes locais, assinalando-se essa condição com chapas brasonadas nas varandas.

Os interesses dos súbditos das nações estrangeiras, abaixo indicadas, são representados nesta cidade pelos seguintes cônsules, ou agentes consulares:

América	Thomé de Castro, *rua Direita n.º 19* por carta de 15 de abril de 1863.
Bélgica	Jacinto Cândido da Silva, *rua do Infante D. Luís n.º 1*, por carta de 4 de dezembro de 1833.
Brasil	Joaquim António de Mendonça e Menezes, *rua da Sé n.º 22*, por carta de 4 de julho de 1856.
Cidades Hanseáticas	João Severino d'Avellar, *rua do Galo n.º 46*, por carta de 20 de março de 1847.
Dinamarca	Silvério Severino d'Avellar, *rua Direita n.º 36*, por carta de 14 de novembro de 1855.
França	João Alberto Rebello, *rua de Jesus n.º 55*, por carta de 30 de maio de 1863.
Grã--Bretanha	João Read, *rua Direita n.º 11*, por carta de 22 de dezembro de 1847.
Grécia	Abraham Benarus, *rua de S. João n.º 7*, por carta de 20 de setembro de 1855.
Espanha	Frederico Augusto de Vasconcelos, *rua de S. João, n.º* , por carta de 30 de dezembro de 1859
Holanda	João Read, *rua Direita n.º 11*, por carta de 11 de junho de 1848.
Itália	João Pereira Forjaz Sarmento de Lacerda, *rua Direita n.º* , por carta de 20 de janeiro de 1862.
Rússia	João António Nogueira, *rua de S. João n.º 40*, por carta de 29 de dezembro de 1855.
Suécia e Noruega	João Alberto Rebello, *rua de Jesus n.º 55*, por carta de 9 de novembro de 1855.
Turquia	Abraham Benarus, *rua de S. João n.º 7*, por carta de 30 de outubro de 1863.
Uruguai	João António Nogueira, *rua de S. João n.º 40*, por carta de 4 de março de 1853.

Convento de S. Gonçalo



O antigo edifício conventual alberga agora o Recolhimento e Colégio de S. Gonçalo, entidades geridas por uma Mesa Administrativa.

Ainda existe nesta cidade o convento de religiosas de *S. Gonçalo,* da ordem de Santa Clara, único conservado nesta ilha, em consequência do decreto n.º 25 de 17 de maio de 1832, que extinguiu todos os outros que haviam.

Este magnífico edifício está situado num dos mais vistosos extremos da cidade, e junto da estrada denominada *de S. Gonçalo*. Foi Braz Pires do Canto, natural da vila de Guimarães, o primeiro autor desta notável edificação. Vindo para esta ilha em 1520, e casando com Barbara Gonçalves Antona, fez doação do terreno para este convento, de que foi então reconhecido fundador. O pontífice Paulo III concedeu, no oitavo ano do seu pontificado, em 1542, a competente bula de autorização, ficando o convento em obediência à Mitra do Porto, até que em 1585 pelo breve pontifício de Gregório XIII passou a ser sujeito à gerência episcopal desta diocese, no tempo em que presidia à Igreja angrense o bispo D. Fr. Manoel de Gouvêa.

As primeiras religiosas professaram perante o bispo D. Nuno Alvares Pereira. A escritura de dotação do convento foi assignada em 10 de maio de 1559, e tendo, por este documento, os fundadores tomado o encargo de padroeiros, vieram depois a transferi-lo nas religiosas pelo auto de renúncia de 23 de abril de 1602.

O convento é vastíssimo em todas as suas dimensões, com dormitórios espaçosos, cujos lanços duma parte formam um belo claustro, considerado o primeiro daquele mosteiro, porque todo ele é um jardim, com um chafariz de repuxo no centro. Aos lados deste claustro acham-se as varandas dos corredores superiores, que seguem sobre arcadas. Nos intervalos destas varandas estão as capelas de *Nossa Senhora do Rosário, de S. Matheus, de Santa Maria Magdalena, de Nossa Senhora dos Remédios, de S. João Baptista, do Senhor Jesus das Misericórdias, e de Nossa Senhora do Carmo*. Entre estes corredores, e o coro existem duas capelas, a do *Senhor à Coluna*,

e a do *Senhor dos Passos*.

No dormitório denominado *o novo*, encontra-se em cima da entrada uma inscrição, que diz = "1617 = *Esta Obra se fez no tempo, que serviu de Abadessa a Madre Catarina de Nazaré.*"

No coro alto, e na parte principal está uma decente capela da imagem do *Divino Imperador*, tendo aos lados as imagens de Nossa Senhora da *Esperança*, e da *Soledade* – as de Nossa Senhora *da Luz*, e das *Necessidades*; havendo estas últimas pertencido aos conventos da vila da Praia da Vitoria; e o *Berço de prata*, em que descansa o Menino Jesus, que veio transferido para este mosteiro em 1830, quando se extinguiu o convento de Jesus da dita vila.

Ao lado da epístola está, neste mesmo coro, um antigo e excelente órgão, e na frente uma outra capela com as imagens da Senhora das *Mercês*, e do *Carmo*, as de *São Sebastião*, *S. Jácome*, e Santa *Rosa Maria*, tendo no vão do altar o sepulcro do *Senhor Morto*. Também se observa neste coro um oratório de Nossa Senhora das *Dores*, com um fino e valioso retábulo.

No coro baixo, e no fundo, aos lados de uma janela, tem duas capelas, uma de *S. Francisco de Sales*, e outra de Nossa Senhora *do Terço*, tendo igualmente as imagens de Nossa Senhora dos *Milagres*, e de *S. Francisco d'Assis*.

Detrás do coro fica o cemitério, depois um quintal e além a cerca, com grande âmbito, servindo para variada cultura com diferentes chafarizes, e na sua maior parte confrontada com rua pública. Tem ainda o segundo claustro, e um pátio, que fica junto a um grande granel, com o portão de carros para o lado da estrada, onde corre a principal fachada do convento, a qual compreende 44 janelas, que são das principais celas das religiosas. Junto à parte do coro, e para o lado do adro tem a portaria do convento e respetiva roda, e no pavimento superior um parlatório, tendo ainda outro, que fica no último extremo do

convento depois do pátio, e com entrada pelo sítio chamado *alto das covas.*

Cumpre ser mais extenso relativamente à Imagem do Senhor *Divino Imperador*, que está na capela principal do coro de cima. Há longos anos achou-se na alfândega desta cidade um caixão pregado com um título que dizia = S. Gonçalo; as religiosas quando tiveram aviso admiraram-se, porque não esperavam remessa alguma. Recebido o caixão, e despregado acharam dentro uma imagem de Jesus Cristo crucificado, de seis palmos, e posta em a cruz a colocaram na capela já referida. E daqui partiu o culto desta imagem, à qual deram o título de *Divino Imperador*, e cuja devoção foi afervorada com muitos milagres. A cruz se acha hoje toda coberta de renda de prata, cantoneiras, título com letras de ouro, e um resplendor, que toma todas as costas da imagem, cujos cravos são de ouro, todos cravados de diamantes, e no meio um topázio encarnado. Tem o Senhor coroa imperial de ouro, com círculo debaixo torcido, como coroa de espinhos, donde saem várias pontas de ouro com granadas no fim. No lado tem outro resplendor de ouro, com um grande diamante no centro, e dos raios de baixo saem dois fios até à toalha, um de granadas, outro de cristais, tudo com notável perfeição, e à custa de continuas esmolas, que concorrem até das partes mais remotas. Sai do mosteiro uma única vez no ano, na véspera de S. Pedro, a 28 de junho, em que é colocado na capela-mor da igreja, e onde, num trono de luzes e de esplendor, está 24 horas exposto, tanto às vésperas, como no dia, em que se canta missa com sermão de manhã e de tarde.

Este convento foi visitado em 1832 por El-Rei o Senhor D. Pedro IV, durante a sua residência nesta cidade; e no dia 1.º de novembro de 1858 por El-Rei o Sr. D. Luiz I, sendo ainda infante.

Quando se extinguiram os conventos das ilhas dos Açores, este mosteiro tinha o avultado rendimento de 329

móios e 29 alqueires de trigo; 73 libras de linho, 201 galinhas, 11 canadas de manteiga, 7 carradas de lenha, 50 canadas de vinho e 365$585 réis, o que tudo perfazia a renda anual de mais de dez contos de réis. Estes bens foram incorporados nos próprios nacionais, e depois arrematados pelo tesouro público. As religiosas existentes têm a pensão anual de 180$000 réis estabelecida pelo decreto de 17 de maio de 1832, que é paga pelo estado, assim com o subsídio de 800$000 réis aplicado às despesas do culto, ordenados do capelão, sacristão, confessor, facultativos, e fâmulos do convento.

Da igreja deste convento trataremos em lugar competente.

Cabe mencionar aqui que a *ilha Terceira* tinha, além deste convento, mais cinco de religiosas: – o da *Conceição*, hoje hospital da Misericórdia; – o *da Esperança* que foi arrematado; – o das *Capuchas*, em que está a *cadeia pública*; – o *da Luz* na vila da Praia, em parte do qual está o Tribunal da Audiência; – e o de *Jesus*, que foi arrematado.

Correio

Possível local das instalações do primeiro posto de correios.

Nesta cidade (rua de Santo Espírito n.º 21) está estabelecida uma *administração postal*. Na fronteira da casa tem uma tabuleta com as armas reais, e por baixo a inscrição = Correio =.

Observam-se nesta repartição os decretos regulamentares de 27 de outubro de 1852, e 4 de maio de 1853, que compreendem as disposições necessárias à cerca do expediente da correspondência oficial, ou cartas de serviço de umas para outras repartições, e autoridades do reino e das ilhas; estabelecem os portes nas correspondências particulares, que são satisfeitos por meio de selos ou estampilhas em relação com o peso. Também nesta repartição há seguro de cartas, ou *correspondência registada*. Por cada carta para o reino, ilhas adjacentes ou províncias ultramarinas paga-se 100 réis por meio do selo, além do porte correspondente ao peso. A repartição do correio paga 5$000 réis por cada carta segurada, que se extraviar, sendo esta indemnização reclamada dentro de um ano. Por esta direção do correio se transmite dinheiro até à importância de 20$000 réis, passando letras a 8 dias vista, percebendo 1 por cento de prémio.

O correio de Angra do Heroísmo está aberto todos os dias, de manhã e de tarde, exceto nos domingos e dias de guarda, que só está de manhã.

Dias de Gala ou de Festejo Nacional

Os dias de gala ou de festejo nacional em Angra do Heroísmo são os seguintes:

1.º de janeiro. Dia d'Anno-bom. *(salva real, ao meio dia, no castelo de S. João Baptista).*

6 de janeiro. Dia da Epifania. *(salva real ao meio dia no referido castelo).*

3 de março. Chegada de El-Rei D. Pedro iv a esta cidade em 1832. *(salva real ao meio dia no dito castelo).*

29 de abril. Outorga da Carta Constotucional em 1826. *(salva ao meio dia no dito castelo).*

22 de junho. Restauração da causa da Rainha a sr.ª D. Maria ii e da Carta Constotucional nesta cidade em 1828. *(salva real ao meio dia no mesmo castelo).*

31 de julho. Natalício da Senhora Imperatriz, viúva, Duqueza de Bragança, e Juramento da Carta Constitucional em 1826. *(salva real ao meio dia na referida fortaleza).*

11 de agosto. Bataha naval na baía da villa da Praia desta ilha, em 1829. *(salva real ao meio dia no dito castelo).*

28 de setembro. Natalício de S. Alteza o Príncipe Real D. Carlos Fernando. *(salva real ao meio dia).*

16 de outubro. Natalício de S. Magestade a Rainha a Senhora D. Maria Pia. *(salva real ao meio dia no dito castelo).*

29 de outubro. Natalício d'El-Rei, viúvo, o Senhor D. Fernando ii. *(salva real ao meio dia no dito castelo).*

31 de outubro. Natalício de El-Rei o Senhor D. Luiz i. *(Te-Deum na igreja catedral, e salva real ao meio dia no castelo).*

8 de dezembro. Dia de Nossa Senhora da Conceição. *(salva real ao meio dia no castelo).*

Festa de Corpus Christi. *(salva real no mencionado castelo).*

Divisão do Território da Ilha Terceira

O território da ilha Terceira forma uma comarca judicial, a *de Angra do Heroísmo,* dividida em dois julgados, com assento do círculo de jurados – *o de Angra do Heroísmo,* e o *da Praia da Vitória,* e compreende três concelhos administrativos e municipais, com as seguintes paróquias.

Concelho de Angra do Heroísmo

Oragos	*Nomes das localidades*
Sé Catedral do Santíssimo Salvador	Cidade
Senhora da Conceição	
S. Pedro	
Santa Luzia	
S. Bento	Extramuros
S. Pedro	Ribeirinha
Senhora de Belém	Terra-Chã
S. Matheus	Calheta
S. Bartholomeu	Regatos
Santa Barbara	Nove Ribeiras
S. Jorge	Doze Ribeiras
Senhora dos Milagres	Serreta

Concelho da Praia da Vitoria

Santa Cruz	Vila
Santa Barbara	Fonte-Bastardo
Santa Catarina	Cabo da Praia

Senhora da Pena	Fontinhas
S. Miguel	Lages
Espirito-Santo	Vilanova
Senhora de Guadalupe	Agualva
Santa Beatriz	Quatro Ribeiras
S. Pedro	Biscoitos
S. Roque	Altares

Concelho de S. Sebastião*

S. Sebastião	Vila
Santo António	Porto Judeu

*Este concelho é, pelos preceitos do art.º 3.º §1.º do código administrativo regido por um só magistrado administrativo; e ainda é conservado apesar de estar extinto pelo decreto de 24 de outubro de 1855, cuja execução não foi ainda levada a efeito.

Edifícios mais notáveis

O Palácio dos Remédios, casa vincular da família Canto, no alto do Corpo Santo alberga, hoje, a sede da Secretaria Regional da Saúde.

Além dos edifícios públicos, de que fazemos menção especial nos lugares competente, cumpre indicar, como notáveis, várias casas particulares por algumas considerações políticas e históricas.

As casas, na rua do *marquês n.º* 7, do cidadão Manoel Francisco d'Avila, que foram do marquês do Castelo Rodrigo, D. Christóvão de Moura, senhor de Cabeceiras de Basto, Gentil Homem da Câmara de Filipe II, capitão donatário da ilha Terceira. Foi antes a residência dos donatários da ilha, tendo sido construídas pelos anos de 1490 a 1497 pelo donatário João Vaz Corte-Real, como um antigo palácio, com sua torre de antiga arquitetura gótica-mourisca, e em cuja frente ultimamente se achavam esculpidos os brasões do marquês. Aqui residiu depois o conde de Torres-Vedras Manoel da Silva, lugar-tenente do prior do Crato D. António – o qual também aqui se aposentou quando, em 1582, veio a esta ilha, onde era reconhecido como rei de Portugal, e cujo palácio a *Historia Insulana* declara se achava *regiamente preparado*. Depois foi doado este palácio ao marquês de Castelo Rodrigo, e quando os seus bens foram sequestrados, entrou na administração da Fazenda Pública, e, alguns anos depois, foi arrematado.

O palácio do Par do reino Conde da Praia da Vitória, rua de Santa Luzia n.º 5, onde se premeditaram os atos preparatórios do heroico brado da restauração de 22 de junho de 1828, e onde El-rei o Sr. D. Pedro IV assistiu a um baile que Lhe ofereceu o mesmo Conde (o Conselheiro Theotónio d'Ornellas Bruges Avila) na noite de 5 de março de 1832, sendo o primeiro depois de ter assumido a Regência do Reino.

O palácio do par do reino Miguel do Canto e Castro, na *rua do Armador n.º* 35, a que o padre Cordeiro na *Historia Insulana* chamava = "*o bem comprido palácio do morgado e chefe da nobilíssima família dos Cantos*" = e aonde o *Rei D. António* foi visitar, e depois despedir-se de D. Violante do Canto

e Silva, que era muito sua afeta. Aqui residiu o general marquês de Santa Cruz, D. Álvaro de Basan, quando tomou esta ilha em nome de Filipe II.

As casas na *rua de Jesus n.º* 8, do cidadão Manoel do Nascimento Mesquita Pimentel, que foi o primeiro hospício dos Jesuítas nesta cidade, onde se recolheram em 1570 pelo oferecimento que, na ocasião do seu desembarque, lhes fez seu dono o morgado João da Silva do Canto, tendo ali uma capela com a invocação de *Nossa Senhora das Neves*, e residindo aqui até 16 de fevereiro de 1608, em que se mudaram para o seu novo convento.

As casas no Largo das Covas, ou de 11 de agosto, do cidadão Alexandre Martins Pamplona Corte-Real, que foram antes o extinto convento dos religiosos da ordem de Santo Agostinho, com a invocação de Nossa Senhora da Graça. Foi promovida a sua edificação em 1579 pelo padre Fr. António Varejão, natural de Freixo de Espada à Cinta em Portugal, mas sobrevindo vários estorvos, veio a realizar-se em 1594 a fundação, com doações, que fizera o dito padre, e outros bens que se anexaram, sendo padroeiro João Luiz Teixeira. Era um bom convento com vastíssima cerca, e abundância de água. Foi profanado em 1829, e ali teve quartel o batalhão de Caçadores n.º 2, antes provisório de caçadores, criado pela ordem do dia n.º 29 de 23 de agosto de 1829.

O seu rendimento anual era de 24 moios e 54 alqueires de trigo, 12 alqueires de milho, 18 galinhas, 2 canadas de manteiga, e 22$150 réis.

A igreja e o convento foram arrematados pela prefeitura da província em 26 de agosto de 1833 por 8.110$000.

As casas na rua da Sé n.º 2, 3 e 4, de vários cidadãos, onde era a igreja e extinto convento de religiosas de Nossa Senhora da Esperança, e pertencente à ordem de Santa Clara, segundo a reforma do papa Urbano IV. Foi sua fundadora, em 1557, Izabel

de Jesus, religiosa do mosteiro de S. João Baptista da ilha do Faial, para o que obteve a respetiva bula de Paulo IV, sendo padroeiro da capela-mor Álvaro Pereira Sarmento, seu irmão. Escolheu o sítio na rua da Sé, nas casas de Aleixo Gomes, e depois foi ainda aumentado em 1679 com a travessa de Santa Luzia, vindo a confrontar-se o convento com a rua da Sé, e com a rua do Rego. Tinha de rendimento anual 199 moios e 35 alqueires de trigo, 39 moios de milho, 80 galinhas, 1 canada de manteiga, 7 carradas de lenha, e 110$550 reais.

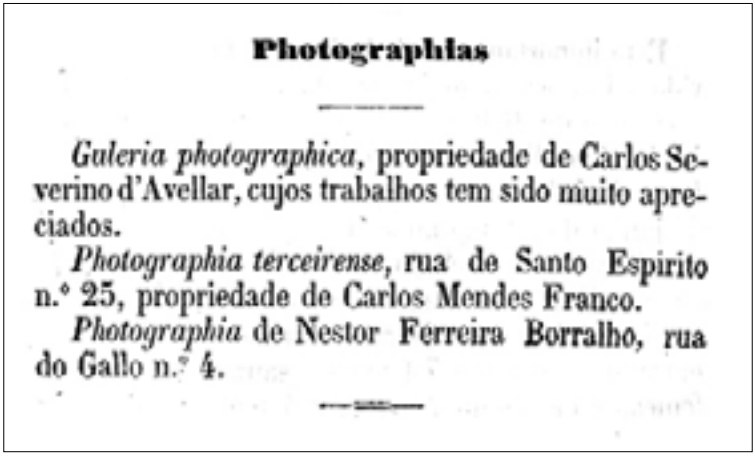
A igreja, e o convento foram arrematados pela prefeitura desta província em 11 de abril de 1835, por 2.625$050.

Além destes edifícios, a que se ligam estas recordações, é certo que, durante o período da emigração constitucional, algumas outras casas serviram de estabelecimentos públicos, – como a grande casa da *rua de S. Pedro n.º* 3, que serviu de *Hospital regimental reunido;* – as da rua Direita n.º 18, e 34, onde, por algum tempo, teve seu quartel general o duque da Terceira (então conde de Vila-Flor) comandante em chefe das forças estacionadas nos Açores, com as repartições *do ajudante e quartel mestre general;* – as da *praça da Restauração* n.º 5, onde se estabeleceu o *depósito militar* de oficiais de 1.ª e 2.ª linha, cadetes e porta estandartes, criado pela ordem do dia n.º 45 de 9 de novembro de 1829; – e as da rua da Sé n.º 22, onde se estabeleceu a *pagadoria geral militar*, criada pela portaria de 17, e ordem do dia n.º 19 de 27 de julho de 1829.

Embarcações da Praça de Angra

Brigue portuguez	= Guilherme = de 240 toneladas; construído em *S. Martinho*; proprietário o visconde de Pereira Machado: capitão: Joaquim José Soutinho.
Brigue escuna	= Flor d'Angra = de 201 toneladas; construído no Porto; *proprietário* Basílio Ferreira Mendes e outros: capitão: António Pedro Simões.
Patacho	= Respeito = de 189 toneladas; construído no Porto; *proprietários*: João Fernandes Teixeira e José de Brito; capitão: José Garcia Figueira. = Esperança = de 208 toneladas, construído em Vila do Conde; proprietário: Joaquim Teixeira Brazil; capitão: José Pereira Duque. = Segredo = de 210 toneladas: construído no Porto, *proprietário*: João Alberto Rebello, *capitão*: João Ribeiro. = Angrense = de 225 toneladas; construído em S. Martinho; *proprietário*: João Fernandes Teixeira e outros; *capitão*: Ricardo José Soares. = Terceirense = de 225 toneladas; construído em S. Martinho; *proprietário*: João de Freitas; capitão: José Pereira Dias.
Lugre	= Salvador = de 217 toneladas; construído em Jersey; *proprietários*: António Jose Alves e outros; *capitão*: Manoel Alves de Bettencourt.
Escuna	= União Vencedora = de 106 toneladas; construído em Londres; *proprietários*: João Severino d'Avellar; capitão: Joaquim Maria de Bettencourt.

Estabelecimentos de Fotografia



Photographias

Galeria photographica, propriedade de Carlos Severino d'Avellar, cujos trabalhos tem sido muito apreciados.

Photographia terceirense, rua de Santo Espirito n.º 25, propriedade de Carlos Mendes Franco.

Photographia de Nestor Ferreira Borralho, rua do Gallo n.º 4.

Na década de 1860 instalam-se os primeiros fotógrafos profissionais residentes em Angra. Nestor Ferreira Borralho é, provavelmente, o primeiro – em 1861 e 1864 anuncia na imprensa a sua atividade. Em 1868, é Carlos Severino de Avelar que abre ao público a *Galeria Photographica*.

Na *rua do Galo n.º* 52, há um estabelecimento de Fotografia, debaixo da direção de N. F. Borralho, e donde têm saído, com toda a perfeição, muitos retratos e algumas vistas.

Também trabalha em *Daguerreotipo*, tirando retratos com molduras, ou sem elas, sem que tenha horas ou dias estabelecidos, por que não está propriamente aberto ao público para satisfazer às suas exigências.

Estações de Carruagens

Há nesta cidade várias carruagens, caleches, coupés, que se alugam nas seguintes estações:

1.ª estação: *rua do Rego*.

2.ª " : *rua do Infante D. Luiz*.

3.ª " : *rua da Rosa*.

Os preços são os mais cómodos possíveis, conforme o número de pessoas, as horas, e as distâncias, dentro e fora das demarcações, e constam das tabelas das respetivas empresas, com condições fixas, e satisfazendo ao seu programa. Não estacionam em praças.

Podem percorrer desde a cidade pelas estradas de S. Mateus, S. Carlos, Belém, Posto Santo, Vale de Linhares, estrada militar, e estrada de baixo, até à Vila da Praia da Vitória, pois que todas estas estradas estão boas, e oferecem trânsito regular. Qualquer serviço extraordinário depende de ajuste particular**.**

Fábricas

O reduzido sector industrial distrital foi-se diversificando como estratégia de sobrevivência: na rua da Guarita, onde hoje está o páteo do edifício dos bombeiros, funcionou, sucessivamente, a fábrica de destilação de álcool, de manteiga, e de curtumes.

Fábrica de Destilação d'Alcool. (*Rua da Guarita n.º 11*) A sua maquina é movida a vapor, e de força de 30 cavalos. O seu proprietário Guilherme António de Lima Monteiro. Foi colocada em outubro de 1857, e obteve alvará de licença e concessão em data de 30 de junho de 1858, expedido pela secretaria de estado dos negócios do reino.

Fábrica de Sabão. (*Rua de S. João de Deus, às Dadas*). É seu proprietário João Marcellino de Mesquita Pimentel. Preparada com os competentes fornos e chaminés serve para o fabrico de sabão, composto de resina, soda, azeite de palma, cêbo etc. e igualmente para cola de fornalha, e os mesmos aparelhos com pouca diferença. Autorizada pela resolução do Conselho de distrito de 18 de abril de 1863, na forma do decreto de 3 de outubro de 1860.

Fábrica de Chapêus. (*Rua Direita n.º 28*): é fabricante Manoel Joaquim de Souza. (*Rua do Rego*) é fabricante José Vieira Espínola.

Além destas fábricas, propriamente ditas, é certo que nesta cidade se fabrica telha, louça de barro, tijolo, esteiras de junco etc.

Festas Religiosas
mais concorridas

A Procissão do Senhor Morto na Praça Velha, então Praça da Restauração, em direção à Sé, percurso que ainda hoje se mantém.

As festas religiosas celebram-se nesta cidade com a maior decência, pompa e solenidade, mas as mais concorridas são as seguintes:

A festa da *Epifânia*, na igreja do convento de S. Gonçalo (6 de janeiro). É em desempenho do voto real d'El-Rei D. Pedro II, o *Pacífico*, em 1669.

El-Rei do seu primeiro casamento com a rainha D. Maria Francisca Izabel de Sabóia, não teve outro herdeiro senão a Infanta D. Izabel Maria Josefa nascida a 6 de janeiro de 1669 *(dia da Epifânia)* e batizada a 2 de março, sendo padrinho o Rei de França Luís XIV. Como esta princesa fosse tão débil e fraca, que pouca ou nenhuma vida prometia, fez el-rei votos a Deus pela sua duração, porquanto então a infanta era tida como única herdeira do reino português, pois que o príncipe que veio a suceder na coroa, com o nome de D. João V nasceu do 2.º matrimónio em 22 de outubro de 1689. É neste intento, que um dos seus votos foi dedicado ao *Menino Jesus*, do presépio das religiosas de Jesus da vila da Praia da ilha Terceira. Quis a providência que a infanta tivesse restabelecimento, e não se perdessem as esperanças da sucessão, tanto que chegou a estar desposada, com aprovação das cortes do reino, com o príncipe Victor-Amadeo, duque de Saboia, filho de Carlos Manuel II, bisneto de Henrique IV. Então El-Rei quis desempenhar o seu voto e *palavra de Rei* mandando doar *in perpetuum* duas arrobas de cera para a festividade, que no *Dia de Reis* se celebrava no dito mosteiro de Jesus. Foi daqui que os soberanos de Portugal foram, e tem sido sempre considerados *Juízes Perpétuos* desta festa a que sempre assistem, em grande estado, as autoridades públicas da ilha, e antes iam àquela vila, e uma concorrência extraordinária do que havia mais conspícuo e nobre na cidade. Com os acontecimentos políticos de 1828 a 1834 foi profanado o convento e sua igreja. As religiosas vieram residir no mosteiro de S. Gonçalo, onde depois em 1830 deu entrada o presépio dos

Reis, e foi mudado com todo o cerimonial o *Menino Jesus*. A Rainha a sr.ª D. Maria II mandou pela portaria do ministério do reino de 8 de abril de 1840 continuar a satisfação da doação ou promessa real, em virtude da representação, que enviou ao governo o conselheiro José Silvestre Ribeiro, em 12 de março do dito ano, quando administrador-geral do distrito.

A festa de *S. Sebastião* na igreja paroquial da Conceição (no domingo depois de 20 de janeiro). É em desempenho de um voto do povo, e da câmara municipal de Angra.

Tinha no dia 22 de abril de 1599, começado a grassar nesta ilha um terrível contágio chamado *o mal*, que lançou sobre todos o terror e a geral consternação. Foi tão grave e devastadora a epidemia que quase toda a ilha foi atacada, morrendo mais de sete mil pessoas. Então os Terceirenses invocaram a virtude e a devoção de *S. Sebastião*; que em toda a Itália e em Portugal é considerado como o *advogado contra a peste*. Dedicaram-se com fé ao Mártir, e a câmara de Angra, em nome dos povos, fez lavrar um solene voto de promover anualmente a procissão e festividade de *S. Sebastião*, se aquela epidemia cessasse. Com efeito a 20 de janeiro de 1600, dia de S. Sebastião, foi levantada bandeira de saúde nesta cidade. Fundou-se então uma ermida, junto da qual se erigiu depois o mosteiro de religiosas capuchas, cuja invocação era daquele santo, que ficou sendo o padroeiro da saúde, e como tal invocado em toda a ilha. O voto, no tempo em que existiu aquele convento, era cumprido com festa e uma procissão, que vinha à catedral, e a que concorriam as autoridades, câmara, cabido e todo o clero. Com a extinção do convento passou a imagem a ser colocada em um altar na igreja paroquial da Conceição, onde ainda hoje se desempenha o voto, de que temos tratado com missa cantada e sermão etc.

A festa de *Nossa Senhora das Dores*, na igreja de S. Francisco, (*na última sexta-feira da quaresma*) com novenas e

festa solene.

As *Endoenças*, na igreja catedral. Também na *quinta-feira maior*, está exposto o sacramento nas igrejas de *S. Gonçalo*, *S. Francisco*, e na *paroquial da Conceição*.

A festa do *Senhor Santo Cristo*, Padroeiro da cidade, na igreja da Misericórdia (na 2.ª oitava da Páscoa). É em desempenho de um voto do povo, e da câmara municipal de Angra.

Em consequência de repetidas calamidades de inundações e terremotos, sempre foi invocada a Imagem do *Senhor Santo Cristo*, que se venera numa capela especial da igreja da Misericórdia, para valer aos Angrenses em seus momentos de tribulação. Tendo começado a sua devoção desde 1595, e sentindo-se sempre os efeitos de sua divina proteção foi pelo senado de Angra, em nome dos povos, tomado o Senhor Santo Cristo, como Padroeiro da cidade, fazendo-se voto de se celebrar anualmente uma solene festividade na 2.ª oitava da Páscoa da Ressurreição, a que assistiria a comarca, como juíz perpítuo da mesma festa. Lavrou-se este voto em vereação de 24 de maio de 1707, presidindo o corregedor da comarca o Dr. Manoel Alvares Pereira, os juízes ordinários Francisco de Bittencourt Vasconcellos, e João Pereira de Lacerda, e sendo vereadores Sebastião Cardozo Machado, Bartholomeu de Távora, e Silvestre Pereira de Lemos.

A festa e devoção das *Flores a Maria*, ou a do *mês de Maria*, dedicação a Nossa Senhora, na igreja paroquial da Conceição, promovida pelo vigário o presbítero Francisco Rogério da Costa, desde o ano de 1862 (em todo o mês de maio).

A festa do *Santíssimo*, na catedral, (no 1.º domingo depois do *Corpus Christi*).

A festa de *Nossa Senhora do Carmo* na igreja do Colégio com as suas novenas, véspera e procissão (a 16 de julho).

A festa de *Nossa Senhora do Livramento*, na igreja do

Livramento (a 8 de setembro).

A festa de *Nossa Senhora da Conceição*, na igreja paroquial da Conceição, com suas novenas, festa e sermão de manhã e de tarde (8 de dezembro); assim como na véspera, matinas cantadas, na igreja da Sé Catedral.

As matinas e festa do *Natal*, na igreja catedral (24 de dezembro).

Além destas festividades há grande concorrência por ocasião das procissões de quaresma, como a da =

Penitência, que saí no 1.º domingo da igreja de S. Francisco, promovida pela ordem Terceira da Penitência. Nesta procissão vão várias imagens.

Passos, que saí no 2.º domingo, da igreja paroquial da Conceição, para onde, no sábado, o *Senhor* é transferido da igreja do Colégio; é promovida pela confraria dos Passos. Esta procissão corre os Passos, que se acham, desde tempo antiquíssimo, com seus altares, fechados e colocados permanentemente nos cantos das ruas de *Santo Espírito, da Sé, do Palácio, do infante D. Luís, e de Jesus*.

Triunfo, que saí no 5.º domingo da igreja do Colégio, promovida pela ordem Terceira do Carmo. Nesta procissão vão nove imagens = O *Senhor no Horto*, o *Senhor Preso*, o *Senhor à Coluna*, o *Senhor da Pedra Fria*, o *Senhor Ecce Homo*, o *Senhor dos Passos*, o *Senhor Crucificado*, o *Senhor Morto*, e a *Senhora da Soledade*. = Todas estas imagens são muito perfeitas de tamanho natural, e das melhores proporções, e vieram no ano de 1755.

Enterro, que saí na sexta-feira santa da igreja de S. Francisco, promovida pela ordem Terceira da Penitência.

A procissão de Preces com a imagem do Senhor Santo Cristo, que saí da igreja da Misericórdia todos os anos na tarde de 15 de junho, aniversário do horrível terremoto, que em 1841 destruiu a Vila da Praia da Vitória, e freguesias vizinhas.

Festas Populares

Coroação e Função no Império dos Quatro Cantos, no coração da freguesia da Sé, cuja festa anual se realiza em maio.

A cidade de Angra do Heroísmo é das primeiras povoações do arquipélago açoriano, a que oferece mais divertimentos públicos.

Desde a segunda-feira, depois do domingo de *Pentecostes* até ao fim de setembro, gozam os Angrenses sucessivas corridas de touros, por meio de corda, não só na cidade, como nos lugares vizinhos.

Há mais de dois séculos, que se acha introduzido entre os terceirenses este divertimento, que é o mais concorrido do povo. Depois da saída dos espanhóis, a que de certo se deve a prática deste costume, a primeira notícia de que estas corridas se fizessem, com toda a pompa e brilhantismo, data de 1666, quando, na praça do castelo de S. João Baptista, sendo governador o conselheiro Francisco d'Ornelas Paim da Câmara (5.º avô do conde da Praia da Vitória) houveram três tardes de touros para solenizar o casamento da infanta D. Catarina, filha d'El-Rei D. João IV com Carlos II Rei de Inglaterra.

Antigamente, e na praça da cidade, hoje chamada da Restauração, se erguia uma vistosa em bem regulada praça de touros para três ou mais dias. Era um pomposo anfiteatro, com belas ordens de camarotes de madeira, todos forrados no exterior com cortinados de damasco de seda vermelha, e ali se estacionavam as famílias de Angra, desde as de mais elevada classe. O prazer acometia a todos, de modo que naqueles dias não se tratava de outra cousa.

Haviam esplêndidas cavalhadas, ou torneios de que faziam parte os melhores e primeiros cavaleiros da cidade. As bordaduras de ouro em seda e veludo fino resplandeciam nos interessantes vestuários, que os cavaleiros trajavam com as cores mais alegres, e da maneira mais gentil, cobertos com os seus elegantes chapéus de que se debruçavam, com elegância, lindas e alvas plumas, empunhando suas lanças, e embraçando lustrosos escudos, nos quais brilhavam suas armas e brasões. Os

cavalos ricamente ajaezados com fitas, galões de ouro, e os mais brilhantes telizes de brocado, traziam gualdrapas, e custosos xairéis de veludo matizado de ouro, e alguns usavam freios e estribos de prata.

Feitas as cortesias entravam os cavaleiros nas evoluções, e corridas, e depois nas escaramuças do jogo das canas, e no das alcanzias, ou bolas de barro, cheias de flores, que se desfaziam sobre os cavaleiros. Estas formosas cavalgadas formavam sempre o espetáculo da primeira tarde, e nas seguintes haviam as corridas de famosos touros, aparecendo antes elegantes danças, ricamente vestidas ao costume grego, turco, chinês e romano, e percorrendo igualmente naquelas tardes engraçadas e chistosas mascaradas.

Ainda com saudade os Angrenses recordam esses dias de grandeza, de entusiasmo, e de completa satisfação, que atraíam à cidade de Angra a maior concorrência, ainda de habitantes das outras ilhas do arquipélago. A este divertimento aplicou, há pouco tempo, um ilustrado filho desta cidade (o dr. Francisco Jerónimo da Silva) os seguintes versos "saudando a ilha Terceira":

Mugindo, os matos te abalam
Bravos touros musculosos;
E teus cavalos formosos
Lume dos olhos exalam.
Em larga teia corridos,
Uns e outros eram d'antes
De teus leais habitantes
Os passatempos queridos.
Em criança, bem luzidos
Inda os vi na paz-geral:
Do clássico Portugal
Eram então os recreios.

Estas festas têm cessado por alguns anos. As corridas de

touros, em várias partes, são despertadas pelos irmãos do Espírito Santo, em honra e festejo de seus impérios, e cuja devoção é uma das mais antigas e populares da ilha Terceira, e da qual provêm os pomposos cultos, que se praticam nos dias consagrados às solenidades do *Espírito Santo*, e da *Trindade*. Conta-se que já em 1492 havia em Angra, ainda vila, um esplendido império chamado *dos Nobres*, e que em 1523 já houve grande bodo na vila da Praia.

Cada freguesia tem o seu império, ou mais. Chama-se império ao lugar ou edificiozinho alto telhado, e alguns armados de madeira, onde nos domingos do *Espírito Santo*, e da *Trindade*, se expõe à pública visita e veneração em um altar rodeado de luzes e flores, e sobre uma salva, uma coroa imperial de prata com a pomba, emblema do Espírito Santo, e que preside, na maior parte, à distribuição de esmolas de pão, carne e vinho a grande número de pobres, havendo na noite antecedente vistosos fogos de artifício, que convidam uma inumerável reunião de povo, especialmente naqueles lugares, onde toca alguma banda de música até alta noite.

No domingo de tarde naqueles impérios se extraem à sorte os sete irmãos, que devem ter a coroa nas sete semanas, que precedem o domingo da festa, e aos quais chamam imperadores. Estes, nos domingos, que lhe correspondem, fazem uma esplêndida festa, indo com grande acompanhamento às igrejas assistir à missa, depois da qual são coroados no meio da maior satisfação; e durante a semana, tem a coroa em um altar cheio de galas e de flores, perante o qual cantam o terço de Nossa Senhora e a ladainha, e no domingo, quinta-feira, e sábado dão bailados ao som de violas, com cantorias e cantigas populares, e a cujos bailes vulgarmente se chamam *charambas*.

Este costume ou antes devoção acha-se espalhado por toda a ilha, e forma o mais favorito divertimento. No domingo de *Pentecostes* e da Trindade muito povo saí da cidade, e concorre

aos impérios do campo, onde se formão arraiais, e se passa agradavelmente o dia. Damos conhecimento dos diferentes impérios do Espírito Santo, que existem nesta cidade:

Na freguesia da Sé:

O império dos Quatro Cantos, sito no lugar assim chamado.

Na freguesia da Conceição:

O império dos Remédios;
O império da rua Nova;
O império da rua do Galo (armado de madeira);
O império da rua de Santo Espírito (idem);
O império do Corpo Santo (idem);
O império da Guarita (idem);
O império do Outeiro.

Na freguesia de S. Pedro:

O império da rua de Cima;
O império da rua da Alegria.

Na freguesia de Santa Luzia:

O império de S. João de Deus;
O império da rua do visconde de Bruges (armado de madeira);

No ano de 1857 coligi uma estatística do número de impérios, que há na ilha Terceira, e do número de pães, que se distribuíram em bodos e esmolas, nos dois domingos de festa, e elevou-se o resumo a 34 impérios, e a distribuição de pão no domingo de Espírito Santo a 48$216 pães – e no seguinte domingo 52$118, fazendo uma totalidade de 100$334 pães, equivalente a 150 moios de trigo.

Golpes de Vista

O alto da Memória tornou-se local privilegiado de observação da cidade de onde se avista uma área construída mais ou menos inalteradas, mas onde a arborização marca a diferença: a grande araucária no adro da igreja do Colégio, as árvores na Praça da Restauração e a mancha verde do jardim público.

A cidade de Angra tem lindíssimos golpes ou pontos de vista, que muito recreiam e agradam.

O mais aprazível é o do monte do Facho no castelo de S. João Baptista, como já anunciamos. Dali lançando-se as vistas sobre a terra se observa uma grande parte da ilha com suas serras, montes, costas, enseadas e baías, desde leste até oeste, o que oferece um variado e agradável panorama, que tanto encanta o espírito, como deleita a vista. Vê-se a cidade com todas as suas amplas proporções de uma notável povoação, esmaltada de belos e elegantes edifícios, e cercada de encantadores subúrbios, com vistosos picos, erguidos no meio de suas verdejantes colinas, e em que tanto sobressai o Pico da Urze, sobre cujo cume se acha a capela da Senhora da Penha de França; e além, para o lado do oeste aparecem as ilhas do Pico e S. Jorge, que tão próximos, e, em todo o seu comprimento, se estendem sobre as ondas, como antigas e boas companheiras.

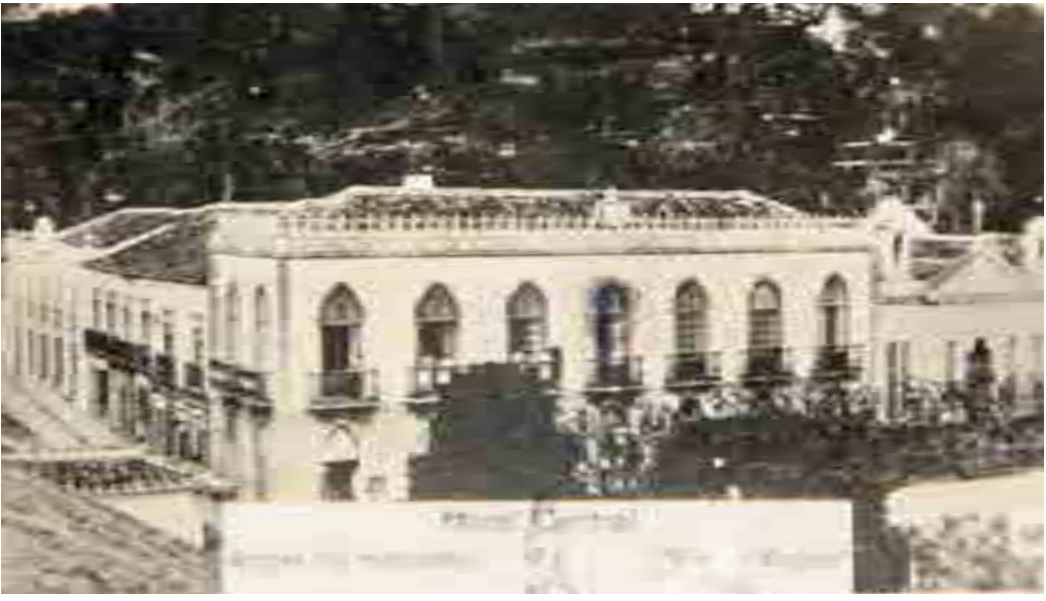
O outro ponto de vista, é na praça de D. Pedro IV, onde está o monumento daquele príncipe, e donde, mais perto, se nos apresenta a cidade, como lançada a nossos pés. Daqui se observa a baía, e famoso castelo, como atalaia vigilante da cidade, a sumptuosa catedral, o vasto palácio do governo, o municipal, o Liceu, o seminário, a cadeia, o hospital, os asilos, e o cemitério! O observador levando a vista, desde a entrada do porto até ao último extremo da cidade, para o lado de leste, vai gradualmente vendo aparecerem-lhe esses edifícios, de que falamos, erguidos entre toda a cidade como para despertar ao homem as variadas fases, que a vida nos apresenta! E ao passar a vista para o lado do oeste lá vê vistosíssimos campos, onde se engastam lindas habitações de verão, junto de frondosos arvoredos, e valiosos pomares, donde a cidade, e ainda o comércio se abastecem dos mais belos e saborosos frutos!

O outro é na estrada de S. Gonçalo, onde o observador, que saí em pequeno passeio pela cidade, transitando por ali,

lança a vista ao lado do mar, e vê, por entre a terra e o castelo, como uma ampla baía, cuja margem contempla até à igreja de S. Mateus, vendo além majestosamente assentadas a ilha do Pico, e a de S. Jorge, na qual em dias límpidos, alvejam as povoações, e claramente se divisam as próprias casas!

O outro ponto de vista é no adro da Ermida do Corpo Santo, fronteiro ao castelo de S. João Baptista, e donde se apresenta a cidade em outro aspeto, vendo-se em baixo o cais, a baía, os navios ancorados, e o continuado movimento de carga e descarga de todos os produtos e mercadorias!

Hospedaria



As precárias hospedarias de finais do século XIX darão lugar, nas primeiras décadas do século XX, a um hotel também designado *Central* instalado na Praça Velha.

Na rua de S. João, e na casa n.º está estabelecida uma hospedaria, que tem o título de Café Central. Ali há quartos mobilados para hóspedes, casa para café e sala de bilhar.

Hospício dos Expostos

A manutenção das casas da roda concelhias consumia parte substancial dos fundos municipais sem que, contudo, impedissem o abandono de crianças. A casa da Roda de Angra do Heroísmo encerrará em 1875.

Na rua da Rocha, sobre a praia do portinho-novo fica situado o hospício ou casa da roda dos expostos.

É uma casa antiga na posse e domínio do senado, sem que se saiba a data da sua aquisição, ou quando começou neste serviço, tanto que em 1830, a Regência do Reino criando uma comissão para tratar dos melhoramentos deste hospício, ela, em seu relatório, declara não lhe ter sido possível descobrir aquela data.

A casa tem acomodações. O sítio é bastante escuso. Tem no exterior a roda, e uma campainha para as ocorrências. Sobre a entrada tem as armas do município.

Hospital da Misericórdia

O Hospital do Divino Espírito Santo esteve instalado no edifício do antigo convento concecionista até 1962, edifício que, agora, permanece em ruínas.

O hospital da Santa Casa da Misericórdia, se acha colocado no edifício, que outrora foi convento das religiosas da Conceição.

Data do dia 15 de março de 1492 a sua fundação, e a da confraria de Santo Espírito, de que tomou o nome a rua adjacente à igreja da Misericórdia.

O auto da sua fundação foi celebrado naquele dia pelo capitão donatário João Vás Corte Real, com o juiz ordinário João Borges, e outros confrades.

El-Rei D. João II, o *Príncipe Perfeito*, autorizado pelas bulas de Sisto IV, e Inocêncio VIII tomou este estabelecimento debaixo de sua real proteção, concedendo-lhe os mesmos privilégios, que tem essas instituições santas e sublimes, que, em Portugal, havia plantado a verdadeira caridade cristã da sua ilustre esposa a Rainha D. Leonor. E o venturoso Rei D. Manoel, seu sucessor, fez expedir suas cartas de aprovação em 3 de agosto de 1508, em consequência do Breve que obteve do Papa Alexandre VI que começa *"Ferentes in dezideris cordis nostri, ut hospitalia*".

Em 6 de março de 1599 o bispo de Lora D. Balthezar d'Évora, sendo visitador do bispado de Angra, por comissão do bispo D. Rodrigo Pinheiro, expediu cartas de execução às letras apostólicas, pelas quais a Misericórdia de Angra foi considerada como membro do real hospital de Santo Espírito de Roma, com todas as indulgências inerentes.

El-Rei o sr. D. Pedro IV, quando regente do reino, concedeu a este hospital pelo decreto de 2 de abril de 1833 o extinto convento de religiosas da conceição. Ali pois se acha estabelecido, com o maior desenvolvimento, contendo amplas enfermarias, e com todas as acomodações precisas, como o asilo de inválidos e incuráveis, botica, cerca e jardins.

Tem oito enfermarias: sendo três de homens, denominadas a de *Santa Maria*; a de *S. Pedro*; e a de *Santa Izabel*; três de

mulheres, a de *S. Matheus*, a do *Espirito Santo*, e a de *Santa Maria Magdalena*; a de invalidas chamada da *Senhora da Conceição*; e a de inválidos chamada de *Santo-Cristo*.

El-Rei o Sr. D. Pedro V Aprovou e sancionou por Alvará-régio de 16 de outubro de 1855 o seu novo compromisso, regulado em harmonia com a legislação moderna.

Tem o rendimento anual de 208 moios de trigo, e quase dois contos de réis.

Junto ao mesmo edifício está a igreja, que era a do extinto mosteiro, que se acha conservada para servir de capela do referido hospital, tendo por orago a Senhora da Conceição.

Este estabelecimento foi visitado no dia 1.º de novembro de 1858 por El-Rei o senhor D. Luiz, quando ainda infante.

A mesa administrativa, é eleita, de dois em dois anos, por toda a irmandade da Misericórdia no dia 1.º de julho.

Era aqui o convento de N. Senhora da Conceição, fundado em 1606 por Pedro Cardoso Machado. A bula da fundação foi concedida pelo Papa Paulo V, efetuando-se o património por escritura de 16 de fevereiro de 1607, e entrando as religiosas na clausura no ano de 1608. Lê-se no livro intitulado *Jardim de Portugal*, do Padre Luiz dos Anjos, a primazia e circunstância de ser este o primeiro convento da ordem da Conceição, que houve em Portugal, pois que o segundo foi estabelecido em Braga em 1625. Tinha este convento de rendimento 157 moios e 34 alqueires de trigo; 12 alqueires de milho, 36 libras de linho, 193 galinhas, 8 canadas de manteiga, 8 carradas de lenha, e 98$582 réis.

Hospital Militar de Angra

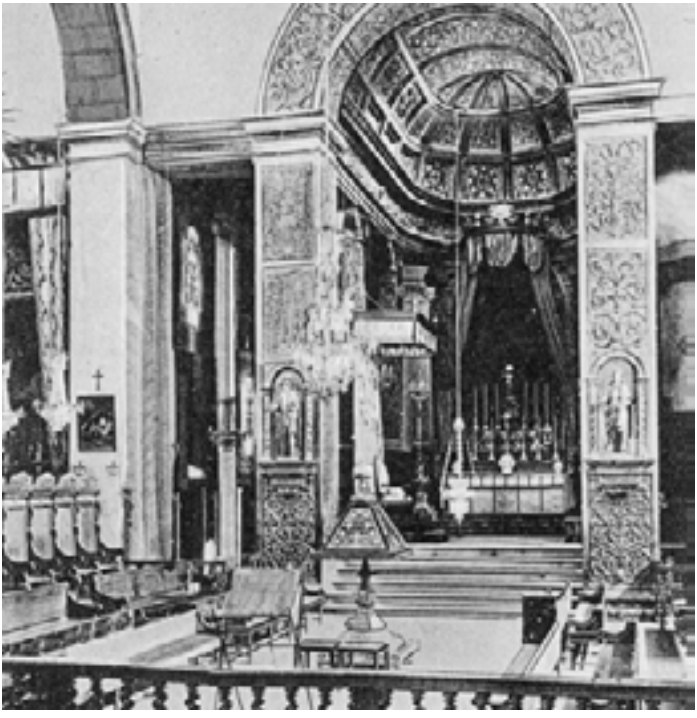
O hospital militar funcionou até ao final da 2.ª Guerra Mundial, quando passou a enfermaria regimental e, depois, a Direção de Recrutamento Militar. Hoje alberga o núcleo de História Militar Manuel Coelho Batista de Lima afeto ao Museu de Angra do Heroísmo.

Na proximidade do castelo de S. João Baptista, existe o hospital de *Nossa Senhora da Boa-Nova*, privativa para tratamento dos doentes militares.

Este hospital já existia muito antes de 1700, mas em 1766 foi mandado regular e restabelecer pelo governador e capitão-general D. Antão d'Almada, pelo novo plano que trouxe do reino, elaborado pelo tesoureiro real da corte António Lopes Durão, como deu conta ao marquês de Pombal, ministro d'El-Rei D. José I em ofício de 24 de novembro do dito ano.

Tem, pois, este edifício as devidas enfermarias, uma boa cerca com água, e possui ao lado a Ermida de Nossa Senhora da Boa Nova, ereta em 1583, que lhe dá o nome, e que serve de capela a este estabelecimento.

Igreja Catedral



Completamente destruída pelo fogo em 1982, a decoração interior da igreja da Sé perdeu-se definitivamente.

A igreja catedral de Angra do Heroísmo está situada no cento da cidade, com a frente voltada para a vasta e espaçosa rua da Sé, para onde se estende a maior parte do adro com largas escadarias. Naquele mesmo sítio existiu outrora a igreja paroquial do Santíssimo Salvador, edificada quando Angra ainda vila, e nos primeiros anos da sua povoação, o que talvez seria em 1486, por isso que na carta de 28 de novembro do referido ano é que foi despachado o seu primeiro vigário que foi o Padre Luíz Annes, capelão de sua alteza a infante D. Beatriz.

A igreja paroquial chegou a servir de catedral, logo que houve a criação do bispado, mas como se tornava necessária uma igreja mais ampla foi por El-Rei o cardeal D. Henrique expedido o alvará de 10 de janeiro de 1568, mandando edificar a Sé catedral, com a mesma invocação, sendo mestre das obras o arquiteto Luís Gonçalves, expressamente mandado pelo governo para este fim.

Abertos os alicerces da nova sé foi lançada a primeira pedra no dia 18 de novembro de 1570 com a maior pompa e aparato, tendo em cada lado esculpida a cruz da Ordem de Cristo, e sendo colocada pelo deão Balthazar Gonçalves. Pelo ano de 1618 ficaram completas as principais obras da sé, em que se despendeu a quantia 46.448$673 réis, que naquela época era avultadíssima soma, e ainda depois subiu a maior importância com as obras subsequentes para a sua conclusão e completo aperfeiçoamento.

Esta igreja sendo a principal de todo o arquipélago açoriano, devia ser, como é, a maior de todas, e mesmo na capital do reino poucas haverão tão espaçosas, e de tão grande construção. O padre Cordeiro, na *História Insulana*, lhe chama a *Real Sé de Angra*.

O seu frontispício ou principal fachada, com quanto seja singelo, é contudo majestoso e elevado. Compreende três grandes portas debaixo de famosas arcadas com duas torres altíssimas ou

campanários cobertos de azulejos sobre a cantaria, e fechados em suas grifas, como pavilhões romanos, sobressaindo do centro um tarjão de mármore com o relógio, que regula para toda a cidade, e em cima uma grande cruz de ferro, o que tudo forma uma perspetiva elegante e agradável.

Aquelas três portas dão entrada para o grande pórtico ou vestíbulo, por cima do qual corre o coro alto da igreja, chamado atualmente o *coro velho*, onde existe agora a casa que serve às sessões e arquivo da junta de paróquia.

Do vestíbulo se comunica para o interior deste templo por outras três grandes portas, sendo a do meio resguardada por um belo pavilhão ou guarda vento.

Entrando-se na igreja vê-se um magnífico e majestoso templo. O gosto de arquitetura é romano. Os seus elevados tetos de madeiras de cedro e do Brasil, primorosamente trabalhadas, são sustentadas por 14 arcadas ou colunas de pedra de quatro faces, e pintadas a óleo, e de cujos arcos pendem belos lustres de cristal, que se acendem nas noites de festividades, assim como dois famosos e elegantes candelabros, que se acham pendurados no meio do teto, em distancia igual.

É, pois, a sé uma igreja de três naves, tendo na do meio a capela-mor, que, no cimo do arco superior, tem colocadas as armas reais de Portugal, e em cima da frisa tem, como em quase todas as sés, a imagem do Senhor crucificado, e de cada lado uma grande janela. Nos lados do arco acham-se, em vulto, as imagens dos apóstolos S. Pedro e S. Paulo.

A capela-mor é de abóbada e de antiga arquitetura, sustentada por seis colunas jónicas douradas, que formam em semicírculo, à roda do qual segue a servidão, com as principais sacristias da igreja e tribunas. No centro desta capela tem o camarim, onde está, em trono dourado, a imagem de Santíssimo Salvador, orago da igreja, e mais em baixo a de Nossa Senhora da Conceição. Nesta capela, e ao lado do evangelho, está debaixo

do dossel a cadeira episcopal.

Descendo a capela-mor, e na nave central ao cruzeiro, está o espaçoso coro-capitular, tendo em cada lado 12 cadeiras douradas fixas em pavimento superior para as dignidades e cónegos, sendo, a primeira cadeira a da capítula, e que tem como remate nas costas as armas reais, e logo em baixo estão os stalos, ou bancos dos beneficiados párocos, e capelães, e os lugares dos moços ou meninos de coro. No centro está uma excelente estante de jacarandá, toda marchetada de marfim, com o maior gosto e delicadeza, que além dos florais, rosais, e outras figuras que representa, remata com uma cruz, elevada sobre uma esfera, tudo de marfim, em volta da qual se vê a legenda = Avé Crux Spes Vnica = e que era pertencente ao convento de S. Francisco desta cidade.

Sobre este coro deitam duas tribunas, laterais à capela-mor, e com entrada pelo corredor, que a rodeia. A tribuna do lado da epístola serve para as primeiras autoridades do distrito, assistirem aos ofícios divinos em ocasião de solenidade, e a outra é exclusiva da presidência do cabido para qualquer eventualidade.

Depois do coro se seguem os dois coretos para a música, no do lado da epístola o elegante e grande órgão, cheio de muitos tubos de lustroso metal, obra rica e primorosa, que revela a magnificência com que a Rainha D. Maria I, quis atender ao pedido que a este respeito lhes fez o Bispo D. Fr. João Marcelino, cujas armas estão enlaçadas no remate do mesmo órgão; e no coreto fronteiro o órgão mais pequeno, de que foi autor o Padre J. S. Serrão, e que se colocou no ano de 1854, servindo a primeira vez a 16 de setembro do dito ano, aniversário natalício d'El-Rei D. Pedro V.

Ao lado direito da capela mor está a rica e sumptuosa capela do Santíssimo Sacramento, que encerra em si um magnífico camarim, onde se eleva o trono para a exposição do Sacramento,

tudo dourado com muito gosto. O frontal do altar é obra de grande valor, não só por ser de prata, mas porque representa em relevo passagens da escritura muito apropriadas. Além da bancada do altar há, também de prata, três ricas alampadas, que pendem da abóbada da capela, e que ardem constantemente. Está fechada com uma grade dourada, feita do melhor gosto com relevos, rematando com florões dourados, e no fecho do arco tem um grande tarjão em forma de estrela, cujos raios são dourados, e o campo azul celeste, em que está gravada a ouro a seguinte legenda – *Ecce tabernaculum Dei cum hominibus*.

Seguem-se, do mesmo lado, as capelas de *Nossa Senhora do Rosário*, a de *Santo Cristo*, e depois os altares o da *Senhora dos Anjos*, e o *das Almas*, onde se venera *Santo Amaro* e *S. João Baptista*. Na parte lateral à epistola tem a capela do *Senhor Jesus*, onde está *N. Senhora da Esperança*, e dos lados seguem, em igualdade com as do outro lado, as capelas de *Santo Estevão*, e de *S. Pedro Advincula*, e depois aos dois altares o de *Santo António*, e de *S. Braz*.

Ao lado do Evangelho, e junto da porta principal, tem o Batistério, com uma elegante pia de mármore, e em cima um quadro pintado a óleo, representando o *Batismo de Cristo*.

Pela galeria, ou corredores, que cercam a capela-mor, se comunica com a grande sacristia, e com a sacristia chamada *dos cónegos*. Aquela primeira sacristia é vasta, clara e de tais proporções, que bem poderia passar por uma pequena igreja. No topo desta sacristia, e em frente da sua porta principal, está um altar com um excelente painel que representa a Santíssima Trindade, e uma imagem de Santo Cristo. É aqui onde, nos dias da semana os capitulares celebram missa. Junto das paredes de cada lado correm dois grandes mesões de finíssima madeira do Brasil, tendo cada um oito gavetões, e feitos com muito gosto e esmero, e nos respetivos tarjões ou espaldões dois belos espelhos coroados pelas armas reais, suspensas por anjos: nas

colunatas que servem de intervalo estão, do lado direito os vultos dos quatro apóstolos *S. João*, *S. Matheus*, *S. Marcos* e *S. Lucas*, e no lado esquerdo os dos quatro padres da igreja *S. Gregório*, *S. Boaventura*, *Santo Ambrósio*, e *Santo Agostinho*. No cimo da porta principal tem um quadro representando a *Descida do Espírito Santo*, e aos lados dois grandes painéis um de *S. Francisco de Assis*, e outro de *S. António*; e no teto um primoroso quadro de *Nossa Senhora da Conceição*, padroeira do reino, que era o da sala das sessões da Junta da Real Fazenda, de que já falámos. Nos 16 gavetões desta sacristia se acham guardados os ornamentos, alfaias e vasos sagrados, do uso ordinário, pois os que pela sua riqueza e magnificência servem em ocasiões solenes, estão numa casa chamada *tesouro*, que fica no andar superior, junto da casa capitular, sobre a antessacristia.

Ainda desta sacristia se comunica com a da capela de *N. S.ª do Rosário*, que também serve de sacristia aos beneficiados e capelães da sé, e depois ainda existe, no mesmo lado, a do Santíssimo, e, no outro, a de *S. Pedro ad vincula*, onde tem assento a escola de música.

Do lado exterior da capela-mor e sacristia, está um campo murado, que tem um chafariz, e onde outrora havia um belo jardim. Por aqui se sobe, em larga escadaria até à casa do cabido, ou das sessões capitulares. É um vasto e alto salão com grandes janelas voltadas para a cidade, e que tem na sua parte mais nobre um altar, e nas paredes dos lados se acham os retratos de todos os bispos da diocese, desde o primeiro, o bispo D. Agostinho Ribeiro, até o penúltimo D. Frei Manoel Nicolau d'Almeida.

No dia 16 de outubro de 1808 foi esta Sé sagrada pelo bispo D. José Pegado d'Azevedo, colocando no altar-mor as relíquias dos Santos Mártires *Benedito*, e *Primo-Veracundo*, encerradas n'um cofre, ligado com uma fita de seda encarnada, e selada com o selo das armas do bispo; ficando desde então a 3.ª dominga de outubro, como dia fixo para se celebrar o aniversário

desta dedicação.

O quadro capitular desta igreja é, segundo a sua instituição canónica, composto de deão, arcediago, chantre, tesoureiro-mor, mestre escola, 12 cónegos, e seis cónegos de meia prebenda. O seu pessoal do coro é de sub-chantre, mestre de capela, três reitores, dez capelães, mestre de cerimónias, altareiro, organista, sacristão, seis moços do coro, porta-maça, sineiro e relojoeiro. O decreto de 17 de maio de 1832 suprimiu as seis cadeiras de meios-cónegos, e os três reitorados amovíveis, criando uma colegiada incorporada no cabido com 12 beneficiados, com a natureza de cura de almas.

No dia 3 de março de 1832 veio entrar nesta Sé, apenas desembarcou, Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro IV, assim como no dia 31 de outubro de 1858 também entrou El-Rei o senhor D. Luiz I, ainda infante, e herdeiro presuntivo da coroa.

O Senhor D. Pedro IV, acompanhado do seu camarista Paulo Martins d'Almeida, assistiu numa das tribunas desta catedral aos ofícios da Semana-Santa do ano de 1832 e, na sexta-feira santa, Sua Majestade desceu ao coro para vir à adoração da cruz. No dia 4 de abril, aniversário natalício da Rainha, também nesta tribuna, e com a farda de general português, o mesmo Augusto Senhor assistiu ao Te-Deum, e à oração que, em aplauso do mesmo dia, pregou o seu capelão, o Padre Marcos Pinto Soares Vás Preto, tendo-se ali reunido todos os Grandes do reino, dignitários, o conselho de ministros, altos-funcionários, câmara de Angra, oficiais generais, superiores e mais oficiais do exército-libertador, formando assim um concurso brilhante e em todo o sentido extraordinário.

Eis em pequeno resumo descrita a igreja catedral de Angra do Heroísmo.

Igreja do Colégio

Numa das torres da Igreja do Colégio esteve colocada, desde 1881, a estação do posto meteorológico de Angra, estrutura visível na torre do lado esquerdo da fotografia mais antiga.

No dia 1.º de junho de 1570 aportaram a esta ilha doze religiosos da Companhia de Jesus, com o propósito de erigirem um convento da sua ordem. Servia-lhes de Reitor o Padre Luiz de Vasconcelos, neto do conde de Penela.

Recebidos com a maior distinção pelo bispo desta diocese, que então era D. Nuno Alvares Pereira, pelo senado da câmara, e pelo capitão-mor da cidade foram residir em uma grande casa, que gratuitamente pôs à sua disposição do Provedor João da Silva do Canto, sita no alto da rocha, entre a *Prainha* e o *Portinho-Novo*. Ali organizaram o seu primeiro hospício, cujo orago era o da já existente ermida de *N.ª S.ª das Neves*.

Assim estabelecidos provisoriamente conceberam o plano de levantar igreja e convento próprio. El-Rei D. Sebastião, por carta datada de Almeirim, em 20 de março de 1572, concedeu para tal fim a sua régia licença, dotando logo aquele religioso estabelecimento com 600$000, e considerando-se como fundador do novo colégio, por cuja razão se dava à casa sobre a portaria o nome de *régia sala d'El-Rei D. Sebastião* e na antessacristia grande da igreja existia o retrato daquele monarca, o mais próprio, mais natural, e talvez o mais exato que se julga haver, como declara o ilustrado português visconde d'Almeida Garrett nas notas do seu drama *Frei Luís de Sousa*, e de que já falei no jornal *Angrense* n.º 452, de 1845, a cujo artigo se refere a interessante *Revista Universal Lisbonense* n.º 9 de 21 de agosto de 1845.

Apenas levantada a melhor parte do convento os religiosos o foram logo habitar, entrando ali pela primeira vez para tal fim no dia 16 de fevereiro de 1608; e desde então começaram a tratar, com mão larga, da magnífica fábrica da sua sumptuosa e vasta igreja, cujos alicerces foram abertos em 1637, sendo o plano e direção da obra confiado ao padre Bento Tinoco, filho do arquiteto-mor do reino, que procurou em tudo imitar a sua igreja de S. Roque em Lisboa.

Escolhido um dos melhores sítios da cidade, levantada a igreja quase no coração da mesma cidade, prolongaram-se suas importantes obras pelo espaço de 15 anos, e em um sábado, 27 de julho de 1652 para ali foi conduzido em grande e soleníssima procissão o Santíssimo Sacramento que se achava no seu primeiro hospício. Pouco a pouco foram os religiosos aperfeiçoando o seu novo templo, procurando em tudo torná-lo belo e majestoso. Pelos anos de 1654 a 1658 foi feito, e cuidadosamente acabado e dourado o retábulo da capela-mor, que se não é de um talhe elegante é, contudo muito regular, contendo quatro grandes nichos dourados e ornados de colunatas simetricamente dispostas e em cujos nichos se acham colocadas as imagens de *S. Ignacio de Loyóla*, orago da igreja e convento, a de *S. Francisco de Borja*, *S. Francisco Xavier*, e *Santa Tereza*.

Com efeito, esta igreja é um dos edifícios públicos que mais aformoseiam a cidade.

Sua majestosa frontaria, única no seu género nesta ilha, bastante elevada, ornada de grandes janelas, todas envidraçadas, e com duas espaçosas torres de sinos, correndo ao longo de toda a frente um grande terraço, e donde se domina a melhor e maior parte da cidade é, sem contestação alguma, uma das melhores dos Açores.

Três grandes portas dão entrada para o interior do templo, sendo a do meio defendida por um pórtico ou guarda vento simples, mas grande, e em relação com o mesmo templo, cujo teto é de finíssimo cedro, todo primorosamente lavrado, e quási todo, segundo fiel tradição, trazido da ilha das Flores.

É duma só nave mas bastante espaçoso, e com a configuração de uma cruz. A capela mor, como já se disse, tem um bom retábulo, e as paredes laterais são ornadas de magníficos quadros a óleo, representando algumas passagens da vida de *S. Francisco Xavier*, *S. Ignacio* e outras alusivas à *Imaculada Virgem*, de cuja gloriosa assunção há um belo painél

em forma circular sobre o arco, que fecha o camarim, aonde existe atualmente a imagem de *N.ª Senhora do Carmo*, cuja ordem Terceira se acha aqui estabelecida.

Tem este magnífico templo 11 capelas e altares: sendo 6 capelas fundas e ornadas de riquíssimos retábulos dourados, as quais constituem os lados do mesmo templo.

Do lado do evangelho, e começando do pórtico, a 1.ª é a do *Senhor Jesus-Crucificado*, veneranda imagem que a todos surpreende, e toma de respeito e admiração, por ser um primor de arte, e talvez uma das melhores naquele género. Esta imagem costuma sair na procissão do Triunfo. Abaixo do camarim, em que se acha colocada, e junto do altar, existe um sepulcro dourado, fechado com um grande vidro, ornado de cortinas de seda roxa bordadas de ouro, onde se encerra a ternissima imagem do *Senhor Jesus-Morto*, que também costuma sair na referida procissão. Nos lados desta capela há dois magníficos quadros a óleo, alusivos à *Paixão de Cristo*.

A 2.ª capela é a de *S. Francisco Xavier*, imagem de finíssima escultura que se acha colocada em um elegante camarim todo dourado, havendo também nos lados desta capela dois importantes painéis primorosamente pintados a óleo, representando duas das mais interessantes passagens da vida do grande apostólo das índias.

A 3.ª capela é de *Santa Teresa*: nesta mesma capela, e em nichos dourados, se acham também as imagens de *S. Francisco de Assis*, S*anto António*, e mais dois santos da Companhia de Jesus.

Do lado da epistola, a 1.ª capela é da invocação de *Nossa Senhora da Conceição*. O retábulo desta capela que é de finíssimo cedro, e de majestosa e elegante configuração, ainda se acha por dourar: aos lados tem dois grandes quadros a óleo representando o *Nascimento de Cristo*, e a *Epifania*.

A 2.ª capela, que era da invocação de N*ossa Senhora da*

Pureza, hoje pertence à confraria de *Santa Cruz e Passos*, aonde tem a veneranda e muito devota imagem do *Senhor Jesus dos Passos*, que estava na extinta igreja do convento dos religiosos da Graça desta cidade, e fora para ali transferida em fevereiro de 1830. Esta capela está ricamente ornada: o retábulo, que então era, como as outras, ao fundo, está hoje fazendo face com a parede lateral do templo, para que no fundo da capela possa elevar-se o trono, em que se acha a referida imagem do Senhor Jesus dos Passos que, em todas as sextas-feiras do ano, está exposta à pública veneração dos fiéis. Ainda existem aos lados desta capela dois belos quadros representando o *Nascimento da Virgem Maria*, e a sua *Apresentação*.

A 3.ª capela é da invocação de *Santo André*, e *S. Pedro*, cujas figuras se acham desenhadas em um grande e finíssimo quadro a óleo no fundo da capela, e centro do retábulo. É este um dos mais ricos painéis que encerra este templo, e talvez o mais fino que se encontre nesta ilha. Ninguém pode vê-lo sem admiração: revela logo à mais acanhada inteligência que é obra de grande mestre. Alguns estrangeiros ilustrados que têm visitado esta igreja, extasiam ao ver aquele primor de arte. Aos lados tem mais dois excelentes painéis: um de *S. Jerónimo*, e outro representando *S. Pedro* no momento em que o anjo o livrou da prisão, em que esteve por ordem do cruel imperador romano.

Todas estas 6 capelas são fechadas com grades de jacarandá e por cima de todas correm galerias que, para o interior do templo, deitam grandes janelas ou tribunas.

Além das capelas já mencionadas, há como fica dito, as cinco que se acham no grande cruzeiro da igreja, a saber: a da *Assunção de Nossa Senhora*, em frente da porta da antessacristia que comunica com o mesmo cruzeiro. Esta capela além de ter um bom retábulo, todo dourado, é notável pelo belo e rico sepulcro aonde existe a majestosa imagem de *Nossa Senhora da Boa Morte*, que é de certo uma das melhores imagens de

tal género, já pelo sublime da escultura, já pela riqueza dos adornos, e igualmente pela grandiosa devoção que há com ela em toda a ilha desde o tempo dos jesuítas. No dia 15 de agosto é tirada do referido sepulcro e colocada em uma riquíssima barca ou esquife, no centro do cruzeiro, debaixo de um magnífico pavilhão todo vestido de flores.

Contígua a esta capela está a de *Nossa Senhora da Consolação*, pouco funda, mas toda dourada e é nela que nos dias de solenidade se coloca o sacrário com o *Santíssimo Sacramento*, que costuma estar no altar-mor.

Ao lado da capela-mor, da parte da epístola e voltada para o corpo da igreja, está uma pequena capela ou altar consagrado a *Nossa Senhora do Socorro*; tem uma delicadíssima imagem de jaspe, e o seu pequeno retábulo é todo composto de nichos, em que se veneram muitas relíquias sagradas.

Do lado do evangelho está outra capela igual dedicada a *Jesus-Crucificado*, cuja imagem veneranda ali existe, e da mesma sorte nichos com relíquias.

Segue-se a capela de *S. Pedro* e *S. Paulo* que é em tudo igual à de *Nossa Senhora da Consolação*, e fica à esquerda da antessacristia.

Por esta singela descrição se conhecerá quanto é importante a antiga igreja dos religiosos da Companhia de Jesus, que hoje pertence ao Estado, que até 1834 manteve sempre nela capelão-mor e sacristão. E como fica contígua ao palácio do Governo Civil, que também o foi dos governadores e capitães-generais, era nas tribunas, que correspondem com a capela-mor, que as autoridades nele residentes ouviam missa, e assistiam aos ofícios divinos. Em vários documentos oficiais se dá a esta igreja o titulo de – *Capela-Real* – que na verdade o merece, e mesmo porque foi nas suas tribunas que Sua Majestade o Senhor D. Pedro IV assistiu à missa, quando residiu nesta ilha.

Seria minucioso descrever agora as diferentes sacristias

e casas pertencentes a esta igreja, e por isso basta dizer que a sacristia grande, apesar de bastante deteriorada, é em tudo correspondente à sumptuosidade do templo, sendo ornada de muito quadros a óleo, que é pena se tenham danificado.

Igreja da Conceição

Igreja Paroquial da Conceição, ao cimo da rua do Galo.

Depois da catedral é a igreja da Conceição a primeira e mais antiga paróquia de Angra. Não consta o ano em que foi ereta, nem mesmo quando foi criada paroquial, mas é certo que El-Rei D. João III por seu alvará de 26 de março de 1553 ordenou ao bispo D. Jorge de S. Tiago que erigisse em paróquia a ermida de Nossa Senhora da Conceição, que já existia quando Angra era vila, e pouco depois a freguesia da Conceição estava constituída.

A arquitetura desta igreja é simples, mas elegante. É grande e de três naves, e o seu teto em tudo semelhante ao da Sé catedral, tem não pequeno merecimento por ser todo de cedro talhado com grande esmero.

A capela-mor é uma das mais importantes da ilha pela riqueza de seus quadros pintados a óleo, e se não de autor conhecido, contudo mostram terem sido de mão de mestre. É toda dourada, e a talha do seu retábulo é de muito valor pelo difícil trabalho que apresenta. O seu teto é todo forrado de interessantes painéis, ou quadros, em que se representam várias passagens da Escritura que tem relação aos mistérios de *N.ª Senhora*, *São José*, e *São João Baptista*, distinguem-se, pelo seu valor, dois grandes painéis, que tomam quase todo o comprimento da capela, e representam o *Nascimento de Cristo*, e a *Epifania*. Na frente do camarim que serve para a exposição do sacramento está colocada a formosa imagem de *Nossa Senhora da Conceição*, e aos lados, entre colunatas do retábulo, as imagens de *S. Francisco de Borja*, e de *S. Francisco de Paula*.

Tem esta igreja cinco capelas. A do *Sacramento*, que é magnífica e espaçosa, e que além do retábulo dourado, tem o teto todo forrado de elegantes molduras douradas, sendo fechada com uma grade de ferro dourado, e tendo por cima um bom quadro de pintura a óleo, representando a *Ressurreição de Cristo*. A capela do *Senhor Jesus dos Aflitos*, que fica, como a do Santíssimo, ao lado da capela mor, e das mesmas dimensões,

é duma perspetiva agradável. A capela das *Almas*, aonde hoje se acha colocada a imagem de *S. Sebastião*, que era do extinto convento de religiosas capuchas, e de cuja festa, como padroeiro da cidade já falámos. As outras duas capelas, ou altares, são uma de *Nossa Senhora dos Prazeres*, e outra de *Santo André* apóstolo.

Tem esta igreja um belo órgão, com o seu coreto assemelhado ao da sé. Era este órgão do extinto convento de religiosas da Luz da vila da Praia, concedido pela portaria do ministério do reino de 20 de dezembro de 1832, e entregue em 1836.

O batistério, depois do da sé, é o melhor das paróquias da ilha, e tem por cima da pia batismal um quadro representando o *Batismo de Cristo* por *S. João Baptista*.

Na capela-mor ainda existem as cadeiras dos beneficiados, que constituíam a primeira colegiada da ilha, a que o padre Cordeiro, na sua *História Insulana* chamava a nobre colegiada da Conceição dos clérigos, e por cima do pórtico também corre o coro, onde em tempo de inverno se rezava outrora o divino ofício.

Tem esta igreja três sacristias, a da igreja, a da confraria do Santíssimo, e uma outra por detrás da capela-mor.

Em 15 de outubro de 1582 o Prior do Crato, D. António, então reconhecido nesta ilha, como Rei de Portugal, na ocasião de sair desta ilha com a sua armada, foi despedir-se da imagem de *N.ª Senhora da Conceição*, e estando-se então a igreja reconstruindo deu para as suas obras a esmola de 500 cruzados.

No dia 1.º de novembro de 1858 El-Rei o senhor D. Luíz ainda infante, sendo acompanhado pelo seu camarista o Par do reino conde de Linhares, e um grande concurso de autoridades e muito povo, visitou esta igreja, em cujo adro foi recebido pelo vigário da mesma paróquia o presbítero Francisco Rogério da Costa. O Augusto Príncipe, tendo ajoelhado sobre uma almofada ao pé do altar-mor, e feito suas orações à Virgem Imaculada,

Honrou com a sua expressão de benevolência ao referido vigário, fazendo-lhe a mercê de Houvir uma pequena e improvisada alocução, que ele proferiu, congratulando-se pela visita que o Mesmo Senhor Havia por bem fazer à sua paróquia, que tinha por orago a especial Padroeira do Reino, e da Sereníssima Casa de Bragança.

Igreja de S. Francisco

Apesar da extinção do convento franciscano e da profanação da igreja, o edifício permanece como no tempo de Félix da Costa

A magnífica igreja de S. Francisco desta cidade data do ano de 1666. Antes houve outra igreja, mais pequena, que foi fundada no ano de 1452 por alguns padres claustrais da província de Portugal, quando vieram fundar o convento, de que trataremos na ocasião de falar do destino que atualmente tem o seu edifício.

Foi, pois, em 6 de março de 1666 que, em ato solene e pomposo, se lançou, pelas três horas da tarde, com as devidas cerimónias a primeira pedra nos alicerces abertos no ângulo esquerdo do adro. Assistiram a este ato o governador do castelo, o capitão-mor João de Bettencourt Vasconcelos, o corregedor Domingos Pereira da Silva, o arcediago da sé catedral, e outras pessoas de distinção. A pedra que se achava lavrada, em esquadria, tinha no meio o santíssimo nome de Jesus, e foi depois de benzida pelo mestre escola da sé João Diniz Pereira, provisor do bispado, lançada nos alicerces pela maneira seguinte, extraída do auto desta solenidade:

"Foi lançada abaixo por umas cordas pelo mestre Braz Madeira, indo amarrada na pedra uma fita de seda branca, que ficava numa ponta em as mãos do muito reverendo Mestre-escola, o qual, depois de assentada, foi botando água benta por todos os alicerces da igreja, assim os que estavam abertos, como os que se hão-de abrir. E debaixo da pedra botou Diogo de Castro do Canto, o fidalgo mais velho de toda a ilha, duas moedas de ouro cada uma de quatro mil réis."

Em 30 de setembro de 1672 foi naquela igreja depositado o Santíssimo Sacramento, depois duma soleníssima procissão, a que concorreram o cabido, a câmara e todo o clero regular e secular, confrarias, e imenso povo. No dia seguinte se celebrou a primeira missa fazendo pontifical o bispo D. Frei Lourenço de Castro, ficando por três dias, exposto o Sacramento com festa e sermões panegíricos. Pregou no último dia o próprio prelado diocesano.

É, pois, um belo e vasto templo de três naves, divididas por duas ordens de arcadas no gosto romano. A sua configuração é duma cruz, cujo tope forma a capela-mor, uma das mais majestosas e ricas de Angra. O seu orago é de *Nossa Senhora da Guia*, elevando-se a sua imagem, que é um primor de arte, na frente do magnífico camarim, que encerra o trono para a exposição do Sacramento. Do lado do evangelho, está entre as colunatas do retábulo, a preciosa imagem de *S. Domingos de Gusmão*, e do lado da epístola está a de *S. Francisco de Assis*. Só aquelas três venerandas imagens atraem a admiração de todos, que visitam tão majestoso templo. Os braços da cruz em que se figura a igreja rematam dum lado com a capela de *Nossa Senhora dos Anjos*, e do outro com a dos arcanjos *S. Miguel*, *S. Gabriel*, e *S. Rafael*.

Entre uma e outra capela se compreende o vasto cruzeiro da igreja, onde se acham mais seis capelas, sendo, do lado do evangelho, a do sr. *Jesus*, *Juiz dos Vivos e dos Mortos*, a *das Almas* e *N.ª Senhora da Conceição*, e a da *Sacra Família*, e do lado da epístola a de *Nossa Senhora* das Dores e *S. Tomaz de Vila Nova*, a de *Santo António* e a de *S. Pedro de Alcântara*. Na capela d*as Dores* é digna de admiração a terna imagem de Nossa Senhora, e as de *S. Vicente Ferreira*, e de *S. Simão de Roxes*.

Ao lado da capela-mor, na parte da epístola, e voltada para o corpo da igreja existe a bela capela da venerável ordem Terceira, tão ampla, que só ela tem as proporções duma boa ermida. No seu camarim tem a imagem do *Senhor prezo à coluna*, e as de *Santa Izabel*, Rainha de Portugal, e de *S. Luís*, Rei de França. E do outro lado da parte do evangelho fica a entrada para a sumptuosa, vasta e muito clara sacristia, primeira dos Açores, pela riqueza de seus brilhantes dourados, delicados lavores e folhagens em relevo dourado, que formam o teto e muito despertam a atenção do curioso visitante.

Por cima do pórtico se eleva o magnífico coro, onde ainda

existem as cadeiras formadas de madeira de jacarandá. É por aqui que se passa ao coreto da música, em que está colocado um belo e antigo órgão.

Contigua à capela da ordem Terceira tem a sua sacristia, e por cima a sala do consistório, ou das sessões da respetiva mesa.

Nesta igreja estão sepultados, em jazigo especial, na capela-mor o 1.º capitão donatário João Vás Corte-Real, sua mulher, e uma filha, mulher do 2.º donatário da ilha do Faial, assim como a condessa d'Almada, mulher do 3.º capitão-general dos Açores.

Também aqui repousam os ossos de Paulo da Gama, irmão do grande Vasco da Gama, ínclito descobridor das Índias orientais, e que morreu em Angra, quando na volta da sua famosa expedição veio aqui em julho de 1499 tratar-se de uma penosa doença, que o assaltara. Ignorou-se por muito tempo o local que dera sepultura a tão ousado navegante. O conselheiro José Silvestre Ribeiro, quando governador civil deste distrito, lidou e averiguou sobre este ponto, pois que, como amante da glória nacional deplorava não haver encontrado uma pedra ao menos que apresentasse o nome de Paulo da Gama.

Foi por esse tempo averiguado que o ilustre navegante fora enterrado na igreja do primeiro convento, que os Franciscanos fundaram nesta cidade no ano de 1452. E assim se deixa ver pelo que se acha escrito na *História Seráfica e Cronológica da Ordem de S. Francisco*, no livro 1.º capítulo 3.º parte 3.ª que trata da fundação do convento.

Diz assim aquela história em vários períodos:

"Aqui deram os religiosos amorosa sepultura em as entranhas da terra ao insigne herói Paulo da Gama, irmão do grande Vasco da Gama." (...) Vinha Paulo da Gama enfermo de tão prolixa e longa navegação qual é a já referida, e desembarcando nesta cidade de Angra nela acabou seus dias (...) Quis sepultar-se à sombra de S. Francisco em uma cova rasa, merecendo seus

ossos mausoléus eminentes, sobre que voasse a fama imortal de suas ações ilustres."

Quando em 1666 se começou a obra da reedificação do convento é natural que os despojos mortais daquele ilustre português, ou ficassem sumidos debaixo da nova construção, ou fossem mudados para jazigo desta nova igreja. O certo é que em todo o caso é este o sítio onde, segundo todos os apontamentos históricos, ficaram para todo o sempre depositados os venerandos ossos de Paulo da Gama.

Neste pressuposto o governador civil, conselheiro António José Vieira Santa Rita, quis assinalar com uma inscrição singela, mas patriótica, o local onde a história nos apresenta o jazigo do afamado capitão para indicar ao futuro onde repousam os ossos desse homem grande e ousado. Realizou, pois, o seu louvável intento, e por isso está nesta igreja, ao lado da capela-mor, da parte do evangelho, e junto à porta da grande sacristia de pedra mármore, em que se lê a seguinte inscrição:

À MEMORIA
DO
IRMAM DE VASCO DA GAMA
O ILLUSTRE CAPITÃO
PAULO DA GAMA
Sepultado
N'ESTE CONVENTO
ANNO –1499
ERIGIO-LHE ESTA LAPIDA
O GOVERNADOR CIVIL
A. J. V. SANTA RITA
EM
JANEIRO 28 –1849

Oh! que coração português deixará de ter ufania, e

semear-se de saudades, ao observar aquele dístico inspirador de honrosas memórias! Que brios não despertará no meio daquela religiosa solidão o nome de Paulo da Gama, e a lembrança daquela empresa, que serviu de teia a esse poema divino, em que o lusitano Homero cantou:

> "As armas e os Barões assinalados,
> Que da ocidental praia Lusitana,
> Por mares nunca dantes navegados,
> Passarão ainda além da Taprobana.
> Que em perigos, e guerras esforçados,
> Mais do que permitia a força humana,
> Entre gente remota edificaram
> Novo reino, que tanto sublimaram."

Os terceirenses visitando esta igreja apontarão com respeito para essa pedra, e recontarão a seus filhos e netos a espantosa herança, que nos legou aquele português e seus companheiros na sempre memorável descoberta da Índia.

Igreja de S. Gonçalo

A igreja de S. Gonçalo é um notável exemplar da decoração barroca regional particularmente no que se refere à talha.

Quando em 1520 se levantou o convento de religiosas de S. Gonçalo foi logo construída a igreja que lhe fica contígua, e que serve de capela ao referido convento.

É uma bela igreja de uma só nave. A capela principal é regular, e ali tem o camarim, onde, nos dias de grande festividade se expõe o sacramento. Tem duas capelas laterais, uma de *Nossa Senhora da Conceição*, imagem muito perfeita e da mais delicada escultura, e do outro lado a capela de *S.ª Clara*, com outras pequenas imagens.

As paredes do templo são na sua maior parte forradas de azulejos, nos quais se acham estampados vários quadros alegóricos à escritura sagrada, como o sonho de faraó, a venda de José no Egipto.

Nos dias de solenidade a igreja se reveste das maiores galas, e os seus altares são primorosamente ornados de lindos ramos de flores artificiais, que pela ilusão que apresentam no mimo de suas cores, e agradável de suas variadíssimas folhagens

mais parecem ser naturais. Merece distinto louvor o esmero com que algumas educandas se dedicam a este serviço bem próprio de aprovadas floristas.

Aqui se celebra, com toda a pompa, a festa da *Epifania*, a de *S. Gonçalo*, a do *Divino Imperador*, e a da *Senhora da Conceição*. Ainda há bem poucos anos a música destas festividades era cantada a órgão pelas religiosas, sendo muitas aplaudidas, com justiça, como excelentes músicas pela voz e pelo estilo, que tanto concorria para a sua execução, e que atraia sempre grande concurso.

Consta que entre as riquíssimas alfaias, que este mosteiro antigamente possuía, e de que hoje se conservam alguns restos, existe ainda uma bancada de castiçais, generosamente oferecida pelo governador e capitão-general D. Miguel António de Melo, depois conde de Murça, para bem significar o apreço, que ele dava à maneira decente e grave com que neste mosteiro se desempenhavam os ofícios divinos.

Foi esta igreja visitada por El-Rei o sr. D. Pedro IV na época da sua residência em 1832, quando Regente do reino, e depois no 1.º de novembro de 1858, por El-Rei o sr. D. Luíz I, quando ainda Infante, herdeiro presuntivo da coroa.

Igreja do Hospital

A igreja do antigo complexo conventual concecionista apoiou o quotidiano do Hospital e do Asilo de Mendicidade, mas está destruída desde 1980…

Contígua ao hospital da Misericórdia de Angra existe a sua grande igreja, que era a do extinto convento de religiosas da Conceição, o qual como já dissemos, serve hoje ao referido hospital.

O seu orago é de *Nossa Senhora da Conceição*, que se acha na principal capela, tendo altares laterais, onde se acham diferentes imagens.

Antigamente havia aqui um belo órgão, que pela extinção do convento passou à igreja paroquial da Santa Bárbara, das nove ribeiras desta ilha.

Igreja do Livramento

...tal como a Igreja do Livramento que também aguarda melhores dias.

Junto ao edifício do Asilo de Infância Desvalida, existe a igreja, que era do extinto convento dos Capuchos, e que hoje serve de capela ao mencionado asilo.

É uma bela igreja, com excelente e espaçosa capela onde está a imagem de *Nossa Senhora dos Anjos*, e com três capelas laterais, sendo uma de *Nossa Senhora do Livramento*, que é de grande devoção nesta ilha, e que, por este motivo, dá o nome a esta igreja, outra de *Nossa Senhora do Carmo*, e a terceira de *Nossa Senhora das Angústias*.

Em cima da porta principal tem o coro alto, onde os religiosos rezavam o ofício divino. É aqui que os asilados vêm todos os dias fazer as suas orações à Virgem Padroeira do seu asilo.

Igreja de Santa Luzia

A primitiva igreja de Sª Luzia, próxima do arco de acesso ao Palácio de Sª Luzia, do Conde da Praia da Vitoria, foi destruída pelo sismo de 1980, e deu lugar à nova construção que agora apreciamos.

Esta igreja é a quarta paróquia de Angra do Heroísmo na ordem da sua antiguidade. Era antes uma Ermida ereta por João Vás Meireles e sua mulher Catharina Lourenço. Foi feita paróquia a instâncias do bispo D. Manoel de Gouvêa, que obteve o alvará de 2 de fevereiro de 1585.

A igreja é duma só nave. Na capela-mor tem a imagem da Santa, orago da paróquia, e aos lados a de *S. Caetano*, e de *Santo António*.

Ao lado do Evangelho tem a capela do Santíssimo, feita à custa de Balthezar Fernandes, que lhe legou parte de seus bens; e em seguida tem o altar ou capela de Nossa Senhora *da Saúde*. No lado da epístola tem a capela ou altares do Sr. *Jesus da Boa-Morte*, e o *das Almas*, onde também estão as imagens de *S. Francisco de Borja*, e de *Santa Isabel*.

Sobre o pórtico está um coreto, com um pequeno órgão.

Igreja da Misericórdia

A localização central da Igreja da Misericórdia, frente ao cais e flanqueando a Rua Direita, proporciona um enquadramento monumental da cidade quando vista do mar.

Esta igreja está colocada em frente do pátio da Alfândega ou Largo 3 de Março; e pertence à Santa Casa da Misericórdia de Angra.

A sua arquitetura é moderna, e o seu pórtico elegante com duas torres de sinos. É de uma só nave, contendo oito capelas, quatro de cada lado, e abertas nas paredes laterais. Todas as capelas são muito asseadas, mas sobressai, como mais dourada, e em tudo esplêndida, a do Senhor Santo Cristo, Padroeiro da Cidade, e de cujo voto já falamos. E de certo esta capela devia mesmo pelo seu ornato, corresponder ao seu alto destino, e geral devoção, que há, com a respeitável Imagem, que ali se venera.

Por cima destas capelas corre uma formosa galeria, com varandas sobre a igreja. A capela-mor é rica e majestosa, e dum plano e desenho igual ao da capela-mor da igreja de S. Francisco.

Antigamente esteve aqui ereta a ordem de Nossa Senhora do Carmo, com a sua Veneranda Imagem em consequência de escritura de contrato de 22 de fevereiro de 1766 celebrada com a mesa da Misericórdia, até que na tarde de 17 de março de 1804 foi trasladada para a igreja do Colégio, obtendo para isso despacho da Junta da Fazenda e general conde de Almada, datado de 12 do dito mês, e concessão do bispo D. José Pegado de Azevedo.

Esta igreja foi visitada no 1.º de novembro de 1858 por sua majestade o sr. D. Luíz I quando, ainda Infante, veio a esta ilha.

Igreja de S. Pedro

A pequena igreja paroquial de S. Pedro no extremo da área urbana da cidade.

A igreja de S. Pedro foi criada freguesia em 1572 pelo bispo D. Gaspar de Faria. O seu primeiro vigário foi o padre Domingos Fernandes. Em julho de 1586 estavam criados os lugares de vigário, cura e tesoureiro, mas depois foram criados dois benefícios, que vieram a ser extintos.

O templo não é grande, mas é simétrico, e muito claro. Na capela-mor estão colocados o Sacrário, as imagens de *S. Pedro*, e de *S. Nicolau*. Tem dois altares laterais, o do lado do Evangelho dedicado a *Nossa Senhora do Amparo*, e do lado oposto o *das Almas*, e no qual também está a imagem do *Senhor Jesus Crucificado*, *Santa Rita de Cássia*, e de *Nossa Senhora do Terço*.

Nesta igreja é celebrada, com grande pompa, a festa de *Nossa Senhora do Amparo*, por uma irmandade confirmada pelo Papa Clemente XIII em 26 de janeiro de 1760, que lhe concedeu várias graças e indulgências.

A diligências do atual vigário desta paróquia o reverendo Joaquim da Silva Matos se deve a aquisição de um grande sino, que foi colocado a 10 de novembro de 1864, por meio de subscrição promovida, e donativos generosos, oferecidos por António Raethe, J. Caetano Carreiro e Francisco Cândido da Costa.

Além das igrejas mencionadas, há nesta cidade ainda as seguintes ermidas:

Na paróquia da Sé:

Ermida de Nossa Senhora da Boa nova;
Ermida do Espírito Santo;
Ermida de Santa Philomena;
Ermida da Natividade;
Ermida de Nossa Senhora da Saúde.

Na paróquia da Conceição:

Ermida de S. Pedro Gonçalves, no Corpo Santo;
Ermida de Santo Cristo, no Cruzeiro;
Ermida de Nossa Senhora do Desterro;
Ermida de Nossa Senhora dos Remédios;
Ermida de S. Lázaro.

Na paróquia de S. Pedro

Ermida de Santa Catharina.

Na paróquia de Santa Luzia:

Ermida de São João de Deus;
Ermida do Recolhimento de Jesus-Maria-José;
Ermida da Madre de Deus.

Largos

O Largo 11 de Agosto, ou do Alto das Covas, será profundamente alterado na década de 1940 quando o convento graciano dá lugar ao edifício da escola Infante D. Henrique e o largo é reordenado com placas de circulação e passeios.

Os largos principais desta cidade são:

O largo *3 de março*, também denominado o *pátio da Alfândega*, e que tem aquele título por ser o primeiro largo em que entrou, em 3 de março de 1832, sua majestade El-Rei o Sr. D. Pedro IV, duque de Bragança.

O largo *do Prior do Crato*, antes denominado o *largo do Colégio*, e que teve este novo título por ser o largo mais junto às casas, que serviram de paço dos marqueses de Castelo Rodrigo, e onde residiu o Prior do Crato D. António, quando esteve nesta ilha.

O largo *22 de junho*, antes conhecido pelo *largo do Palácio*, por ser o local, onde, naquele dia, em 1828 veio postar-se na cidade a primeira força de Caçadores n.º 5, depois do brado de restauração dos direitos do sr. D. Pedro IV, e da carta constitucional.

O largo *11 de agosto*, antes o *largo das covas*, aludindo este título ao dia da batalha pelejada naquele dia em 1829, na Vila da Praia desta ilha.

Liceu Nacional de Angra

Liceu Nacional de Angra no edifício de S. Francisco, ostentando, na fachada, a placa identificativa. Em 1969 o Liceu abandonou definitivamente S. Francisco para ocupar um edifício novo construído de raiz.

No grande edifício que tinha sido o convento de S. Francisco é que está colocado o Liceu Nacional de Angra do Heroísmo.

Extinto este convento pelo decreto de 30 de maio de 1834 foi logo este edifício destinado para a reunião de todas as aulas públicas pela portaria de 24 de janeiro de 1835, sendo ministro do reino o sr. D. Francisco de S. Luís, depois o cardeal Saraiva, patriarca de Lisboa.

Foi, porém, em março de 1845, que começou a servir para tão útil estabelecimento. E definitivamente no mês de outubro de 1846 principiaram as obras precisas para a colocação do Liceu, que o decreto de 20 de setembro de 1844 criou para a capital deste distrito. O governo aprovou todas as obras na portaria do ministério do reino de 9 de janeiro de 1847, na qual classifica este edifício, chamando-lhe um dos mais notáveis prédios dos Açores.

Aqui, e na parte de oeste, estão colocadas, com a maior acomodação, as aulas que formam o curso completo do Liceu, a casa das reuniões do respetivo conselho, a secretaria do Liceu e comissário dos Estudos, o gabinete de história natural, e o posto meteorológico.

A entrada para o serviço do liceu é pelo lado do adro, por onde era a portaria do convento.

Ainda se conserva a casa da livraria do convento, que hoje é a biblioteca de que já falámos, e os mesmos corredores que comunicavam entre si as diversas galerias.

Era, pois, aqui o convento de religiosos de S. Francisco de Angra, começado a edificar em 6 de março de 1666.

Havia antes um outro convento mais pequeno, fundado por alguns padres claustrais da província de Portugal no ano de 1452. Depois de reformado na regular observância, foi sujeito à custódia de Entre Douro e Minho, mas em 1570 foi dado à nova custódia do Porto, para onde foi eleito primeiro Custódio

o seu reformador o padre Frei Pedro de Leiria, como ele próprio escreveu na última folha do primeiro tomo da vida de S. João Crisóstomo, que era do seu uso, e se guardava na livraria do convento de Santa Cristina, situado entre a vila de Tentúgal, e a Póvoa do campo de Coimbra.

Esta casa religiosa, intitulada de *Nossa Senhora da Guia*, tendo sido em 1583 incorporada na província dos Algarves, foi, como todos os conventos das ilhas, ereta custódia em 1594 e subordinada à dita província até que finalmente veio a ser elevada sede e província independente denominada de S. João Evangelista, da regular observância, das ilhas dos Açores, pela bula do papa Urbano VIII passada em Roma a 12 de julho de 1639*. E por este modo (escreveu o cronista Frei Fernando da Soledade na sua cronologia seráfica) este convento ficou sendo cabeça daquela província, e logo na sua criação assim pela nobreza do sítio, como por outras comodidades pareceu, que nascia para superior. Como tal, muito obteve, tanto que El-Rei D. Manoel pelo seu real alvará de 19 de janeiro de 1697 se mandou declarar em todas as ilhas protetor dos religiosos, e defensor de suas imunidades.

Todavia, este antigo convento veio a servir de base a outro maior, e de mais largas dimensões pelas diligências do Padre Frei Fernando Laranjo, lente de Teologia, convertendo-o então no vasto e majestoso edifício que hoje tanto embeleza esta cidade. Vieram a concluir-se as obras em 1677, importando segundo a tradição em 13.440$000 réis calculado só pelo rendimento das

---

*As armas desta província segundo lemos no claustro da Coroa de Portugal, cap. V. § 9, são o sagrado Evangelista S. João, a quem serve uma nuvem de peanha; tem os braços abertos, na mão direita uma pena, e debaixo o tinteiro, na segunda o livro aberto, e por cima, e quasi místico uma águia, e na orla selo do ministro provincial da província de S. João Evangelista.

consignações, afora os muitos donativos, que se não podem avaliar. Tinha este convento todas as acomodações, excelentes casas, que o tornavam recomendável, com a livraria, enfermaria, e refeitório, tendo uma grande cerca com muito arvoredo, hortas, jardins, e água corrente.

A cerca foi arrematada em vários lotes em 1835, e o edifício felizmente se acha hoje reparado, e acomodado ao serviço do Liceu, de que falamos, e ao do Seminário Diocesano, de que trataremos.

Neste convento esteve aquartelado, durante a época da emigração, o regimento Provisório de Infantaria, comandado pelo tenente coronel D. Bartholomeu Sallazar Moscoso, que foi depois visconde de Estremoz com o posto de tenente-general.

Mercados

Em consonância com os planos liberais de melhoramento das cidades na segunda metade de oitocentos, a venda ambulante de bens agroalimentares foi limitada a mercados especializados. No edifício do antigo Mercado do Peixe funciona, atualmente, o Centro de Ciência de Angra do Heroísmo.

Praça = Duque de Bragança:

É um belo mercado e o principal de Angra. É um recinto quadrado, e os seus lados todos cobertos com telhados, e três deles são formados por uma série de boas e excelentes barracas alinhadas e ligadas entre si, e que servem de açougues, tendo em frente passeios cobertos, sustentados por colunatas de pedra; tendo no de leste um grande barracão para géneros cereais, farinhas etc.

O centro da praça é arborizado por belas e frondosas árvores. Vende-se nesta praça carne de vaca, de porco, de carneiro e de toda a qualidade de frutas que produz esta ilha, como a laranja, lima, limão, maçãs de várias qualidades, pêras, ameixas, figos, damascos, pêssegos, uvas, castanhas, nozes, nêsperas, goiabas, bananas, maracujás, amoras, morangos, e frutos de horta como melão, melancia, pepino, abóbora, mogango, e tomates etc. Também é abundante em legumes como ervilha, fava, feijão e batata, inhame, tremoço, e muita quantidade de hortaliças. Além disto aqui se vendem ovos, manteiga, galinhas, perus, patos, codornizes, coelhos e pombas etc.

Há aqui uma barraca para assento da polícia municipal. Sendo a praça fechada, tem três entradas, uma pela rua do Rego, e duas pelas ruas de Jesus, e rua da Esperança com pórticos magníficos, que tem no cimo as armas da cidade, tendo esta última entrada, junto de si, um grande chafariz.

O seu regulamento é de 23 de dezembro de 1861.

Era aqui a cerca do extinto convento das religiosas da Esperança, a qual foi concedida à câmara de Angra pera este mercado pelo aviso do ministério do reino de 6 de dezembro de 1832, assinado pelo ministro Bernardo de Sá Nogueira.

Praça = S. Sebastião:

Este mercado começou a ser construído em dezembro de 1859, e serve exclusivamente para a venda do gado bovino, e suíno. Tem um belo pórtico de grades de ferro para o lado da rua da Guarita no centro de um gradeamento de ferro sobre um parapeito de cantaria, e na extensão de 16,5m. O seu regulamento é de 6 de agosto de 1862.

Casa do Peixe:

Este mercado é situado à beira-mar no cimo da rocha da Prainha. É um barracão telhado com mesas de pedra em todo o comprimento, e serve unicamente para a venda de toda a qualidade de peixe fresco e seco. O seu regulamento é de 10 de junho de 1857.

Monumento

O Monumento da Memória, que continua a dominar a cidade, deu lugar à construção da Passagem Silva Sarmento, em 1897, passeio que liga o jardim público ao alto da memória tornando mais fácil o acesso a S. João de Deus.

Foi no dia 20 de maio de 1844 que começaram as obras para o monumento do Duque de Bragança, na praça, que deste então ficou denominada de D. Pedro IV.

Esta praça eram antigamente o castelo de S. Luíz, construído em 1495, e foi o primeiro castelo da ilha Terceira, mandado fazer por Pedro Annes Rebello, provedor das fortificações, e que o habitou. Andava-se ainda na obra desta fortaleza no ano de 1460, e com o intuito de que serviria para livrar a ilha dos mouros de Argel, que então infestavam estes mares. El-Rei D. Manuel, que então, como duque de Viseu, exercia o grão-mestrado da Ordem de Cristo nomeou por uma carta de 19 de maio de 1495, Alcaide-mor deste castelo ao capitão donatário João Vaz Corte Real. O donatário prezou muito esta mercê, e deu o governo do castelo a pessoas de respeito com o posto de tenente, e quartel ali dentro. O último governador foi D. Fernando Laranjo, pai de Frei Fernando Laranjo, que ali nasceu, e foi o notável reedificador do convento de S. Francisco.

O tempo foi veloz passando sua mão destruidora sobre estas pedras históricas, e o castelo com vida de séculos decaiu da sua primeira construção, assim como a sua casa de abóbada, no cimo da qual estava uma pedra em forma de cilindro, de sessenta polegadas de altura, que continha uma inscrição. Ainda assim já pouco fortificado ele serviu na época da restauração de D. João IV. O cavalheiro Francisco de Carvalhal Borges aqui fez ponto de guarnição, e defesa contra os espanhóis.

Pelo terceiro quartel do século XVII chamava-se castelo de S. Cristóvão, segundo vi num testamento assinado pelo conselheiro governador desta época Francisco d'Ornelas. Talvez se derivasse este nome de D. Cristóvão de Moura, marquês de Castelo-Rodrigo, sucessor do 1.º donatário, e cujas armas foram esculpidas em uma coluna na mesma fortaleza, quando se ratificaram os seus muros. É certo porém que depois outros documentos, e entre estes a carta regia d'El-Rei D. João VI de 8

de janeiro de 1819 lhe chamou o forte de S. Luís, título com que este velho castelo cessou de existir, quando no dia 3 de março de 1845 o secretário da câmara de Angra disse em voz alta perante o inumerável concurso que ali se reuniu: "O sítio do antigo castelo de S. Luís será de ora em diante denominado – Praça de D. Pedro iv."

Tendo sido, pois, destinado este local para assento do monumento a Sua Majestade Imperial o sr. D. Pedro IV começaram as obras preparatórias no dia 19 de maio de 1844, tendo antes o conselheiro José Silvestre Ribeiro, governador civil do distrito, promovido para este fim avultadas subscrições, e nomeado uma comissão presidida pelo par do reino o 1.º visconde de Bruges. Preparados os alicerces foi no dia 3 de março de 1845, lançada a primeira pedra, que foi aquela em que Sua Majestade primeiro pôs os pés, quando desembarcou no cais desta cidade. Foi esta uma festa soleníssima celebrada com a maior pompa e brilhantismo, e com as demonstrações mais festivas. Depois de vários discursos análogos, colocou-se no fundo do alicerce um cofre de bronze feito das moedas fundidas e cunhadas nesta ilha, e postas em circulação no ano de 1829, e em cujo cofre se lançaram varias moedas na forma do estilo, e um pergaminho, contendo a seguinte inscrição:

A D. PEDRO O GRANDE
DUQUE DE BRAGANÇA
A CAMARA D'ANGRA DO HEROISMO
EM NOME DOS POVOS DO DISTRICTO,
EM TESTEMUNHO
DE GRATIDÃO E SAUDADE
– 3 DE MARÇO DE 1845 –

Depois foi depositado o auto de colocação da pedra, e o cofre encerrado dentro de outro de cedro, que foi fechado pelo

governador civil o conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt, que logo fez entrega da chave ao presidente da câmara da cidade, que a pôs ao pescoço pendente de uma fita bicolor com a legenda *3 de março de 1845*. Finalmente foi assentada a pedra fundamental, erguendo-se os vivas de saudação à Memória de D. Pedro, entre os hinos e as salvas do castelo, e descargas do regimento de Infantaria n.º 5, que acompanhou o grande e numerosos préstito, que para este fim saiu da casa do município, e subiu até à dita praça D. Pedro IV.

Está, pois, ali erguida uma coluna com datas alusivas à vida do Imperador e Rei. No dia 31 de outubro de 1858, o sr. D. Luíz I visitou este monumento, dando assim uma prova de quanto respeita a saudosa memoria do seu augusto Avô.

Palácio do Governo

Com o objetivo de concentrar as repartições administrativas e fiscais, desde 1840 o Palácio do Governo Civil albergou, entre outros serviços, a Caixa Económica. Hoje é a sede da Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores.

O palácio do governo é um dos primeiros edifícios públicos, que enobrecem a cidade de Angra.

Era aqui antigamente o convento dos Jesuítas, o qual depois da sua extinção em 1759, e de ter sido incorporado nos bens da nação, passou, por carta régia, de 26 de setembro de 1766, a servir de residência aos governadores e capitães-generais das ilhas dos Açores, que ficaram constituindo uma capitania-geral por El-Rei D. José I, e por carta régia de 2 de agosto do mesmo ano.

O primeiro capitão-general D. Antão de Almada veio residir neste convento, tornando sucessivamente os cubículos conventuais em quartos regulares, e estabelecendo algumas salas para a secretaria do governo geral e Junta da Real Fazenda da capitania instaurada em 24 de novembro de 1766.

O segundo general Dinis Gregório de Melo e Castro, julgou conveniente deixar este edifício, e passar a residir no palácio do castelo de S. João Baptista, onde havia morado El-Rei D. Afonso VI, porque não achou regulares as obras que se lhe haviam feito.

Quando o terceiro general conde de Almada, D. Lourenço, assumiu o governo, veio então residir para esta casa, em 30 de outubro de 1796, e foi desde aí que este edifício se converteu em excelente e mui decente palácio do governo, e assim vulgarmente chamado.

Foi, pois, aqui a efetiva residência dos capitães-generais, governadores de todas as ilhas dos Açores, até ao último, o marechal do exército duque da Terceira (então conde de Vila-Flor) que igualmente ali reuniu a sua secretaria, e as repartições de ajudante general, e quartel mestre general, quando exerceu nesta ilha o comando em chefe do exército.

Nos dias da emigração, foi neste palácio que teve assento de suas sessões a Regência do Reino de Portugal presidida pelo duque de Palmela.

Mais tarde tornou-se o primeiro paço real português, no reinado da senhora D. Maria II, porque nele veio habitar em 3 de março de 1832 El-Rei o sr. D. Pedro IV, dando-lhe as regalias de um paço real, criando por portaria de 9 de abril o seu respetivo almoxarifado, considerando-o como tal em todos os diplomas da sua Real assinatura, e constituindo em parte dele todas as secretarias de Estado e repartições do seu ministério.

Depois tem sucessivamente servido de residência aos chefes administrativos do distrito, a que especialmente está destinado.

Contém este palácio quatro grandes salas na mesma correnteza. O elegante e vasto salão do baile: nas suas paredes estão formosos quadros de molduras douradas, que contém pintados a óleo, em corpo inteiro, os retratos dos Reis de Portugal da Sereníssima casa de Bragança os senhores D. João IV – D. Afonso VI – D. Pedro II - D. João V – D. José I – D. Maria I e D. Pedro III – D. João VI, quando Príncipe Regente; – assim como o Príncipe D. Duarte – e os do Príncipe D. Theodósio (filho do Rei D. João IV) e Príncipe da Beira D. José (filho da Senhora D. Maria I). Foi aqui que El-Rei o sr. D. Pedro IV Deu um esplendido baile no dia 4 de abril de 1832 aniversário natalício da Rainha.

A sala do dossel é forrada de damasco carmesim, tendo outrora o trono com uma caldeira de espaldar, e em cima o retrato da Rainha a sra. D. Maria II, e no lado fronteiro o do Sr. D. Pedro IV.

Nesta sala Sua Majestade El-Rei o sr. D. Luíz I sendo ainda Infante, Recebeu o cortejo pela sua chegada a esta ilha e aniversário natalício em 31 de outubro de 1858.

A sala imediata, onde está o retrato do sr. D. João VI, quando Rei de Portugal.

A sala seguinte, e próxima da sala vaga tem os retratos do *fundador do convento*, El-Rei D. Sebastião, fronteiro ao do Rei

Reformador D. José I no outro lado o do seu ministro *marquês de Pombal*, e na frente deste o do 1.º general dos Açores *D. Antão de Almada*, significando assim naqueles quatro vultos o pensamento da *fundação* da casa convertida em palácio, o da *reforma* administrativa de 1766, e do seu primeiro ensaiador.

Além destas quatro salas tem outra também grande, usualmente denominada das *carrancas*, e que fica sobre a sacristia da igreja do colégio, que está contígua, e conservada desde a extinção dos jesuítas, como real capela deste palácio.

Entre os diferentes quartos que correm nas quatro galerias do palácio, se acha o que serviu de real câmara ao sr. D. Pedro IV, e aonde estava ainda o leito em que El-Rei dormia.

A sala sobre a antiga portaria do lado do colégio denominava-se *Régia sala d'El-Rei D. Sebastião*, pelo motivo de que este monarca, por carta datada de Almeirim de 20 de março de 1572 autorizou e dotou a fundação deste convento, e foi considerado o seu Fundador, sendo por essa circunstância que na sacristia existia o seu retrato, de que já falamos, e que o sábio visconde de Almeida Garrett no seu drama *frei Luiz de Souza*, tratou como o mais próprio e parecido de todos os que tinha visto.

A principal fachada deste palácio, e por onde é a sua entrada, tem 13 janelas, e em sua frente se estende um espaçoso plano, a que está dado o nome de Largo de 22 de junho.

Tem adjacente um belo jardim com largos passeios, com muita variedade de flores, viçoso arvoredo, incluindo algumas árvores frutíferas, com um chafariz, do qual corre abundante água sobre um espaçoso tanque.

No lugar que foi claustro do convento tem um outro jardim muito regular, com um elegante chafariz de repuxo no centro, bem como existe outro vistoso jardim no lugar outrora denominado *do picadeiro*.

Este palácio, na galeria do exterior da parte do sul,

acomoda as seguintes repartições do Estado para as quais se entra por uma larga escadaria do lado da igreja, e cujo pórtico tem em cima a data de 1848.

O governo civil com os gabinetes do governador e secretário geral; a secretaria-geral do governo civil e o seu arquivo; a junta geral e conselho de distrito; a repartição da fazenda, cofre central, e tesouraria; a sala e cofre da caixa económica, e nos baixos desta parte do edifício tem a direção das obras públicas, e mais repartições anexas.

No lado do oeste, ou da frente, fica a residência do general da divisão, tendo em baixo dois quartos, onde está a secretaria do comando da divisão militar.

Paço Municipal

A conveniência da construção de um novo edifício municipal, em 1847, correspondeu à afirmação simbólica da *sempre leal e constante* cidade de Angra do Heroísmo no roteiro da implantação do Liberalismo.

O novo paço municipal está edificado na frente da Praça da Restauração.

Desde que Angra foi vila, e depois de elevada a cidade, existiu sempre na praça da cidade a antiga casa do senado, e em cujos baixos estavam as velhas cadeias.

A câmara municipal de 1847, como muito convinha, votou em sessão de 20 de março que se tratasse da construção de uma nova casa municipal, mandando vir do reino uma planta que servisse de norma a um palácio elegante, que fosse correspondente a um município tão condecorado, e que estivesse em harmonia com o espírito melhorador por toda a parte observado.

A câmara, pois, mandou demolir a antiga casa, principiando a demolição no dia 13 de junho de 1848, passando a fazer as suas sessões na casa denominada *corpo da guarda* que existia na mesma praça, até que transferiu provisoriamente o assento de suas vereações para uma casa nobre que arrendou.

Preparados com a maior solidez os alicerces do novo edifício foi lançada a primeira pedra no dia 11 de agosto de 1849, vigésimo aniversário da batalha naval da vila da Praia da Vitória.

Compareceram a este ato o governador civil do distrito, o conselheiro António José Vieira Santa Rita, o barão de Bastos, comandante da divisão militar, o arcediago ouvidor eclesiástico, a câmara municipal, e mais autoridades públicas, grande concurso, e o regimento de Infantaria n.º 5, que foi a primeira vez, que usou do seu novo uniforme.

Dentro de um pequeno cofre de bronze que o governador civil colocou foram pelo arcediago da Sé lançadas várias moedas do reinado da senhora D. Maria II, e que eram uma meia coroa, e um quarto de coroa de ouro, uma coroa, meia coroa, e um cruzado novo de prata, um pataco, um vintém, e dez réis de cobre; e o presidente da câmara lançou no cofre um duplicado do auto da colocação, escrito em pergaminho.

O novo edifício tem 86 m de frente, e 21 metros de fundo, e apresenta na frente 11 janelas grandes. Este nobre e gigantesco edifício acha-se hoje quase concluído, e, daqui a pouco, pronto para servir às funções do município. No seu frontão tem as armas da cidade, que servem de pedestal à estátua representativa de Angra, tendo aos lados vários vasos e emblemas.

É um excelente palácio, cuja frontaria é vasta e a todos os respeitos oferece uma majestosa perspetiva.

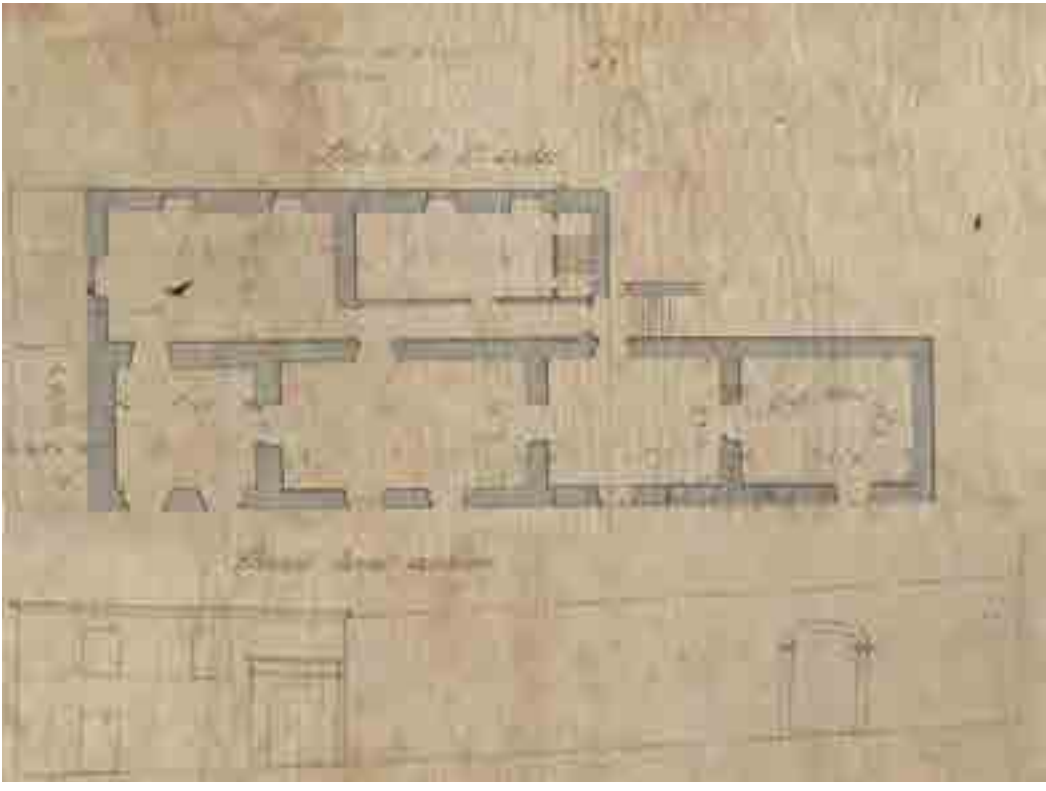
A câmara municipal, no entretanto, tem as suas sessões em uma casa sua, que fica na mesma praça, e próxima do novo edifício, tendo sobre a porta da entrada as suas armas, que também se acham ricamente bordadas na bandeira municipal, tendo pendente a insígnia da Grã-Cruz da antiga e muito nobre ordem de Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, como se observa na seguinte estampa:

Na sala das vereações tem o retrato de El-Rei o senhor D. Pedro V, e igualmente o de Sua Majestade a senhora D. Maria II, o primeiro que houve de tão virtuosa Soberana, e por Ela mandado de Londres para ser positivamente oferecido à municipalidade de Angra, cuja entrega solene teve lugar no dia 12 de outubro de 1829, aniversário natalício do sr. D. Pedro IV, sendo portador o general conde de Vila Flor, recitando um discurso análogo o presidente do senado, que era o juiz José Jacinto Valente Farinho, que em 1846 foi ministro e secretário de estado dos negócios eclesiásticos e da justiça.

Nesta mesma sala existe patente num quadro o exemplar da CARTA REGIA de 12 de janeiro de 1837, pela qual foi concedido a esta cidade o novo brasão de armas, e o título de = Muito Nobre, Leal e sempre Constante Cidade =.

Igualmente, e em frente daquele, existe um outro quadro, em que está metida a chave do cofre colocado em 3 de março de 1845, no fundo do monumento erguido na praça de D. Pedro IV, a qual foi pendente da fita azul e branca com a legenda 3 de março de 1832, tal qual serviu nessa cerimónia, tendo, no centro do quadro, primorosamente escrita, pelo secretário da câmara José Augusto Cabral de Melo, em diferentes caracteres, com delicados traços e relevos da mais bela caligrafia, a resposta que o presidente da câmara deu no ensejo em que o governador civil lhe fizera entrega daquela chave, que ele trouxe para a casa municipal.

Paço Episcopal



O antigo edifício do Palácio Episcopal é hoje a Secretaria Regional da Educação e Cultura. Muito degradado nas décadas de 1860/70 foi objeto de um ambicioso projeto de arquitetura de Germano César de Morais Pereira Sarmento que não chegou a ser concluído.

O palácio episcopal está situado mui próximo da Sé Catedral, e com entrada pela rua da Rosa, estendendo-se quase todo o edifício pela rua do Infante D. Luíz, para cujo lado deita no 1.º e 2.º andar 22 janelas envidraçadas.

El-Rei D. João III, o de *Boa Memória*, por carta régia datada de Évora de 3 de novembro de1544 fez mercê e doação à Sé desta cidade de Angra, para todo o sempre, para aposento e residência dos seus bispos, deste edifício, que continha casas, cozinha, quintal e pombal.

Com os tempos foi-se convertendo em melhor palácio, e tornando-se mais próprio e decente para a habitual residência dos prelados diocesanos, tendo ao lado a antiga casa do aljube, e à entrada os quartos indispensáveis para a câmara e secretaria eclesiástica.

Compreende várias salas no seu andar mais nobre. Uma delas denominada de visitas ainda conserva no teto as armas do bispo D. José Pegado d'Azevedo. Tem junto uma outra chamada do dossel, onde os prelados dão sua audiência particular, e se fazem os exames sinodais.

Tem o seu oratório, onde está um magnífico crucifixo de prata, e no fundo da capela um belo quadro alusivo a Cristo crucificado, rodeado de anjos com os instrumentos da paixão. A casa tem lindos quadros, que, apesar da sua antiguidade ainda deixam conhecer a sua finíssima qualidade, como os de S. Pedro, S. Paulo, da Assunção de Nossa Senhora, do Descendimento da Cruz, e o de vários Doutores da igreja. O bispo D. Frei José d'Avé Maria enriqueceu ainda este oratório com vários outros quadros muito primorosos, como os passos da paixão de Cristo, e os de S. João da Mata, S. Félix de Valois, e S. Raimundo de Penafort etc.

Nesta casa do Oratório há ao lado do Evangelho a cadeira episcopal, servindo o oratório não só para a missa, como para os bispos darem ordens sacras. Antecede a esta casa uma sala

destinada a usos do culto, como para os familiares ouvirem missa, e residência dos ordinandos.

Tem este palácio uma excelente casa de jantar, bela cerca com horta, e jardim, com um chafariz de repuxo no centro; muitas lojas, cocheiras, etc.

Praças

A então Praça da Restauração, que hoje retomou a antiga designação de Praça Velha, continua a ser o centro da urbe angrense.

No centro da cidade, e no lugar onde desembocam as largas e famosas ruas da *Sé*, *Direita*, do *Galo*, e de *S. Francisco* se acha a excelente praça da *Restauração*, assim denominada, porque foi aqui onde se ergueu em 1642 o brado da restauração da ilha Terceira a favor do trono do rei D. João IV, ainda quando o domínio dos espanhóis se achava forte e poderoso no castelo de S. Filipe desta cidade; e porque foi aqui onde, em 1828, se confirmou, pelo modo mais solene, o brado da restauração do trono da senhora D. Maria II, e da Causa-Constitucional, quando todo o reino e todos os seus domínios obedeciam ao governo intruso; parecendo pois que o título de *restauração* dado a esta praça, situada tanto no centro da cidade, e na sua parte mais nobre, está indicando sempre, e a todos os portugueses, que foi daqui, que partiu a restauração das liberdades pátrias!

Este grande largo tem no seu lado oriental o elegante Paço do Município, de que já falámos, e em roda belos edifícios que tornam uma praça agradável e regular.

Há igualmente uma outra praça no campo do relvão, junto das muralhas do castelo de S. João Baptista, e que hoje serve exclusivamente para os exercícios das tropas, e respetivas paradas em dias de revista ou de grande gala.

Foi aqui o lugar em que o sr. D. Pedro iv, *Duque de Bragança*, quando regente do Reino, desembainhou pela primeira vez a sua valerosa espada para se colocar à frente das tropas, que, no dia 4 de abril de 1832, aniversário natalício da Rainha, se reuniram em parada.

Era justo que este campo, onde o general conde de Vila-Flor, depois duque da Terceira, preparou com exercícios desde 1829 as tropas, que formaram depois o exercito libertador, fosse hoje ornado com algumas colunas de pedra com inscrições análogas, como a dos nomes de todos os corpos, que ali se exercitaram, e a dos nomes dos comandantes dos mesmos corpos.

Recolhimento Jesus Maria José

O edifício do Recolhimento de Jesus, Maria, José na década de 1940.

No cimo da rua da *Miragaia*, freguesia de Santa Luzia, está o recolhimento de *Jesus-Maria-José*, vulgarmente chamado das *Mónicas* pelo nome de sua fundadora.

Foi instituído por D. Mónica Maria de Andrade, 2.ª mulher do capitão João de Ávila, filha do capitão Simão de Andrade Machado, e de D. Paula Vieira Machado. Esta senhora tomou o título de *Prioresa*, denominando-se D. Mónica Maria da Apresentação. Foi celebrada a escritura de doação em 19 de outubro de 1747, e lavrada nas notas do tabelião de Angra, António Xavier Pamplona, com prévia licença do bispo de Angra D. Frei Valério do Sacramento.

Regula-se este estabelecimento pelos estatutos feitos pelo bispo D. José d'Ave Maria Leite da Costa e Silva em 2 de abril de 1791.

O seu fim exclusivo é o recolhimento de pessoas do sexo feminino, pobres, e viúvas desamparadas.

Tem de rendimento anual vinte moios de trigo, pouco mais ou menos, e algum dinheiro.

A sua interna direção é exercida por uma Regente, e a sua administração está entregue a um sindico nomeado pela autoridade eclesiástica, que é quem regula a admissão das recolhidas, a aplicação das suas rendas, e a fiscalização das suas despesas.

Tem junto a sua respetiva igreja, denominada de Jesus Maria José, que é o orago da casa.

Repartição da Justiça

O edifício descrito por Félix da Costa, o *Páteo dos Estudos* do período do colégio jesuíta, foi demolido na década de 1930 para dar lugar ao atual largo ajardinado do Prior do Crato.

O edifício contíguo ao palácio do governo civil no lado do colégio, é onde está colocado o tribunal da justiça da comarca de Angra do Heroísmo.

Este edifício na sua origem serviu de casa dos estudos dos jesuítas, começado no ano de 1688 sendo reitor o padre Amaro d'Almeida. Depois da sua extinção passou a ser a residência do capelão-mor da real igreja do colégio, tendo ultimamente servido à academia militar, e a aulas públicas. Foi no dia 13 de março de 1845 que o governador civil Nicolau Anastácio de Bettencourt mandou pôr à disposição do Juízo de direito este edifício, que logo se começou a preparar para servir, como hoje está, de tribunal de justiça desta comarca.

Começou, pois, a Repartição da Justiça a funcionar nesta casa no dia 23 de maio do mencionado ano de 1845. Esta mudança foi aprovada pela portaria do ministério da justiça de 30 de outubro de 1845.

Sobre a porta exterior do edifício estão esculpidas na cantaria, em ponto pequeno, as armas reais.

Seminário

O claustro do convento de S. Francisco, espaço então partilhado entre o Seminário e o Liceu, era frequentemente cenário de fotografias de grupos de estudantes. O Seminário abandonou o edifício de S. Francisco em 1911 e está hoje instalado em edifício próprio na rua da Miragaia.

O seminário do bispado de Angra está estabelecido em parte do edifício onde existe o Liceu-Nacional do distrito.

Tem as devidas acomodações para as diversas aulas, moradia dos alunos internos, e do vice-reitor e prefeitos.

Foi solenemente inaugurado no domingo 9 de novembro de 1862, pronunciando a competente oração o cónego da catedral de Angra, e lente do mesmo seminário, José Maria Pacheco de Aguiar.

Sociedades

Nesta cidade existem as seguintes sociedades:

Sociedade *Harmónica Terceirense*. É dedicada à musica instrumental, cuja banda se estreou no domingo de Páscoa (12 de abril de 1857) em uma missa na capela do Senhor Jesus Cristo dos Passos, que tomaram por protetor da sua sociedade, voto que todos os anos satisfazem.

Sociedade *Maria Pia*. É de igual fim. A sua estreia teve lugar na quinta-feira de Ascensão (25 de maio de 1865) com uma missa na capela da Senhora da Conceição, na respetiva paróquia, e que tomaram por sua padroeira.

Sociedade *Recreativa*, com o mesmo destino e aplicação. Apareceu pela 1.ª vez no 1.º de janeiro de 1865.

Sociedade *das Classes Laboriosas e Artísticas*. É uma associação de socorros mútuos, sancionada pelo decreto de 14 de maio de 1862, expedido pelo ministério das obras públicas. Esta sociedade já produz ótimos resultados entre as classes artísticas, e as famílias dos sócios.

Sociedade *Promotora das Letras e das Artes*. Aprovado pelo decreto de 2 de março de 1862, expedido pelo ministério do reino, e de que foi fundador e principal promotor o 2.º visconde de Bruges.

Inaugurou-se em 21 de janeiro de 1865 em um ato solene, a que concorreu o exmo. bispo da diocese, muitas autoridades, havendo então discursos proferidos pelo conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt, Dr. Fernando Maria de Sousa e Rocha, e cónego-vigário Francisco Rogério da Costa. Esta associação, mantém uma escola noturna para as classes pobres.

Teatro

THEATRO ANGRENSE

Inicialmente pequeno e exíguo, o Teatro Angrense foi remodelado e ampliado em 1926. O edifício, com projeto de Eduardo Gomes da Silva, é o que ainda hoje apreciamos.

Há nesta cidade um teatro denominado Angrense fundado por uma sociedade de acionistas, que se acha aprovado pelo alvará régio expedido pelo ministério do reino com data de 4 de junho de 1862.

Este teatro foi construído à semelhança do Ginásio de Lisboa, e na sua construção só se empregaram moldes e artistas da ilha. A primeira pedra foi com todas as cerimónias lançada nos seus alicerces no dia 2 de outubro de 1855, um dos que, nesta cidade, foram dedicados aos festejos da aclamação de El-Rei o sr. D. Pedro V.

A sua abertura solene foi no dia 22 de novembro de 1860.

O teatro tem 50 camarotes em três ordens e 176 lugares de plateia. Tem um coreto de música e um belo salão por cima da entrada.

Tipografias

Existem na cidade de Angra as seguintes tipografias:

A do Governo Civil – É a primeira que apareceu nas ilhas dos Açores. Veio de Inglaterra em 1829 para a ilha Terceira, e foi a primeira e única que serviu ao governo da Rainha a Sr.ª D. Maria II até entrar na cidade do Porto.

A Junta Provisória da ilha Terceira a fez estabelecer nesta cidade, e no dia 6 de maio de 1829 começou a publicação das = Resoluções e Despachos da Junta = duas vezes por semana; e depois o governador, e capitão-general dos Açores, conde de Vila Flor publicou as ordens do dia do seu governo. Em 17 de abril de 1830 saiu à luz pública o primeiro número da *Crónica da Terceira*, que se elevou de formato em 3 de abril de 1831, e continuou até à saída do exército libertador, de Ponta Delgada, para onde a mesma imprensa foi transferida em 25 de abril de 1832. Esta imprensa foi onde se imprimiram todas as proclamações e toda a legislação oficial da Regência e do governo do sr. D. Pedro, *Duque de Bragança*.

Depois da saída do exército voltou esta tipografia a Angra, onde tem servido ao governo administrativo do distrito. Existe nuns quartos que ficam debaixo da casa da Repartição da Justiça.

A d'*O Angrense*, (rua de Santa Luzia n.º 4). Chegou a esta cidade no dia 4 de setembro de 1836, vinda de Lisboa no patacho português *Restauração* e saiu dali o primeiro jornal intitulado *O Angrense*, em 23 de setembro do mesmo ano, que ainda hoje continua.

A *imprensa de M. J. P. Leal* (rua de D. Afonso VI, n.º 5). Estabeleceu-se nesta cidade no ano de 1856. Foram as suas primeiras publicações o jornal *O Católico*, que apareceu em 12

de janeiro de 1857, e em 1860 o jornal *O Insulano* que durou até janeiro de 1861. Depois publicaram-se os jornais *O Lidador*, começado a 15 de fevereiro de 1862, *O Liberal* em 8 de outubro de 1863, e ultimamente o *Heroísmo* no 1.º de dezembro de 1863, única publicação que ainda continua.

A d*'A Terceira* (rua de S. João n.º 27). Estabeleceu-se nesta cidade no ano de 1862. Dali saiu o 1.º jornal intitulado *A Terceira*, no dia 26 de abril do dito ano, que ainda continua.

Havia a tipografia de Joaquim José Soares (rua da Rosa n.º 25) mas com a morte do seu último administrador António José Gonçalves Costa, sucedida em 3 de abril de 1865 deixou de servir.

Titulares

Os titulares nascido na cidade de Angra do Heroísmo são os seguintes:

1.º – *conde da Praia da Vitória*, = Conselheiro Teotónio de Ornelas Bruges e Ávila Paim da Câmara Noronha Ponce de Leão, 1.º visconde de Bruges, Par do reino, comendador da Ordem de Cristo, condecorado com a medalha da Campanha da Liberdade = D. Pedro e D. Maria = n.º 9, Coronel Honorário das extintas milícias, e do Batalhão de Voluntários de Angra. Presidente da deputação que em Paris em 1831 apresentou a Sua Majestade o Sr. D. Pedro, duque de Bragança o voto de todos os liberais para que se colocasse à testa da causa portuguesa. Secretário de Estado dos Negócios da Guerra com voto na Junta Provisória encarregada de manter a autoridade da Rainha desde 1828 a 1829. Nasceu em Angra a 25 de Abril de 1807.

2.º – visconde de Bruges, Jácome de Bruges Ornelas Bruges Ávila Paim da Câmara Ponce de Leão. Fidalgo cavaleiro da casa real. Nasceu em Angra a 14 de dezembro de 1833.

3.º – barão de Noronha, Conselheiro Pedro Homem da Costa Noronha Ponce de Leão, Comendador da Ordem de Cristo, condecorado com a medalha da Campanha da Liberdade = D. Pedro e D. Maria = n.º 9, Coronel Honorário das extintas milícias. Foi Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, com voto junto da Junta Provisória da Ilha Terceira. Nasceu em Angra a 13 de março de 1806.

4.º – barão do Ramalho, António da Fonseca Paim da Câmara. Nasceu em Angra a 18 de setembro de 1836.

Também já houve os seguintes titulares que eram naturais desta cidade:

1.º – conde da Póvoa, Henrique Teixeira Sampaio, 1.º barão de Teixeira, 1.º senhor de Sampaio, Par do Reino, Grã-Cruz da Ordem da Conceição, comendador das de Cristo, e Torre e Espada, conselheiro de Estado. Foi ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do real erário por várias épocas no reinado d'El-Rei D. João VI; nasceu em Angra a 3 de outubro de 1774; morreu a 27 de março de 1833. (Está este título reunido à casa e ducado de Palmela na pessoa da neta do conde, que também é neta do falecido duque de Palmela, D. Pedro).

2.º – conde de Subserra, Manuel Inácio Martins Pamplona Corte-Real, Gentil Homem da Câmara de El-Rei D. João VI, conselheiro de Estado, Grã-Cruz da ordem de Torre e Espada, comendador da de Cristo, condecorado com a granada de ouro pelas campanhas da Catalunha, e Rossilhon, Grã Cruz da ordem de S. Alexandre Newsky e cavaleiro de S. Waldimir na Rússia, Grã Cruz da de Carlos III em Espanha, Grã Cruz da Ordem da Legião de Honra, Cavaleiro da de S. Luís, e barão de Pamplona, em França; Tenente General, ministro e secretario de Estado dos Negócios da Guerra em 1821, e outra vez ministro da mesma pasta, e presidente do conselho, e assistente ao despacho em 1823. Embaixador em Espanha em 1825. Nasceu em Angra a 3 de junho de 1760. Morreu na casamata do forte da Graça em Elvas a 16 de outubro de 1832. (Representa este título a marquesa de Subserra da Bemposta, sua filha adotiva, e esposa do atual marquês da Bemposta, conde de Saint-Leger, em cuja pessoa ficaram considerados, e galardoados os serviços do conde).

3.º – visconde do Cartaxo, Luís Teixeira de Sampaio, capitalista e proprietário. Nasceu em Angra a 10 de janeiro de 1789, e morreu em 1864. (Representa este título sua neta D. Cristina Sampaio Pitta, por decreto de 2 de maio de 1865).

4.º – barão do Ramalho, Conselheiro António da Fonseca Carvão Paim da Câmara, capitão-mor reformado. Nasceu em

Angra a 11 de dezembro de 1765; morreu a 22 de fevereiro de 1838. (Representa este título seu neto António da Fonseca por decreto de 10 de outubro de 1865).

Também da Ilha Terceira têm saído vários nomes para os seguintes titulares:

1.º – duque da Terceira, o 7.º conde de Vila Flor; com as honras de Sobrinho do Reinante, 1.º marechal do exército. Foi comandante em chefe das tropas estacionadas nos Açores, e depois comandante em chefe do exército libertador, condecorado com as mais distintas Grã Cruzes e ordens de Portugal, Espanha, Saxónia, Bélgica, França, Prússia, Países Baixos, Áustria, Sardenha, duas Sicílias, Coburgo-Gota. Era o português mais eminente que havia servido na ilha Terceira, e que comandara as ações da Praia, S. Jorge, e Ladeira da Velha, nos Açores. O ilustrado escritor Mendes Leal bem escreveu – "O duque da Terceira tinha no seu título simbolizado o seu laurel."

2.º – marquês de Angra, Carlos Stuart, 10.º conde de Machico; Enviado Extraordinário de Sua Majestade Britânica em Lisboa. Ministro Plenipotenciário d'El-Rei D. João VI para o reconhecimento do Império do Brasil, e portador da Carta Constitucional outorgada em 1826.

3.º – barão da Vila da Praia, Conselheiro Francisco de Borja Garção Stokler, Lente de Matemática, tenente-general, secretário da Academia Real das Ciências, comendador da Ordem de Cristo. Tinha sido governador e capitão-general dos Açores. Membro da Junta encarregada do projeto da carta constitucional em 1823.

4.º – barão do Pico do Celeiro, conselheiro José António da Silva Torres, (depois Visconde da Serra do Pilar). Par do Reino, brigadeiro e oficial da ordem de Torre e Espada, com cruz de ouro da guerra peninsular, e medalhas de Albuera e Vitória. Foi o comandante das tropas liberais da ação do Pico do Celeiro em 1828.

5.º – barão do Cabo da Praia, Manoel Joaquim de Menezes, comendador da Ordem de Avis, Brigadeiro. Foi o comandante do batalhão de Voluntários da Rainha que teve principal parte na batalha de 11 de agosto de 1829, pelejada nos areais da vila da Praia. Tendo sido em o 1.º de julho de 1829 nomeado igualmente comandante do 4.º distrito militar da ilha Terceira (que se estendia desde o forte de Santa Catarina do Cabo da Praia, até ao forte de Santo Espírito, foi de todas estas considerações que lhe adveio o título.

6.º – barão de Santa Bárbara, Bernardo Baptista da Fonseca e Souza, comendador da Ordem de Avis, brigadeiro. Foi nesta ilha comandante do 7.º distrito militar, denominado de Santa Bárbara, e que se estendia desde o Pico de Martim Simão até às Cinco Ribeiras.

7.º – barão do Monte Brasil, José Quintino Dias, comendador da Ordem de Avis, condecorado com as medalhas da guerra peninsular e de Albuera e Vitória, e general de divisão. Era o comandante do batalhão de Caçadores n.º 5, no dia 22 de junho de 1828, então estacionado no castelo de S. João Baptista, junto do Monte Brasil.

Títulos e Recordações

Angra do Heroísmo tem sido enobrecida com honras singulares e a poucas terras de Portugal se tem concedido, ou pela coroa, ou pelo resultado de circunstâncias políticas e históricas.

Parece que depois da sua descoberta foi logo considerada como vila, e assim reconhecida em 1534.

Da ilha Terceira veio às outras ilhas, por algum tempo, o tratamento e título de *Ilhas Terceiras*, e assim se tratavam em documentos oficiais e políticos. A este respeito diz o padre Cordeiro em 1717 na *História Insulana*: "a verdade pois he que desta Terceira he que de Terceiras tomaram as demais o nome; e com razão por ser, como vemos, a cabeça de todas, a mais frequentada, a que mais acodem todas as nações, e a que mais recorrem as outras todas."

Angra, em julho de 1499, recebeu o grande e imortal capitão Vasco da Gama, na sua volta depois da descoberta das Índias, quando acompanhava seu irmão Paulo da Gama, que veio aqui acabar seus dias depois de uma penosa enfermidade cabendo por isso a Angra a honra de dar jazigo aos seus restos mortais. E não é esta (como escreveu em 1844 o ilustrado conselheiro José Silvestre Ribeiro) a menor das muitas coroas de glória desta mimosa filha dos mares.

El-Rei D. João III concedeu a Angra em 1534 o título de cidade, como se vê da seguinte carta de mercê:

"D. João, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que vendo Eu como na ilha Terceira de nosso Senhor Jesus Cristo a vila de Angra é agora tão acrescentada em povoação e nobreza,

por onde bem merece ser cidade. Havendo a isso respeito, e assim aos muitos serviços que dos moradores da dita vila, Tenho recebido assim nos socorros, provimentos, que dam a Minhas armadas e naus da India quando ao porto da dita vila vem ter, como em outras muitas, em que Me sempre servem, quando deles é necessário, como bons e leais vassalos que são. E tendo por muito certo que sendo feita cidade, e tendo os privilégios e liberdades, que tem as outras cidades dos meus Reinos, ainda muito mais nobre será por onde eu receberei dos moradores dela muito mais. E querendo-a acrescentar Hei por os ditos serviços que deles tenho recebido, como pelos que adiante Espero receber, e per lhes fazer Graça e Mercê, Eu de meu próprio moto, certa ciência, poder Real e absoluto, sem eles M'o Rogarem nem outrem por eles, - hei por bem de a fazer cidade. E quero e me apraz que daqui em diante seja Cidade, e se chame a Cidade d'Angra, e lhe dou e concedo todos os privilégios, liberdades, preeminências que tem e são dadas e outorgadas às outras semelhantes cidades dos meus Reinos etc. Em 21 de agosto de 1534."

Foi este o único território português, que mais tempo sustentou, e à custa de sacrifícios a causa do príncipe português D. António, Prior do Crato, que aqui exerceu todas as prerrogativas de majestade e soberania de Rei, quando se debatia com o poderio de Filipe II apelidado *o famoso demónio do meio-dia.*

O ilustrado Dr. Tomaz Ribeiro no seu poema *D. Jaime ou Denominação de Castela* comemora este facto heróico do seguinte modo:

"Somente nos algares, na braveza
da heroica ilha Terceira
se desfralda a bandeira
do D. Prior do Crato!
Que valor! que firmeza!"

Teve, neste tempo, a cidade de Angra, a consideração de uma corte, pois que nela se estabeleceu Casa de Suplicação do civil e crime, Mesa do Desembargo do Paço com chanceler-mor; e se instituiu Real casa da moeda, onde se cunharam moedas de prata, ouro, e cobre que tinham, de um lado, as armas reais portuguesas, e a legenda *Antonius I Dei gratia Portugaliae Algarbiorum rex*, e do outro a cruz e a legenda *In hoc signo vinces*, notando-se junto das armas reais, a divisa do açor, de uma parte, e a inicial *A* da outra, (Filipe II pela sua provisão de 4 de fevereiro de 1581 proibiu estas moedas).

Nestas circunstâncias coube à cidade de Angra a glória de receber dentro em seus limites ao príncipe D. António, Rei de Portugal, cujo recebimento foi régio, como se expressa o padre Cordeiro na sua *História Insulana*.

Na sustentação do domínio do Prior do Crato a cidade de Angra e ilha Terceira desenvolveu acrisolado patriotismo resistindo ao ataque de poderosas armadas, que Filipe II enviou para a conquistar, e só depondo a sua obediência ao príncipe português, quando a mais invencível esquadra a veio acometer de novo.

Na restauração do trono português e elevação do Rei D. João IV, tornou-se notável esta cidade pelos muitos e repetidos sacrifícios, que prestou para debelar o domínio dos espanhóis, que se fizeram fortes no castelo de S. João Baptista, e foram quatro vezes socorridos pelo governo de Madrid. São sobre modo lisonjeiras e honrosas as cartas régias que, nesta época, o monarca restaurador dirigiu à câmara de Angra agradecendo os seus serviços, importantes e gloriosos.

Por carta de mercê de 2 de abril de 1643 lhe concedeu o título de *muito nobre e sempre leal cidade pelo modo* seguinte:

"Eu El-Rei: Faço saber aos que este alvará virem, que entre os capítulos particulares, que o procurador da cidade de Angra, ilha Terceira, me ofereceu nas cortes que celebrei nesta

cidade, no ano de 1642, foi um em que me pedia em nome dos juízes, vereadores, e procurador do concelho, juiz do povo, e procurador dos misteres da dita cidade, que lhe desse o nome de sempre leal cidade, e que tenha lugar em cortes, e seja do primeiro banco , e visto o que me representaram pelo dito procurador; Hei por bem de conceder à dita cidade de Angra que se possa nomear, e tenha o título de sempre leal cidade, pelo haver assim merecer, por sua muita lealdade, com seus príncipes naturais, e quanto ao assento de cortes, já nelas foi assinado. E este alvará se cumprirá etc. Manoel do Coito o fez em Lisboa aos 2 de abril de 1643 = REI."

A fama dos atos gloriosos que os terceirenses praticaram estendeu-se por toda a parte, tanto que os embaixadores de Portugal na corte de Londres se dirigiram à câmara de Angra na seguinte carta:

"Não podemos deixar de dar a esta ilha, e a Vossas Mercês em seu nome os parabéns do modo com que se tem procedido contra os castelhanos, que ocupam a fortaleza de São Filipe, porque as novas que chegaram a este reino de Inglaterra, onde ficamos por Embaixadores d'El-Rei nosso senhor, do "valor, e fidelidade dos moradores dessa ilha" na ocasião presente, posto que bem conhecida em outras passadas, acreditaram não só a eles, mas aos portugueses em geral, que devemos todos dar-lhes as graças particulares por esta ação, de que sabemos primeiro pelo padre Francisco de Jesus, natural dessas ilhas, que aqui veio ter com seu Custódio e fica em nossa companhia fazendo alguns serviços a Deus, Vossas Mercês terão já notícia das mercês com que Deus em Portugal vai continuando esta obra sua; destas partes do Norte fazemos saber a Vossas Mercês que temos assentadas pazes com este reino de Inglaterra, e com França e Holanda e são já capituladas, e assim para lograrmos perfeita liberdade, esperamos brevemente aviso de estar ganhada essa fortaleza, no que ainda que haja dificuldade que é notória, não pode faltar

fim venturoso, do que teve principio tão feliz, e mais quando o sucesso está librado nos braços de tais portugueses, que Deus guarde. Londres, 4 de julho de 1641. – D. Antão d'Almada. = Francisco d'Andrade Leitão. = Aos Juízes, e Vereadores da cidade d'Angra, Ilha Terceira".

A cidade de Angra também teve a honra de receber a El-Rei D. Afonso VI em 21 de Junho de 1669, quando aqui veio residir por ordem de seu irmão, o Rei D. Pedro II, então Príncipe-regente, o qual em sua carta régia dirigida ao senado de Angra em 25 de maio daquele ano declarava, que por virtude da deliberação dos Três Estados do Reino, confiava aos angrenses a pessoa de seu irmão e Rei, *por ter larga prova do seu zelo e grande fidelidade* – palavras estas que muito duplicam de valor porque se tratava de pôr a guarda do Rei de Portugal no zelo e fidelidade dos habitantes desta cidade, sem expor a risco a sua pessoa e a sua dignidade, como o príncipe significou na nota diplomática que mandou expedir a todos os embaixadores e ministros residentes nas cortes estrangeiras para noticiar o destino de El-Rei, que aqui residiu até 26 de agosto de 1674.

Foi esta cidade onde se levantou, em 22 de junho de 1828, o glorioso brado da restauração da causa da legitimidade e da liberdade, assegurando assim o trono da rainha e senhora D. Maria II, e aos portugueses a pátria e a carta constitucional. Se não fosse este brado que a ilha Terceira manteve à custa de penosos sacrifícios, talvez a Rainha não tivesse o trono, nem a causa liberal tivesse triunfado.

Coube, pois, a esta cidade a extraordinária e pasmosa sustentação dos princípios outorgados pelo Rei o senhor D. Pedro IV, quando toda a nação tinha mudado de governo e de sistema.

Quando Sua Majestade a Rainha esteve na Inglaterra e residia no palácio de Laeham, foi de certo com a cidade de Angra no pensamento que ali nos penosos dias de sua emigração,

se entreteve em bordar uma bandeira que era para o batalhão de Caçadores n.º 5, explicando o marquês de Palmela em seu ofício datado de 18 de fevereiro daquele ano, que Sua Majestade transmitia a este leal corpo um testemunho, das suas próprias Mãos, que provava ao mundo inteiro o apreço que fazia da sua bravura e inabalável fidelidade. Fora este um peditório da Junta Provisória da ilha Terceira, como se vê da ordem do dia n.º 52 de 11 de abril de 1829, assinada pelo secretário dos negócios da guerra Theotonio d'Ornellas Bruges e Avila, atual conde da Praia da Vitória.

Efetivamente, a câmara de Angra também foi contemplada com uma régia demonstração do Reconhecimento da Rainha.

Foi esta cidade, o seu governo, e os seus defensores, que mereceram à Rainha Sra. D. Maria, na ocasião em que se achava em Londres, a expressão de sua Real contemplação, dirigindo-lhe em 5 de abril de 1829 a seguinte Carta Regia, que o nobre marquês de Palmela referendou:

"Presidente, e mais membros da Junta Provisória do Governo da Ilha Terceira: Eu a Rainha vos Envio muito saudar, como aqueles que Preso. Sendo conveniente reunir em uma só pessoa o governo e administração dessa Ilha e das mais dos Açores, cujos habitantes forem reconhecendo a Minha legitima Autoridade para assim dar todas as providencias, que as atuais, extraordinárias circunstancias exigirem para bem do Meu real serviço, com aquela energia, e rapidez sem a qual as mais acertadas se malogram: Hei por bem dar por acabadas as funções dessa benemérita Junta nomeando como Tenho nomeado ao conde de Vila Flor, Par do reino, marechal de campo dos Meus Reais exércitos para Governador e capitão-general das mesmas ilhas. E por esta ocasião sou servida declarar-vos que Terei sempre muito presente em Minha Real consideração os relevantes serviços, acrisolada lealdade, e constância admirável com que os distintos membros dessa Junta se houveram em

tão criticas, e singulares circunstancias, para os remunerar, distinguir, e honrar como merecem. Aos públicos empregados que tem servido sob as vossas ordens contemplarei também segundo o seu zelo e merecimento; e ao governador e capitão-general Ordeno que faça subir à Minha Real Presença a relação de seus nomes, empregos, e serviços para os remunerar. O que Me pareceu participar-vos para vossa inteligência e devida execução. – Escrita no Palácio de Laeham aos 5 de abril de 1829. = Rainha com Rubrica e guarda. = marquês de Palmela = Para a Junta provisória do Governo da ilha Terceira."

Depois da batalha de 11 de agosto de 1829 na vila da Praia da Vitoria, o nome desta cidade de Angra e ilha Terceira foi vitoriado em toda a Europa com vivo entusiasmo, e aplauso de todos os amigos da liberdade; e a Rainha a Senhora D. Maria II no momento da sua partida de Inglaterra para o Rio de Janeiro Mandou em seu Real Nome louvar os memoráveis sucessos daquele dia, tanto que o general conde de Vila Flor assim se expressa na ordem do dia n.º 46 de 16 de novembro de 1829:

"Sua Majestade leva impressos em sua alma os relevantes serviços desta guarnição, e lhe manda assegurar que o objeto da sua continua solicitude será o pôr seu valor e fidelidade em circunstancias de acabar a empresa tão nobremente começada de libertar a pátria da opressão, e de restituir a Portugal com a sua legitima Rainha, com o reinado da carta, e das leis, essa nobre parte da gente portuguesa que tão digna se há tornado do amor dos seus concidadãos, e da admiração e estima dos estranhos = (assinado) conde de Vila Flor"

Foi esta cidade a primeira povoação dos domínios portugueses, que recebeu a dádiva real da Rainha no seu primeiro retrato, expressamente enviado de Londres, e de que foi portador o general conde de Vila Flor, sendo inaugurado na sala das vereações no dia 12 de outubro de 1829, aniversário d'El-Rei o sr. D. Pedro IV, para esse fim escolhido, e recitando por

essa ocasião, o presidente da câmara, o dr. José Jacinto Valente Farinho, um eloquente discurso, cuja epigrafe é a seguinte:

> "Vir a lograr o premio que ganhara
> Por tão longos trabalhos e acidentes
> Cada um tem por gosto tão perfeito
> Que o coração para ele é vaso estreito"
> (Camões, canto 9, estrófe 17)

Eis aqui a ata da inauguração do mencionado retrato:

"Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil oitocentos vinte e nove, aos doze dias do mez de outubro do dito ano, nesta mui nobre, e sempre leal cidade de Angra da ilha Terceira, e sala das vereações do senado da câmara desta mesma cidade, aonde se achavam presentes O Exmo. conde de Vila Flor, Governador e Capitão-general desta província dos Açores, o presidente e mais oficiais da mesma Câmara, autoridades Civis e militares, e pessoas do clero, nobreza e povo; aí pelo dito Exmo. Governador e capitão-general foi entregue à mesma câmara o retrato de Sua Majestade Fidelíssima a Senhora Dona Maria segunda, enviado em seu Real Nome, para ser colocado na presente sala em memória da Constante lealdade com que este senado e o fiel povo que representa, tem sabido manter esta ilha na sua legitima obediência. E sendo pela Câmara aceita a Regia Efigie com todas as demonstrações de regozijo pela excelência do donativo com que Sua Majestade se dignou honrar este senado, e os povos desta ilha, foi o mesmo retrato colocado no lugar respetivo da mesma sala, com toda a solenidade e aparato digno de tão alto objeto.

E para o referido constar se lavrou o presente auto que assinaram o Exmo. Governador e Capitão-general, presidente da Câmara e mais oficiais da mesma perante mim Manoel José Borges da Costa, escrivão proprietário da Câmara, que o escrevi

= conde de Vila Flor = Manoel José de Meirelles Guerra = O presidente José Jacinto Valente Farinho = Francisco de Menezes Lemos e Carvalho = José Maria do Carvalhal = Raimundo do Canto = José Maria da Silva e Carvalho"

Foi pela mais elevada consideração que esta Cidade serviu de sede e assento ao governo da Regência, criada pelo sr. D. Pedro IV para reger os reinos de Portugal e os domínios portugueses, a qual desembarcou no dia 15 de março de 1830 vindo de Londres na escuna inglesa *Jakalentern*.

Teve, pois, esta cidade a honra e distinção de ser considerada por muitas cortes Estrangeiras, como a Corte e capital do governo da monarquia constitucional da sra. D. Maria II, e nesta consideração a câmara de Angra recebeu da Regência, entre outras, a seguinte carta regia:

"Presidente, Vereadores e mais Oficiais da câmara da muito Nobre e sempre Leal Cidade de Angra. A Regência em Nome da Rainha vos envia muito saudar. Achando-se reconhecida a Regência em Nome da Rainha por Sua Majestade o Imperador do Brasil, e tendo o Governo de Sua Majestade Imperial, recebido o Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Sua Majestade Fidelíssima, no seu caracter diplomático, e nomeado em retribuição, como seu Plenipotenciário junto à mesma Regência, o marquês de Santo Amaro, do Seu Conselho de Estado, Gentil Homem de Sua Imperial Câmara, Senador do Imperio, e seu Embaixador junto a Sua Majestade Britânica; Pareceu comunicar-vos esta agradável noticia para vossa satisfação e de todos os moradores desse Concelho.

O reconhecimento de Sua Majestade o Imperador do Brasil, é o primeiro passo que necessariamente havia de proceder ao reconhecimento de todas as Potencias Europeias; e Sua Majestade Imperial reconhecendo como Imperador do Brasil A Regência que nomeou como Pai e Tutor da Senhora Dona Maria Segunda comprometeu-se debaixo de ambos os títulos a manter

a sua obra, e não pode em consequência deixar de prestar todos os meios necessários para o triunfo da nossa justa causa.

E para que possais conhecer em toda a extensão os paternais afetos de amor e consideração que animam o Imperial Coração do Augusto Pai de Senhora Dona Maria Segunda, com esta recebereis, assinada pelo Ministro e Secretário de Estado, uma cópia da carta credencial que o marquês de Santo Amaro enviou de Londres, para ser desde já reconhecido como plenipotenciário acreditado junto à Regência.

Parece, pois, que se aproxima o tempo marcado pela Divina Providência, para serem coroados de completo sucesso os heroicos esforços dos Leais Súbditos da Senhora Dona Maria Segunda, nesta importante conjuntura, a Regência conta com a enérgica cooperação de todos, na firme resolução de pela sua parte desempenhar os deveres que lhe impõem o seu juramento, de manter ilesos os direitos da Rainha, e a Carta Constitucional da Monarquia. Dada no Palácio do Governo em Angra 13 de setembro de 1830.

A Regência em nome da Rainha = marquês de Palmela = conde de Vila Flor = José António Guerreiro = (referendado) Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque."

Tem esta cidade a glória de ser a primeira terra portuguesa onde se hasteou a atual Bandeira da Nação no dia 19 de outubro de 1830 (dia do nome do sr. D. Pedro IV) e nos termos do decreto de 17 do mesmo mês e ano.

Foi desta cidade que em 17 de abril e 30 de junho de 1831 partiram as forças expedicionárias que restauraram ao domínio da Rainha as outras ilhas dos Açores, que então, pela força militar, que as guarnecia estavam na obediência ao governo de Lisboa, servindo de navio comandante de flotilha o brigue *Liberal*, comprado à custa de um dia de vencimento de todas as classes de oficiais, e empregados públicos da ilha Terceira, sendo assim o segundo navio da armada nacional. Era este

navio o brigue brasileiro *Mercantil*, que tinha chegado a Angra a 21 de novembro de 1830. Já em 19 de outubro do mesmo ano tinha pela primeira vez hasteado o novo pavilhão nacional o lugre *Boa Esperança*, que em nome de *Santo António do Rio*, e bandeira brasileira, tinha vindo oferecido do Rio de Janeiro pelos cidadãos António José Pedroso, João Bonifácio Alves da Silva, e João Maria da Silva Campeão.

Tem esta cidade a singular consideração de ser, nos tempos da nova organização política da monarquia, onde primeiro esteve a corte e a capital do governo legítimo, os respetivos ministérios e vários tribunais como a Junta de Justiça, supremo conselho de justiça militar, e a Junta Consultiva, que exerceu as funções do Conselho de Estado, e bem assim foi onde primeiro se cunhou moeda da rainha, instituindo-se uma casa da moeda no castelo de S. João Baptista.

A regência do reino nomeou em 1831 em nome dos povos dos Açores uma deputação que fosse a Paris cumprimentar a Sua Majestade Fidelíssima a Rainha, e ao Senhor D. Pedro IV, Duque de Bragança, pela sua chegada à Europa. Esta deputação presidida pelo conselheiro Theotónio d'Ornellas Bruges Avila, (hoje conde da Praia da Vitória), depois de ter apresentado, no dia 10 de outubro daquele ano, no real palácio de Meudon, a sua alocução, obteve a seguinte resposta:

"Em Nome da Minha Augusta Filha a Rainha de Portugal, e em Meu Nome Agradeço à Regência, os sentimentos de respeito, e de amor, que a animam, e às valerosas tropas e leais povos dos Açores, os sacrifícios, que tem feito, e a lealdade, que em tão difíceis circunstancias tem tão exemplarmente provado, e Tomando na devida consideração, quanto a deputação expõem, Farei tudo o que houver por mais conveniente aos interesses da causa de Minha Augusta Filha, e da Carta Constitucional."

Esta terra mereceu a Sua Majestade Imperial o sr. D. Pedro IV o distinto, o nome de *Asilo, e baluarte da Liberdade*

portuguesa, já ilustrado em outras épocas da nossa história – quando no seu manifesto expedido de Belle-Isle, e datado de 2 de fevereiro de 1832 tratou de mostrar que a Lealdade só pôde salvar na ilha Terceira as relíquias dos defensores do trono da Rainha Fidelíssima.

Teve esta terra a distinção de ser tratada como *Egrejo baluarte da Fidelidade e Liberdade portuguesa*, pelo mesmo Senhor na sua proclamação da chegada aos Açores, e no momento do seu desembarque, expressando-se assim:

"Decidi-me a embarcar em Belle-Isle, e a fazer-Me à vela, logo que pude para esta ilha, "Egregio baluarte da Fidelidade e da Liberdade portuguesa". Acudindo deste modo ao chamamento dos seus Povos, venho, em Nome da vossa Rainha, e Pessoalmente agradecer à Regência, e a todos os habitantes das ilhas dos Açores, e às valerosas tropas, que os guarnecem, "Tantos sacrifícios feitos, tanta fidelidade provada, tanta constância desenvolvida", que seguramente vos tornam aos olhos do mundo civilizado vivos exemplos daquela heroicidade e amor da Pátria, com que os Albuquerques, e os Castros se distinguiram na Índia."

Coube a esta cidade a honra de receber a Sua Majestade o Imperador e Rei o Senhor D. Pedro IV no faustíssimo dia 3 de março do mesmo ano desembarcando da fragata *Rainha de Portugal*, para assumir a Regência do Reino. Eis aqui como Sua Majestade Agradeceu à câmara de Angra os cumprimentos, que lhe dirigiu pela sua entrada na cidade:

"É muito Agradável para Mim ter de agradecer à câmara desta cidade as expressões de consideração que me dirigiu; e ainda mais as provas de fidelidade que tem dado à Minha Augusta Filha. Fiel aos sentimentos do meu coração e ao chamamento dos leais povos dos Açores, venho hoje unir-Me a eles para restabelecer com o Trono da Sra. D. Maria II o governo da carta constitucional."

E ainda esta cidade obteve do Senhor D. Pedro IV, na sua proclamação de despedida, o glorioso e sempre lisonjeiro titulo de *Terra clássica de Lealdade Portuguesa, e Berço ilustre da Regeneração da Mãe Pátria.*"

Ainda teve esta terra a glória de ser tratada por Sua Majestade a Rainha a senhora D. Maria II, pelo *primeiro e único refugio da Lealdade portuguesa*, como se vê das suas palavras dirigidas do trono à câmara dos deputados em julho de 1841, em que chegou a nóticia do terramoto, que havia destruído a vila da Praia da Vitoria, e da penível situação em que estavam os povos desta ilha:

"Clama em favor deles a "GRATIDÃO NACIONAL", e a Minha, por que sem falar dos repetidos testemunhos e insignes exemplos de fidelidade e patriotismo, que os habitantes da Terceira deram em tempos mais antigos, e que a História recorda, com distinto louvor, foram eles nos nossos dias os que ofereceram o primeiro e único refugio à Lealdade portuguesa. Compraz-Me confessar em Nome da Nação, e no Meu, esta grande dívida, e manifestar ao mundo inteiro o desejo que Tenho de desempenhar-Me de alguma parte dela."

Teve finalmente esta cidade a satisfação de receber no dia 31 de outubro de 1858 a Sua Majestade El-Rei o sr. D. Luiz I, quando ainda Infante e herdeiro presuntivo da coroa portuguesa, veio aos Açores na corveta de guerra *Bartholomeu Dias*.

Mas esta ligeira narração de tantos títulos e gloriosas recordações encontram um distinto remate no seguinte decreto, que concedeu a esta cidade o sempre memorável título de *Muito Nobre, Leal, e sempre constante cidade de Angra do Heroísmo, com a tenção de Valor, Lealdade e Mérito* – e a insígnia de *Grã-Cruz da antiga e Muito nobre ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito*:

"Desejando que na lembrança dos vindouros fique memoria de Minha gratidão, assim como perpetuamente há-de

ficar na história a dos extraordinários serviços e sacrifícios, qua à Minha Causa, e à de toda a Nação Portuguesa, que é a Santa Causa da Liberdade e da Civilização, fizeram os leais habitantes da Ilha Terceira, único refugio que em toda a vasta Monarquia Portuguesa acharam os poucos leais, que no meio da defeção de tantos, aí foram protestar por sua honra, e pela do povo português, a qual tão nobremente reabilitaram depois, levando aos combates e à vitoria a flor da mocidade daquela Ilha, assim na reconquista do Arquipélago dos Açores, no memorável cerco do Porto, como em todos os ilustres feitos que se fizeram até à completa restauração do Reino: por todos estes motivos, e não menos pela heroica firmeza com que durante tantos anos permaneceu inabalável em sua constância aquele pequeno rochedo no meio do Oceano, dando um exemplo de constância, e de tão súbita lealdade, como não se recordará nunca igual.

E já que todo esse tempo foi a Cidade de Angra da referida Ilha Terceira a Sede do legitimo Governo e capital do Reino; e também à Vila da Praia coube a fortuna de ser teatro de uma das mais pasmosas façanhas, que ainda obrou a lealdade e valor português, na memorável batalha do dia onze de agosto de mil oitocentos vinte e nove: é devido que a estas duas mais consideráveis povoações da dita Ilha fique padrão do muito que aí se fez, e de tanto que elas bem mereceram da Pátria e do Príncipe e Ordeno portanto

Artigo 1.º A respeito da Cidade de Angra

§1.º A Cidade de Angra da Ilha Terceira será denominada d'ora em diante – Cidade de Angra do Heroísmo. –

§2.º Ao título de Muito Nobre e Leal que já tinha a Cidade referida, se acrescentará o de – Sempre Constante. –

§3.º As Armas da Muito Nobre, leal e Sempre Constante Cidade de Angra do Heroísmo serão , em vez das que dantes tinha, um escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel , em campo vermelho, um braço de prata armado com uma espada

na mão; no segundo quartel, em campo de prata, um Açor de sua cor; e assim os contrários: e sobre tudo, um escudete com as quinas de Portugal, e em remate uma Coroa mural; e por timbre o braço armado das Armas, em roda do escudo uma fita azul ferrete saindo da parte inferior da Coroa, com a tenção em letras de ouro – Valor , Lealdade , e Mérito –, tendo pendente a insígnia de Grão-Cruz da Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito.

Artigo 2.º A respeito da Vila da Praia

§1.º A Vila da Praia da Ilha Terceira, será dora em diante denominada – Vila da Praia da Vitória – e ficará tendo o título de – Muito Notável –.

§2.º As Armas da Muito Notável Vila da Praia da Vitória serão um escudo partido em facha: na primeira, em campo vermelho, uma Torre de ouro; na segunda, em campo de prata, um Navio negro assentado sobre um mar de prata e azul, e sobre tudo um escudete de prata, com a legenda em letras azuis – Onze de agosto de mil oitocentos vinte e nove–; sendo coroado o escudo de uma Coroa Naval, e por timbre uma Torre negra com bandeira bipartida de azul e prata. Assim se comunicará por Carta Minha às câmaras Municipais respetivas.

E o Secretário de Estado dos Negócios do Reino o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessários. Palácio das Necessidades, em doze de janeiro de mil oitocentos trinta e sete. – Rainha. – Manoel da Silva Passos.

Créditos das imagens

Pág. VI Félix José da Costa
Cliché de fotógrafo desconhecido, década de 1870
Coleção privada

Pág. 44 *Caes d'Angra do Heroísmo. Ilha Terceira-Açores*
Postal n.º 55 da *Loja do Buraco*. Cliché de António José Leite (?), final do séc. XIX/séc. XX
Coleção Paulo Caminha

Cais da Alfândega
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 49 Claustro do edifício do Asilo de Infância Desvalida e asiladas
Cliché de fotógrafo desconhecido, década de 1930
MAHI20140106

Claustro do edifício do antigo convento de Santo António dos Capuchos
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 54 Muro do antigo hospital velho, e portão que dava acesso ao Asilo de Mendicidade
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 56 Palácio Bettencourt
Cliché de P. Marinho Photographo, cc. 1903
In *Álbum Açoriano*: 397

Palácio Bettencourt
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 59 Largo da Alfândega em dia de chegada de navio
Cliché do Coronel Afonso de Chaves, 1890
Coleção privada

O edifício da GNR no Pátio da Alfandega
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 61 Biblioteca instalada na livraria do antigo Convento de S. Francisco
Cliché de fotógrafo desconhecido, década de 1930
MAHI20130006a

Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro
jornalacores9.pt/biblioteca-publica-luis-da-silva-ribeiro
© Paulo Lobão

Pág. 66 *Rua do Galo – Angra do Heroísmo*
Cliché de Manuel Goulart, New Bedford, 1897
Coleção privada

Rua do Galo
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 70 *Caes e Misericórdia – Terceira*
Cliché de Manuel Goulart, New Bedford, 1897
Coleção Paulo Caminha

Cais e Misericórdia
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 73 Desembarque de deportados no cais da Figueirinha
Cliché de fotógrafo desconhecido, década de 1910
BPARLSR/ Fundo Pedro de Merelim

Cais da Figueirinha
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 75 *View of the Harbour of the Pipes, Isle of Terceira*
Postal. Cliché de fotógrafo desconhecido, década de 1910
Coleção privada

Cais do Porto de Pipas
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 77 Cais dos soldados na baía da Silveira
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 78 *Rua Direita*
Cliché de Manuel Goulart, New Bedford, 1897
Coleção privada

Rua Direita
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 80 *Castello de S. João Batista. Ilha Terceira Açores*
Postal n.º 5 da *Loja do Buraco*. Cliché de António José Leite (?), década de 1900 (?)
Coleção privada

Castelo de S. João Batista visto do Monte Brasil
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 97 *Castello de S. Sebastião e o caes do Porto de Pipas. Ilha Terceira*
Postal n.º 4 da *Loja do Buraco*. Cliché de António José Leite(?), década de 1900 (?)
Coleção privada

Castelo de S. Sebastião
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 101 *Cemitério d'Angra*. Terceira
Cliché de Manuel Goulart, New Bedford, 1897
Coleção privada

Cemitério do Livramento
© Paulo Mendonça/2018

Págs. 104, 106 e 108 *Planta da cidade de Angra do Heroísmo. Ilha Terceira*
João Baptista Amorim de Freitas, 1870
Escala 1: 6250

Cemitério dos Judeus, no Caminho Novo
Clube de Ténis no espaço do antigo Cemitério dos Ingleses, no Largo da Boa Nova
Ermida de S.ta Catarina, na Rua de S. Pedro
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 110 Chafariz do Colégio
Cliché de fotógrafo desconhecido, década de 1910 (?)
MAHI20160918

Chafariz do Desterro
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 113 A Rocha vista do Pátio da Alfândega
Cliché de Severino Costa Avelar, década de 1870
MAHI20160916

A Rocha vista do Pátio da Alfândega
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 119 Casa na Rua da Sé com brasão identificativo de consulado
Cliché de fotógrafo desconhecido, década de 1930 (?)
Coleção privada

Consulado da Grécia, na Rua Direita
© José Henrique Simões Flores, 2003

Pág. 121 Convento de S. Gonçalo
Cliché de fotógrafo desconhecido, década de 1930 (?)
Coleção privada

Edifício do antigo Convento de S. Gonçalo, lado Sul
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 126 Edifícios da Rua de S.to Espírito onde poderá ter funcionado a estação dos correios
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 130 Palácio dos Remédios. Solar dos Cantos
Cliché de P. Marinho Photographo, cc 1903
In *Álbum Açoriano*: 370

Solar dos Remédios. Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 135 *Photographias* (anúncio)
In *Almanach Insulano para Açores e Madeira - Estatístico, histórico e literário para o anno de 1874*
A. Gil, Augusto Ribeiro e F.J. Moniz de Bettencourt
Angra do Heroísmo, Typ. d'A Terceira, 1873

Pág. 136 *Estabelecimento de trens d'aluguer* (anúncio)
In Almanach Insulano para Açores e Madeira - Estatístico, histórico e literário para o anno de 1874
A. Gil, Augusto Ribeiro e F.J. Moniz de Bettencourt
Angra do Heroísmo, Typ. d'A Terceira, 1873

Pág. 137 Festa na fábrica de manteiga de Alfredo de Mendonça, na Rua da Guarita, no local onde antes funcionara a Fábrica de Destilação de Álcool
Cliché de Francisco do Canto Bettencourt, Ponta Delgada, 1919
ICPD/Coleção Fotográfica Digital: PT/ICPD/CFD.00279

Local da antiga fabrica do álcool, na Guarita
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 139 *Procissão do Senhor Morto. Terceira*
Cliché de Manuel Goulart, New Bedford, 1897
Coleção privada

Procissão do Senhor Morto
© Rui Contente/2010

Pág. 144 *Terceira, Açores – Coroação do Espírito Santo* [no Império dos Quatro Cantos]
Postal. Cliché de fotógrafo desconhecido, cc. 1890-1910
Coleção privada

Império dos Quatro Cantos
Fotógrafo desconhecido, 2015

Pág. 149 Vista de Angra e do Monte Brasil a partir do alto da Memória
Cliché de fotógrafo desconhecido, cc. 1870-1882
MAHI20121667

Vista de Angra e do Monte Brasil a partir do alto da Memória
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 152 *Hotel Central. Angra do Heroísmo*
Cromo-brinde da Fábrica de Tabaco *Flor de Angra*.
Cliché de fotógrafo desconhecido, década de 1920
Coleção privada

Edifício da Praça Velha
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 153 A *Casa da Roda* transformada em bar-restaurante
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 154 Hospital da Misericórdia
Cliché de fotógrafo desconhecido, décadas de 1920-30
In Martins, F.E.O. 1998. *O Hospital do Divino Espírito Santo*:30

Muro exterior do antigo edifício do Hospital da Misericórdia
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 157 Hospital Militar da Boa Nova
Cliché de fotógrafo desconhecido, década de 1920
In Meneses, M. 1932. *O Hospital Militar da Boa Nova*: 72

Núcleo de História Militar Manuel Coelho Batista de Lima
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 159 *Sé – Capella-môr. Angra do Heroísmo - Açores*
Postal n.º 58 da *Loja do Buraco*. Cliché de António José Leite (?), década de 1920
Coleção privada

Transepto da Igreja da Sé de Angra do Heroísmo
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 166 Igreja do Colégio de Angra
Cliché de P. Marinho Photographo, cc. 1903
In *Álbum Açoriano:* 347

Igreja do Colégio de Angra do Heroísmo
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 173 Igreja da Conceição
Cliché de Severino Costa Avelar, década de 1870
MAHI20121664

Igreja da Conceição, ao cimo da Rua do Galo
© Paulo Mendonça/2018.

Pág. 177 Igreja de N.ª Sr.ª da Guia, anexa ao antigo Convento de S. Francisco
Cliché de P. Marinho Photographo, cc. 1903
In *Álbum Açoriano:* 365

Igreja de N.ª Sr.ª da Guia
© Paulo Mendonça/2018.

Pág. 183 Igreja de S. Gonçalo
© Paulo Mendonça/2018.

Pág. 185 Ruínas da antiga igreja do Hospital velho (convento concecionista)
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 186 Igreja do Livramento
Cliché de P. Marinho Photographo, cc. 1903
In *Álbum Açoriano:* 410

Ruínas da igreja do antigo convento dos Capuchos
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 188 Igreja de S.ta Luzia
Cliché de fotógrafo desconhecido, década de 1920
In Martins, F.E.O.1984. *Antonio Jose Leite-artista fotografo*: 109

Igreja de S.ta Luzia
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 190 *Igreja da Mesericórdia – Rua Direita – Ilha Terceira, Açores*
Postal. Cliché de fotógrafo desconhecido, década de 1910
Coleção privada
Igreja da Misericórdia

© Paulo Mendonça/2018

Pág. 192 *Rua de Cima de S. Pedro (continuação). Igreja de S. Pedro*
Cliché de Severino Costa Avelar, década de 1870
MAHI20150989

Igreja de S. Pedro
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 195 Largo do Alto das Covas
Cliché de fotógrafo desconhecido, décadas de 1890/1900 (?)
MAHI20121668

Largo do Alto das Covas
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 197 Liceu de Angra instalado no antigo convento de S. Francisco
Cliché de fotógrafo desconhecido, década de 1930 (?)
Coleção privada

Edifício da Escola Secundaria Jerónimo Emiliano de Andrade
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 201 *Mercado de peixe – Terceira*
Cliché de Manuel Goulart, New Bedford, 1897
Coleção privada

Edifício do Centro de Ciência de Angra do Heroísmo
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 204 *Monumento D. Pedro IV. Ilha Terceira, Açores*
Postal. Cliché de fotógrafo desconhecido, década de 1890 (?)
Coleção privada

Monumento da Memória
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 208 Cliché de fotógrafo desconhecido, década de 1890 (?)
MAHI20121662

Palácio dos Capitães Generais
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 213 *Paço Municipal*
Cliché de P. Marinho photographo, cc. 1903
Coleção privada

Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
© Paulo Henrique Silva/2017

Pág. 217 *Projecto (?) do palácio do Bispo. Angra. Planta do 2º andar*
Tinta da China, aguarela e lápis s/ tecido de algodão
Germano César de Moraes Pereira Sarmento, cc. 1870
BPARLSR. Fundo *Direção das Obras Públicas do distrito de Angra do Heroísmo*

Edifício da Secretaria Regional da Educação e Cultura
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 220 Praça Velha
Cliché de Manuel Goulart, New Bedford, 1897
Coleção privada

A Praça Velha
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 222 Recolhimento de Jesus, Maria, José
Cliché Foto-Lilaz, década de 1930 (?)
Coleção privada

Recolhimento Jesus Maria José
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 224 *Angra do Heroísmo – Passeio Duque da Terceira.* Ao fundo, o edifício do Colégio, e perpendicularmente a igreja, o edifício do Páteo dos Estudos
Postal. Cliché de fotografo desconhecido, década de 1910-20
Coleção privada

Largo e jardim do Prior do Crato
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 226 *Grupo de Seminaristas* (no claustro do convento de S. Francisco)
Cliché de Manuel Goulart, New Bedford, 1897
Coleção privada

Edifício do atual Seminário de Angra
© Paulo Mendonça/2018

Pág. 229 *Theatro Angrense. Título de ação no valor de 12$000 reis.*
Junho de 1892
Coleção privada

O Teatro Angrense
© Paulo Mendonça/2018

Índice remissivo

A

Abraham Benarus, **120**
Afonso Joaquim Nogueira Soares, **71**
Alexandre Martins Pamplona Corte Real, **132**
Alfândega de Angra, **45, 46, 47, 72, 74, 113, 124**
Almoxarifado Real, **45, 210**
Álvaro de Basan, D. (general), **130**
Antão de Almada (capitão general), **209**
António de la Puebla, D. (governador), **82**
António Homem da Costa Noronha, **85**
António Joaquim Borges, **50**
António Moniz Barreto Corte Real (Dr.), **XXX, 62**
António Pedro Simões (capitão), **134**
António Vieira (padre), **93**
Asilo de Infância Desvalida, **49, 50, 118, 187**
Asilo de Mendicidade, **54, 185**
Assembleia Angrense, **56, 57**
Associação Comercial, **XXIII, 59, 60**
Ayres Pinto de Sousa (capitão general), **107**

B

Baía do Fanal, **77, 84, 88**
Balthezar Fernandes, **111, 189**
Barão da Vila da Praia, **235**
Barão de Bastos, **102, 214**
Barão de Noronha, **111, 233**
Barão de Santa Bárbara, **236**
Barão do Cabo da Praia, **236**
Barão do Monte Brasil, **236**
Barão do Pico do Celeiro, **236**
Barão do Ramalho, **233, 234**
Bartholomeu Cotta Falcão, **69**
Bartholomeu Sallazar Moscoso (tenente coronel), **200**
Bartholomeu de Távora (vereador), **142**
Batalha da Praia, **100**
Batalha da Salga, **100**
Batalhão de Artilharia de Angra, **96**
Batalhão de Caçadores n.º 2, **132**
Batalhão de Caçadores n.º 5, **94, 96, 236, 242**
Batalhão de Caçadores n.º 9, **96**
Batalhão de Infantaria n.º 4, **96**
Batalhão de Infantaria n.º 5, **236, 242**
Batalhão de Leais Fuzileiros, **96**
Batalhão de Voluntários da Rainha, **96, 236**
Batalhão de Voluntários de Angra, **233**
Bateria da Fidelidade, **88, 89**
Bateria da Heroicidade, **100**
Bateria de S. Diogo, **77, 88, 90, 94**
Biblioteca, **IV, XI, XXIII, XXIV, XXX, 61, 62, 198**
Bispado dos Açores, **64, 155, 227**
Bispo de Angra, **54, 64, 67, 69, 82, 109, 116, 223**
Braz Pires do Canto, **122**
Brigada de Artilharia Volante, **52**

C

Cadeia Pública, **66, 67, 69, 125, 150**
Cais da Alfândega, **60, 70, 71, 190, 206**
Cais da Figueirinha, **73, 74**
Cais do Porto de Pipas, **75, 76, 97**
Cais dos Vapores, **77**
Caixa Económica, **79, 208, 212**
Campo do Relvão, **86, 112, 221**
Capela da Sr.ª da Penha de França, **150**
Capela Real, **85**
Carlos Severino de Avelar, **135**
Carlos Stuart, **235**
Casa da Moeda, **95, 239, 247**
Casa do Peixe, **203**
Castelo de S. Cristóvão, **205**
Castelo de S. Filipe, **82, 221**
Castelo de S. João Baptista, **39, 42, 74, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 105, 112, 127, 150, 151, 158, 209, 221, 239, 247**
Castelo de S. Luís, **205**
Castelo de S. Sebastião, **42, 76, 97**
Cavalhadas, **145**
Cemitério de St.ª Catarina, **108**
Cemitério do Livramento, **101, 150**
Cemitério dos Hebreus, **104**
Cemitério dos Ingleses, **106**
Chafariz do Largo da Boa Nova, **107**
Chafariz da Guarita, **112**
Chafariz da Pereira, **112**
Chafariz da rua da Boavista, **112**
Chafariz da rua de Santo Cristo **112**
Chafariz da rua do Desterro, **112**
Chafariz da rua do marquês, **112**
Chafariz da rua do meio, **112**
Chafariz de S. João de Deus, **112**
Chafariz de Santa Luzia, **112**
Chafariz do Alto das Covas, **112**
Chafariz do Corpo-Santo, **112**
Chafariz do Largo de S. Bento, **112**
Chafariz do Largo do Desterro, **112**
Chafariz do Largo dos Remédios, **112**
Chafariz do Mercado do Peixe **112**
Chafariz do Mercado Duque de Bragança, **112**
Chafariz do Portão de S. Pedro, **112**
Chafariz do Porto de Pipas, **112**
Chafariz do Sítio dos Melancólicos, **112**
Chafariz no Largo do Porto-Novo, **112**
Chafariz Velho, **112**
Christovão Guilherme d'Almeida, **45**
Christóvão Soares d'Albergaria (corregedor), **71**
Ciprião de Figueiredo, **88**
Companhia de Veteranos dos Açores, **96**
Companhia de Voluntários Académicos, **52**
Companhia União Mercantil, **77, 114**
Companhias de seguros, **113, 115**
Conde da Póvoa, **234**
Conde da Praia da Vitória, **54, 67, 131, 145, 188, 233, 242, 247**
Conde de Subserra, **234**
Conde de Vila Flor, **69, 216, 231, 242, 243, 244, 245, 246** (v.t. Duque da Terceira)
Confraria de N.ª Sr.ª da Conceição, **117**
Confraria de N.ª Sr.ª da Guia, **116**
Confraria de N.ª Sr.ª das Dores, **117**
Confraria de N.ª Sr.ª do Livramento, **117**

Confraria de N.ª Sr.ª do Rosário, **116**
Confraria de S. Pedro Ad-Vincula, **116**
Confraria de S.ta Cruz e Passos, **117, 170**
Confraria de Santo Espírito, **155**
Confraria do Santíssimo, **116, 117, 175**
Confraria dos Passos, **143**
Consulados, **119**
Colégio dos Jesuitas, **209**
Convento da Conceição (concecionista), **125, 154, 155, 156, 185**
Convento da Esperança, **125, 132, 202**
Convento da Graça, **117, 132, 170, 195**
Convento da Luz, **175**
Convento de S. Sebastião (Capuchas), **67, 68, 125, 141, 175**
Convento de Jesus, **20**
Convento de S. Francisco, **XIV, XXX, 52, 61, 162, 177, 197, 198, 199, 200, 205, 226**
Convento de S. Gonçalo, **XV, 85, 121, 122, 123, 124, 140, 183**
Convento de Santo António dos Capuchos, **50, 51, 102, 187**
Corridas de touros, **145**
Cristóvão de Moura, **131, 205**

D

Depósito Militar, **133**
Desembargo do Paço, **46, 239**
Dias de Gala, **127**
Diogo Alton (consul), **107**
Diogo de Castro do Canto, **178**
Duque da Terceira, **133, 209, 221, 235** (v.t. Conde de Vila Flor)

E

Encanamento real, **111**
Ermida da Madre de Deus, **194**
Ermida da Natividade, **193**
Ermida de N.ª Sr.ª das Neves, **167**
Ermida de N.ª Sr.ª da Boa Nova, **158, 193**
Ermida de N.ª Sr.ª da Saúde, **93, 193**
Ermida de N.ª Sr.ª das Neves, **167**
Ermida de N.ª Sr.ª da Conceição, **174**
Ermida de N.ª Sr.ª do Desterro, **194**
Ermida de N.ª Sr.ª dos Remédios, **194**
Ermida de S.ta Catarina, **108, 109**
Ermida de S.ta Filomena, **193**
Ermida de S. João de Deus, **194**
Ermida de S. Lázaro, **194**
Ermida de S. Pedro Gonçalves, **194**
Ermida de S. Roque, **51**
Ermida de S. Sebastião, **68**
Ermida de Santa Catarina, **194**
Ermida de Santo Cristo, **194**
Ermida de Santo António, **90**
Ermida do Corpo Santo, **151**
Ermida do Espírito Santo, **84, 85, 95, 193**
Ermida do Recolhimento Jesus, Maria, José, **194**
Estabelecimentos de fotografia, **135**
Estação dos Correios, **126**
Estações de Carruagens, **136**
Estrada de S. Gonçalo, **150**

F

Fábrica de chapéus, **137**
Fábrica de destilação de álcool, **137, 138**

Fábrica de sabão, **138**
Fernando Maria de Sousa e Rocha, Dr. **228**
Endoenças, **142**
Festa da Epifânia, **138**
Festa das Flores a Maria, **142**
Festa de N.ª Sr.ª da Conceição **143**
Festa de N.ª Sr.ª das Dores, **141**
Festa de N.ª Sr.ª do Amparo, **193**
Festa de N.ª Sr.ª do Carmo, **142**
Festa de N.ª Sr.ª do Livramento, **142**
Festa de S. Sebastião, **141**
Festa do Santíssimo, **142**
Forte da Quebrada, **91**
Forte de S. Luís, **206**
Francisco António d'Araújo e Azevedo (capitão-general), **57, 85**
Francisco de Bittencourt Vasconcellos (juiz ordinário), **142**
Francisco de Borja Garção Stokler (capitão general), **235**
Francisco de Vasconcelos Meirelles (vigário), **69**
Francisco Rogério da Costa (cónego), **142, 175, 228**
Frederico Augusto de Vasconcelos, **120**

G

Guilherme António de Lima Monteiro, 138

H

Hospedaria, **78, 152**
Hospício dos Expostos, **153**
Hospital da Misericórdia, **54, 125, 154, 185**
Hospital Militar, **69, 107, 157**
Hospital Regimental Reunido, **133**

I

Ignacio Castil-Blanco, D. (brigadeiro), **64**
Igreja (da Sé) Catedral, **50, 64, 102, 109, 116, 128, 142, 143, 150, 159, 160, 165, 174, 178, 218**
Igreja da Conceição, **173**
Igreja da Misericórdia, **142, 143, 155, 190**
Igreja de S. Francisco, **116, 117, 141, 143, 177, 178, 191**
Igreja de S. Gonçalo, **183**
Igreja de S. João Baptista, **39, 83, 84**
Igreja de S. Pedro, **192, 193**
Igreja de S.ta Luzia, **188**
Igreja do Colégio, **85, 117, 142, 143, 149, 166, 191, 211, 225**
Igreja do Hospital, **185**
Igreja do Livramento, **50, 118, 186**
Impérios do Espírito Santo, **147**
Império da Guarita, **148**
Império da rua da Alegria, **148**
Império da rua de Cima, **148**
Império da rua de Santo Espírito, **148**
Império da rua do Galo, **148**
Império da rua do Visconde de Bruges, **148**
Império da rua Nova, **148**
Império de S. João de Deus, **148**
Império do Corpo Santo, **148**
Império do Outeiro, **148**
Império dos Nobres, **147**
Imperio dos Quatro Cantos, **144, 148**
Império dos Remédios, **148**

Intendência da Marinha, **74**
Irmandade da Misericórdia, **156**
Irmandade de Nossa Senhora do Livramento, **50**

J

Jacinto Cândido da Silva, **120**
Jerónimo Teixeira, D. (bispo), **67**
João Alberto Rebello, **120, 134**
João António Nogueira, **120**
João d'Ávila (capitão), **51, 223**
João de Bettencourt Vasconcelos (governador), **178**
João de Brito e Vasconcelos, D. (bispo), **117**
João de Seque ira Varejão (governador do castelo), **85**
João de Vilhena (engenheiro-mor), **82**
João d'Urbina (mestre de campo), **82**
João Marcelino de Mesquita Pimentel, **138**
João Pedro Soares Luna (major artilharia), **52**
João Pereira de Lacerda (juiz ordinário), **142**
João Pereira Forjaz Sarmento de Lacerda, **120**
João Read, **120**
João Ribeiro (capitão), **134**
João Vaz Corte Real (capitão do donatário), **155, 180, 205**
Joaquim António de Mendonça e Menezes, **120**
Joaquim José Soutinho (capitão), **134**
Joaquim Maria Bettencourt (capitão), **134**
Joaquim Zagury, **105**
José Afonso Botelho (juiz de direito), **68**
José António da Silva Torres (coronel), **95, 235**
José d'Ave Maria Leite da Costa e Silva, D. (bispo), **116, 223**
José Garcia Figueira (capitão), **134**
José Ignacio d'Almeida Monjardino (comendador), **102**
José Jacinto Valente Farinho (presidente da camara), **216, 244, 245**
José Maria Baldi (tenente), **52**
José Maria da Silva Leal (governador civil), **54, 61**
José Maria de Bettencourt Vasconcelos (deão), **109**
Jose Maria Pacheco de Aguiar (cónego), **227**
José Pegado de Azevedo, D. (bispo), **164, 191, 218**
José Pereira Dias (capitão), **134**
José Pereira Duque (capitão), **134**
José Silvestre Ribeiro (governador civil), **53**
José Vieira Santa Rita (governador civil), **181**
Junta Provisória, **77, 78, 82, 83**
Junta de Justiça Criminal, **XVI, 247**

L

Largo 11 de agosto (ou das Covas), **132, 195, 196**
Largo 22 de junho (ou do Palácio), **196, 211**
Largo 3 de março (ou Páteo da Alfândega), **45, 191, 196**
Largo da Boa Nova, **112**
Largo de S. Bento, **112**

Largo do Portão dos Carros, **87**
Largo do Prior do Crato, **196**
Largo do Colégio, **196**
Largo do Desterro, **112, 254**
Largo dos Remédios, **112**
Leonardo da Cunha (corregedor), **111**
Liceu Nacional de Angra, **56, 61, 62, 63, 150, 197, 198, 199, 200, 226, 227**
Lourenço de Castro, D. Frei (bispo), **69, 178**

M

Manuel Alves Bettencourt (capitão), **134**
Manuel Alvares Pereira (corregedor), **142**
Manuel Correa d'Avila (ouvidor), **69, 102, 109**
Manuel da Silva (conde), **131**
Manuel de Corte-Real (alcaide-mor), **98**
Manuel de Gouveia, D. (bispo), **82, 116, 122, 189**
Manuel do Canto e Castro (capitão-mor), **67**
Manuel do Nascimento Mesquita Pimentel, **132**
Manuel do Rego da Silveira, **81**
Manuel Gomes de Carvalho (tenente-general), **89**
Manuel Gomes da Luz (capitão), **99**
Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real, **234**
Manuel Joaquim de Menezes (brigadeiro), **236**
Manuel Joaquim de Souza, **138**
Manuel Joaquim dos Reis, **115**
Manuel Nicolau d'Almeida, D. Frei (bispo), **109, 164**
Marcos Pinto Soares Vaz Preto (padre), **85, 165**
Marquês de Angra, **235**
Marquês de Sá da Bandeira, **96**
Marquês de Santa Cruz, **100, 132**
Matheus da Conceição, Frei (provincial), **51**
Mercados, **201**
Mónica Maria de Andrade, **223**
Monte (Pico) das Cruzinhas, **90**
Monte (do) Brasil, **81, 82, 83, 86, 87, 90, 92, 96, 98**
Monte (Pico) do Facho, **150**
Monte (Pico) Zimbreiro, **90**

N

Nicolau Anastácio de Bettencourt (governador civil), **50, 67, 71, 79, 102, 207, 225, 228**
Nuno Alvares Pereira, D. (bispo), **167**

O

Órgãos (instrumento musical), **123, 162, 175, 180, 184, 185, 189**

P

Paço Real, **210**
Paço (Edifício) da Alfândega, **45**
Paço (Palácio) Municipal, **213, 214, 221**
Paço Episcopal, **217**
Pagadoria Geral Militar, **133**
Palácio do Governo Civil, **46, 79, 171,**

208, 225
Palácio dos governadores do castelo, **84**
Pátio da Alfândega (v.t. Largo 3 de março)
Peça de Diu (ou da Malaca), **89**
Pedro de Castro do Canto, **98**
Pedro Luiz de Souza, **81**
Pedro Sarmento, D. (governador), **67**
Polícia Municipal, **202**
Ponta de Santo António, **87, 90, 98**
Portão de S. Pedro, **41, 112**
Porto de Pipas, **75, 76, 97, 98, 112**
Praça da Restauração, **67, 115, 133, 139, 149, 214, 220, 221**
Praça de D. Pedro IV, **150, 206**
Praça (Mercado) Duque de Bragança, **202**
Praça (Mercado) de S. Sebastião, **203**
Procissões, **143**

Q

Quinta do Regalo 90

R

Real Companhia União Mercantil, **77, 114**
Recolhimento de Jesus, Maria, José, **222**
Regimento de Artilharia n.º 3, **96**
Regimento de Infantaria n.º 4, **96**
Regimento de Infantaria n.º 5, **96, 102, 207, 214**
Regimento de Infantaria n.º 8, **96**
Regimento de Infantaria n.º 18, **69, 96**
Regimento de Infantaria n.º 21, **96**
Regimento Provisório de Infantaria, **96, 200**
Repartição de Justiça, **225, 231**
Ricardo José Soares (capitão), **134**
Rodrigo da Fonseca Magalhães (conselheiro), **50, 57**
Rodrigo Zagalo Nogueira, Dr., **XXX, 51**
Roque da Silveira (corregedor), **67**
Roque de Figueiredo (capitão), **51**

S

Sebastião Cardozo Machado (vereador), **142**
Seminário, **XXX, XXXII, 56, 150, 200, 226, 227, 69, 76**
Senado da Câmara, **45, 52, 67, 68, 142, 153, 167, 214, 216, 241, 244**
Silvério Severino d'Avellar, **120**
Sociedade das Classes Laboriosas e Artísticas, **228**
Sociedade Harmónica Terceirense, **228**
Sociedade Maria Pia, **228**
Sociedade Promotora das Letras e das Artes, **228**
Sociedade Recreativa, **228**

T

Teatro Angrense, **229**
Tipografias, **231**
Thomé de Castro, **120**
Thomaz José da Silva, **115**
Tribunal da Junta da Fazenda, **45, 46**

V

Visconde de Bruges, **67, 102, 148, 206, 228, 233**
Visconde do Cartaxo, **234**

Angra dos Heroísmos